

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JULIANA COLLARES DA SILVA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PROFESSORAS NA REVISTA DO
ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1969-1976)**

Bagé

2022

JULIANA COLLARES DA SILVA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PROFESSORAS NA REVISTA DO
ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1969-1976)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Bagé

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S581r Silva, Juliana Collares da
As Representações Sociais das professoras na Revista do
Ensino do Rio Grande do Sul (1969-1976) / Juliana Collares da
Silva.
119 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ENSINO, 2022.
"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".

1. Representações Sociais. 2. Gênero. 3. Revista do Ensino
do RS. 4. Imprensa Pedagógica. 5. Educação Feminina. I.
Título.

JULIANA COLLARES DA SILVA

As Representações Sociais das Professoras na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1969-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 16/05/2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Orientador
(UNIPAMPA)

Prof^ª. Dr^ª Ana Cristina da Silva Rodrigues

(UNIPAMPA)

Prof^ª Dr^ª Vania Grim Thies

(UFPEL)



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/06/2022, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/06/2022, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0846317** e o código CRC **2AD9B936**.

Dedico este trabalho aos meus filhos, Bernardo e Cecília.

AGRADECIMENTO

Trilhar um caminho como o da magnitude de um mestrado não se faz sem olhar para trás, identificar todas as pessoas que fizeram parte dele e agradecer a contribuição de cada uma para que a finalização fosse possível.

O meu processo no mestrado, assim como de meus colegas, foi atravessado por uma pandemia, algo que quando iniciamos nem cogitávamos. Mas nós nos ajudamos, nos estendemos as mãos e por isso inicio agradecendo aos meus colegas, que cada um a seu jeito, deu a volta por cima e fez o seu melhor, sendo apoio, sendo suporte...

Claro que nada disso seria possível se não fossem nossos professores e professoras, doutores e doutoras que muito nos ensinaram e contribuíram para nossa caminhada acadêmica e profissional, por isso, não podemos deixar de agradecer àqueles que gentilmente compartilharam conosco suas trajetórias e conhecimentos, enriquecendo nossos caminhos e orientando nossos passos.

Com um carinho todo especial, agradeço imensamente ao professor Alessandro Bica, que tenho orgulho em nomear como MEU ORIENTADOR! Ele que sempre foi um professor gentil, amigo e muito sensível aos jeitos e necessidades de cada aluno, te dá apoio quando precisas, mas te deixa livre para criar...

Agradeço também à nossa Unipampa, e principalmente ao sempre Presidente Lula, por ter viabilizado a expansão de universidades no nosso país e com isso possibilitado que eu pudesse me qualificar sem precisar sair de minha cidade, em uma universidade gratuita e de altíssima qualidade.

Não posso deixar de agradecer minha família, meu filho Bernardo, que precisou dividir a mãe com colegas e professores da Unipampa, que teve de lidar com algumas ausências e até angústias de sua mãe. Meu companheiro Daniel, que foi em muitos momentos o suporte emocional, aquele que administrou as crises de ansiedade e ajudou na organização da rotina de estudos. Minha pequena Cecília, que nasceu em meio a este processo, e tão pequena já teve que enfrentar as ausências da mãe, para que eu pudesse concluir a escrita da dissertação. Agradeço aos meus pais e minha sogra por ficarem com meus filhos em muitos momentos, e ao meu irmão Renan que sempre foi o suporte para assuntos de ordem técnica, como a formatação do trabalho

escrito, bem como meu cunhado que ajuda nos meus resumos de língua estrangeira, filho do curso de Letras da Unipampa.

Embora tenha agradecido minha mãe no parágrafo anterior, entendo que ela é merecedora de um agradecimento só dela, pois ela sempre foi a maior incentivadora para minha qualificação acadêmico-profissional, foi quem me proporcionou as possibilidades de estudo, tanto de ordem financeira como quando eu precisava que ela cuidasse do meu filho para que eu pudesse me ausentar. Sempre falou de educação e da importância do estudo, do acesso e da permanência para todos e todas como uma militante, apaixonada pela causa e consciente do seu papel enquanto educadora e enquanto mãe. Tenho orgulho de ser sua filha e serei eternamente grata por toda ajuda, todo suporte e todo o incentivo que sempre me deu.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que me antecederam, as que foram oprimidas e conseguiram, a duras penas, as conquistas que hoje desfrutamos, bem como as professoras, assim como minha avó e minha mãe, que muito ensinaram e dedicaram suas vidas aos seus alunos. Meu muito obrigada!

“Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar”.

Triste, louca ou má, *Francisco, el Hombre*

RESUMO

Ao longo da história do magistério, fomos percebendo sua transformação para um espaço majoritariamente feminino. Esta dissertação é resultado de uma análise documental das Revistas do Ensino do RS, do período compreendido entre 1969 a 1976, que encontram-se disponíveis no Repositório Digital TATU da Universidade Federal do Pampa, em que se objetivou identificar as representações sociais das professoras neste importante periódico da área educacional. Para tanto, foram analisados 18 exemplares que continham subseções relacionadas à educação para o lar, saúde e alimentação, assim como matérias que faziam referência à Reforma Educacional que vigorou a partir de 1971 e também sobre a professora primária. Desta análise, foram extraídas quatro categorias e representações de professoras do ensino primário, que as vinculam à figura materna, às figuras da área da saúde, educação sexual e a figuras criativas e modernizadoras com objetivo de formar cidadãos obedientes e ligados a valores morais e religiosos, capazes de trabalhar pelo desenvolvimento do país, além também, da conclusão de que a Revista do Ensino do RS contribuiu para a reprodução dos estereótipos de gênero e dessas representações produzidas culturalmente.

Palavras-Chave: Representações Sociais. Gênero. Educação Feminina. Imprensa Pedagógica. Revista do Ensino do RS

ABSTRACT

Throughout the history of teaching, we have been noticing its transformation into a mostly female space. This dissertation is the result of a documental analysis of *Revistas do Ensino do RS*, from the year 1969 to 1976, which are available in the TATU Digital Repository of the Federal University of Pampa, and whose goal was to identify the social representations of the teachers in this important educational journal. Therefore, 18 copies which contained subsections were analyzed. These subsections were related to home education, health and food, as well as materials which referenced the Educational Reform which occurred from 1971 on and also about the primary teacher. From this analysis, four categories and representations of primary school teachers were extracted, which link them to the mother figure, to figures in the field of health, sex education and to creative and modernizing figures with the aim of forming obedient citizens linked to moral and religious values, who were supposed to be able to work for the development of the country, in addition to the conclusion that *Revista do Ensino do RS* contributed to the reproduction of gender stereotypes and these culturally produced representations.

Key-words: Social Representations. Gender. Women's Education. Pedagogical Press. *Revista do Ensino do RS*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa Revista do Ensino e Painel do Mês nº 127/1970.....	45
Figura 2 – O leitor na Revista do Ensino do RS nº 121/1969.....	46
Figura 3 – Print da página do Repositório Digital TATU.....	50
Figura 4 – Linha do Tempo Revistas de 1969 a 1976.....	52
Figura 5 – Índice da Revista do Ensino nº 122/1969.....	53
Figura 6 – Exemplo de atividade – armário de cozinha.....	58
Figura 7 – Exemplo de atividade sobre boas maneiras.....	59
Figura 8 – Estímulo ao comportamento da menina com a aparência.....	60
Figura 9 – Valores e aspectos morais.....	62
Figura 10 – Exemplo dos mestres para educação moral e cívica.....	62
Figura 11 – O professor primário.....	63
Figura 12 – Finalidade do Centro Cívico Escolar.....	64
Figura 13 – Sumário da revista de 1976.....	67
Figura 14 – Educação sanitária na escola.....	68
Figura 15 – Coluna Rumos à Boa Alimentação.....	69
Figura 16 – Painel do Mês – boa alimentação, boa saúde.....	70
Figura 17 – O professor e os hábitos alimentares dos alunos.....	71
Figura 18 – Responsabilidade dos pais.....	72
Figura 19 – Tipos de refeições.....	73
Figura 20 – Doenças que atingem o escolar – Escarlatina.....	74
Figura 21 – Doenças que atingem o escolar – Tétano.....	75
Figura 22 – Nutrição e fases da vida.....	75
Figura 23 – As verminoses.....	76
Figura 24 – Teste de visão.....	77
Figura 25 – Saúde Oral.....	78
Figura 26 – Publicação sobre saúde.....	79
Figura 27 – O sexo como matéria de ensino.....	82

Figura 28 – A naturalidade da professora.....	83
Figura 29 – Educação sexual no currículo escolar.....	83
Figura 30 – Freud e a primeira impressão genital da menina.....	85
Figura 31 – O que é sexo?.....	86
Figura 32 – As disgenesias.....	87
Figura 33 – Papeis de sexo.....	88
Figura 34 – Identificação do menino e da menina.....	90
Figura 35 – Capa da revista 138 – meninos no laboratório.....	91
Figura 36 – Crianças brincando.....	92
Figura 37 – Comunicação de massa.....	94
Figura 38 – O professor e a objetividade crítica.....	95
Figura 39 – O professor e os métodos ativos.....	96
Figura 40 – Reforma do Ensino – objetivos da educação brasileira.....	97
Figura 41 – Princípios da Reforma – o homem em uma perspectiva humanística.....	98
Figura 42 – Princípios da Reforma – liberdade.....	99
Figura 43 – Trecho da matéria sobre caracterização do currículo.....	100
Figura 44 – Retreinamento do professor.....	101
Figura 45 – A educação sanitária e o professor primário.....	103
Figura 46 – Professor educador.....	104
Figura 47 – O professor da reforma educacional.....	105
Figura 48 – Papeis do professor.....	105
Figura 49 – Licença para acompanhar cônjuge.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo de artigos encontrados nos sites de busca	26
Tabela 2 – Demonstrativo de Teses e Dissertações nos sites de busca.....	27
Tabela 3 – Pesquisas encontradas sobre a Revista do Ensino.....	28
Tabela 4 – Relação das temáticas de análise na Revista do Ensino.....	54
Tabela 5 - Representação social conforme categoria de análise.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS

Dir.– Direita

Esq.– Esquerda

Nº - Número

Obs. – observações

RE/RS- Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

RS – Representação Social

LISTA DE SIGLAS

ASPHE - Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação

CAPES– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCE – Centro Cívico Escolar

CPOE– Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais

CREAS– Centro de Referência Especializado da Assistência Social

EMC – Educação Moral e Cívica

ENCIF– Encontro de Ciência e tecnologia do IFSul

PHERA– Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos

GESE– Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola

PRONASCI– Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RS- Rio Grande do Sul

Scielo– *Scientific Eletronic Library Online*

UNIPAMPA– Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO .18
1 TRAJETÓRIAS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS E INTENÇÕES DA PESQUISADORA	20
2 REVISANDO A LITERATURA E APRESENTANDO OS CONCEITOS GERAIS .	25
2.1 Interfaces possíveis entre gênero, educação feminina e a feminização do magistério	31
2.2 Representações sociais e educação: analisando a categoria professora....	36
2.3 Imprensa Pedagógica: a Revista do Ensino do RS e os atravessamentos com a história das mulheres e do magistério gaúcho.....	41
3 DESCREVENDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	48
4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PROFESSORAS NA REVISTA DO ENSINO DO RS: APRESENTANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS	56
4.1 Professora-mãe: dos cuidados com a casa, ao asseio pessoal e desenvolvimento de amor à Pátria.	57
4.2 PROFESSORA MÉDICA/ENFERMEIRA/NUTRICIONISTA: POR UMA EDUCAÇÃO SANITÁRIA COM VISTAS AO COMBATE ÀS MAZELAS SOCIAIS QUE ASSOLAVAM O PAÍS	66
4.3 Professora-orientadora da sexualidade dos estudantes: que sexualidade é essa?.....	80
4.4 Professora modernizadora: as reformas e um currículo para incentivo à criatividade e alunos críticos-reflexivos?.....	93
CONCLUSÕES	109
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

A escrita desta dissertação irá apresentar um estudo realizado através da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE), um importante periódico gaúcho da área educacional. Mas antes de iniciar a temática desse trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Ensino, da Universidade Federal do Pampa, a nossa Unipampa, pretendo viajar no tempo, revisitando fatos e buscando nas memórias alguns pontos importantes que me fizeram chegar até aqui.

Outro aspecto fundamental é o de que não possuo formação em História, pois minha graduação se deu no curso de Psicologia, no entanto, a Psicologia também nos ensina a olhar o passado, ir em busca de simbolismos, emoções, sentimentos que nos levam a determinados comportamentos. Por esta razão, é possível que eu faça aproximações com a História, e neste caso, a História da Educação, para que eu possa investigar de que forma a RE dialogou com as professoras em um dado momento na história do magistério.

Por que professoras? Em primeiro lugar porque tenho me dedicado, nos últimos anos, a realizar cursos na área da Educação, e também porque as questões de gênero, da mesma forma, me fascinam e se fazem presentes na minha vida e nos meus estudos já há alguns anos.

Além do mais, tenho me proposto à reflexão sobre a importância em tornar visível o que sempre foi invisível, e se pensarmos na história das mulheres, há muito o que se desvendar... dar voz ao que foi silenciado ou ao que foi contado sobre as mulheres sem que elas tenham dito sobre si mesmas, ou ainda, o que disseram sobre si, mas por uma visão construída socialmente, não necessariamente por elas.

A minha aproximação com a área da Educação era inevitável! Venho, como tantas outras mulheres, de uma família de professoras. Mãe professora, avó professora... cresci ouvindo sobre Piaget e o construtivismo, sobre Vygostky e o sócio-interacionismo. E a paixão pela História? Essa se deve ao fato de que minha mãe é professora de História e sempre me mostrou a importância de conhecermos o passado.

Esse meu percurso na História da Educação também se deve a questões recentes da minha própria história. No início de 2019 eu perdi minha avó paterna, avó essa com quem convivi menos do que gostaria pela nossa distância geográfica. De repente me vi sem ela e sem muitas coisas que me fariam lembrar certos momentos.

Me dei conta, por exemplo, de que nunca mais irei sentir o sabor do seu bolo de chocolate com côco, aquele que ela sempre fazia quando eu ía visitá-la, um bolo que só ela sabia fazer! E por quê? Porque não existe a receita escrita, não existe a receita gravada em nenhum lugar. Não existe registro! Só a minha memória a me fazer lembrar do sabor que nunca mais vou experimentar.

O que isso tem a ver com o meu mestrado, com minha dissertação? Simples! Minha outra avó, que ainda tenho aqui comigo, é a avó professora. Aquela professora primária dos anos 60, 70 e 80... Uma avó que conheceu e usou a Revista do Ensino. Uma avó que alfabetizou tantas pessoas, que provavelmente ajudou a formar tantos outros professores e professoras, médicas e médicos, arquitetos, dentistas etc. Por que não contar um pouco dessa história, dessa profissão tão desvalorizada na sociedade? E o porquê dessa desvalorização, que se ampara na questão de gênero.

Esses aspectos também se unem ao fato de que sou mulher e venho me questionando ao longo da minha jornada, sobre tantas diferenças, sobre tantas desigualdades. A minha trajetória acadêmica e profissional que foi me conduzindo a esses interesses, trajetória essa que apresento a seguir.

Há algum tempo percebo que as discussões sobre gênero na educação me inquietam, inclinandome a buscar um maior aprofundamento teórico que dê conta de responder aos meus anseios e me levar a reflexões que possam resultar em ações de enfrentamento às desigualdades. Do lugar de onde falo, na condição de mulher e hoje professora, tenho buscado focar meu olhar para este fato, o de que o magistério, em especial o primário, foi se constituindo em um espaço quase que majoritariamente feminino, na intenção de compreender as diferentes nuances deste processo.

Com base no exposto acima, proponho-me a abordar, nesta dissertação, formas de responder a essas angústias, buscando dialogar com o passado inscrito em uma importante fonte histórica, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, onde pretendo investigar as representações sociais das professoras no período compreendido entre os anos de 1969 e 1976. A seguir, inicio com a minha trajetória enquanto profissional e acadêmica, bem como apresento minhas intenções de pesquisadora neste estudo.

1. TRAJETÓRIAS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS E INTENÇÕES DA PESQUISADORA

Tentando buscar as palavras certas para iniciar esta escrita, relembro minha trajetória acadêmica e profissional. Então começo assim: contando minha própria história!

No ano de 2004, durante minha graduação na cidade de Bagé, deparei-me com as aulas de Psicologia Social¹ e com os debates sobre as relações de gênero². O que foi isso que despertou tanto meu interesse? Por que elas me instigaram tanto? A resposta é simples: estudar sobre gênero na graduação respondeu a uma série de indagações que eu tinha e até então não compreendia.

Eu havia, como diria Simone de Beauvoir³, me tornado mulher. Tornei-me mulher e aos poucos consciente do abismo que havia entre os homens e eu. Não entendia o porquê de alguns (muitos!) privilégios dos quais eles eram detentores e o porquê de eu não gozar desses mesmos privilégios. Por que eu era mais cobrada, mais vigiada? Por que existiam coisas que eu não podia fazer simplesmente porque eu havia nascido mulher?

Parti, então, para aquela que seria a minha primeira experiência enquanto aluna de Psicologia: um estágio na recém inaugurada Casa Abrigo da Mulher, também na cidade de Bagé, onde as mulheres em situação de violência doméstica poderiam ficar abrigadas por um período de até três meses para reorganizarem suas vidas e romperem com aquele ciclo de violência.

Anos mais tarde, já graduada, surge a possibilidade de atuar como psicóloga num Centro de Referência Especializado da Assistência Social na minha cidade, o CREAS, onde eu basicamente atendia meninas que tinham sido vítimas de abuso sexual. Essa nova função me rendeu a possibilidade de ingressar num curso de capacitação ofertado pela equipe do Instituto de Psicologia da Universidade Federal

¹ Ramo da Psicologia que se ocupa em estudar relações entre indivíduo, sociedade e as influências desta sobre aquele (LANE, 2006).

² De acordo com Louro (2010, p.144), gênero seria um dos “efeitos das instituições, discursos e práticas sociais. [...] Nos fazemos homens e mulheres num processo interminável”, daí seu caráter de construção social sobre o feminino e masculino.

³ Escritora de relevante expressão, em especial para as feministas, que examina a condição feminina em diferentes aspectos no seu famoso livro *O Segundo Sexo*, de 1980.

do Rio Grande do Sul, em que eu ía mensalmente a Porto Alegre, que me instrumentalizou e fez perceber que, embora existam muitos casos de meninos que sofrem violência sexual, as meninas, ainda assim, constituíam a maioria nos registros oficiais.

Em 2011, ainda em Bagé, iniciei um novo desafio, agora numa Política de Segurança Pública com Cidadania – o PRONASCI - onde coordenei a equipe multidisciplinar do Projeto Mulheres da Paz, que tinha como principal objetivo empoderar mulheres e fomentar o seu protagonismo social nas comunidades onde atuavam para o enfrentamento às violências, com foco especial na juventude de 15 a 29 anos, mais vulnerável à criminalidade.

Esta talvez tenha sido a experiência em que mais pudemos identificar mudanças nas realidades das participantes – e de nós mesmas – pois ao longo dos dezoito meses do projeto, vimos muitas mulheres se transformando. Mais altivas, donas de si mesmas, estudaram, trabalharam, realizaram concurso público, tornando-se agentes de saúde, desfizeram laços conjugais abusivos, ingressaram na universidade, descobriram-se e redescobriram-se. Passaram a ser mais ativas política e socialmente, assumindo o protagonismo de suas vidas.

Findado o projeto, passo por um período de dois anos compondo a equipe de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Bagé, na qual fiquei responsável, além de atender a questão dos alunos com deficiências, pela inserção dos debates sobre gênero e sexualidade nas escolas em parceria com o grupo de pesquisa Sexualidade e Escola, o GESE, da Universidade Federal do Rio Grande, passando a integrar esse grupo pelo período compreendido entre 2013 e 2014. Esse foi, sem dúvidas, um momento de aprendizagens e aprofundamento teórico nessas temáticas.

Por fim, de maneira concomitante, tornei-me educadora de Direitos Humanos no Programa Jovem Aprendiz e psicóloga do Centro de Referência da Mulher de Bagé, voltando a trabalhar com mulheres em situação de violação de direitos. Um giro de 360° e lá estava eu de novo! Por que cheguei até aqui? Para demonstrar que as questões de gênero e a educação se entrelaçaram ao longo da minha trajetória de tal forma que, depois de mais de uma década, eu não poderia me furtar de compreender

essa relação, pelo contrário, deveria fazer dela a minha maior motivação para pesquisas e projetos futuros.

E dessa forma, aproveitando a oportunidade da minha cidade ter sido contemplada com a nossa Unipampa, ingressei num curso de especialização em Educação e Diversidade Cultural e, logo após, no Mestrado em Ensino, em que passo a familiarizar-me com a História da Educação, mais especificamente buscando investigar a história das mulheres e as questões de gênero a partir dos impressos pedagógicos⁴, buscando com isso continuar contribuindo para o enfrentamento às desigualdades e às violências, mas agora dentro da academia.

Em setembro de 2018, ao iniciar o segundo componente curricular da especialização em Educação e Diversidade Cultural, da Universidade Federal do Pampa, o professor Alessandro Bica brinda os alunos com a apresentação de seus orientandos de mestrado para que falassem de suas pesquisas em andamento. É neste momento que ouço falar pela primeira vez na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e, de imediato, nasce o desejo de entrar em contato com aquela que se tornaria minha principal fonte de pesquisa tanto da especialização quanto do mestrado.

Assim, ao chegar em casa nesta mesma noite, acesso o repositório TATU e passo a examinar as revistas, comprovando o que eu imaginava: ela seria sim uma fonte de pesquisa em que poderia unir gênero e educação, numa perspectiva histórica.

Analisando as revistas da década de 1960, que foi o período escolhido para a investigação durante o trabalho de conclusão do curso da especialização⁵, foi possível identificar que havia, por parte da revista, a intenção em apresentar um “jeito de ser professora”, uma representação social (RS) desta profissional muito vinculada à imagem maternal, do ser que cuida, que é responsável pela formação moral dos indivíduos e que, por isso, necessitava conduzir sua vida dentro dos padrões

⁴ Jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas – contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. (BASTOS, 2007)

⁵ Trabalho de conclusão intitulado “Gênero e profissão docente: as representações sociais das educadoras na Revista do Ensino”, apresentado na ASPHE (2019) e premiado no 5º ENCIF, como 1º lugar Superior, também em 2019 na cidade de Bagé-RS.

construídos socialmente para uma feminilidade tida como aceitável: da mulher que casa, tem filhos, se relaciona diretamente com os preceitos católicos.

Estudar RS é buscar conhecer o modo como um grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social, as representações que ele forma sobre uma diversidade de objetos, tanto próximos como remotos, e principalmente o conjunto dos códigos culturais que definem, em cada momento histórico, as regras de uma comunidade. (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 107)

Buscar nos registros dos documentos, neste caso a Revista do Ensino, é possibilitar que analisemos a forma como essa fonte representava as mulheres-professoras e, a partir daí, intentar compreender em que medida elas a tomavam como referência, em que medida a representação usada pela revista interferia na constituição da identidade deste grupo social, ou seja, como elas reproduziam esse “jeito” de ser professora. Teixeira (2014, p. 81) vai nos dizer que a imprensa tem poder e “se inscreve na memória, passando a fazer parte do imaginário” social, portanto resta a nós, pesquisadoras/es da História da Educação, acessar esses registros e contar esta história.

Então, após este período já analisado da década de 1960, poderemos inferir que estas representações foram sendo transmitidas com o decorrer do tempo? Será que nas décadas que se seguiram continuaremos a identificar aquele perfil profissional vinculado ao perfil de mãe? Identificaremos alguma mudança ao longo das publicações que vieram posteriormente?

São muitos os questionamentos, mas a questão de pesquisa consiste em pensar que: seria possível afirmarmos que a categoria professora se reveste de representações e simbolismos, elaborados a partir das construções coletivas e, mais do que isso, podemos encontrar resquícios dessas representações na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul?

Já em relação às intencionalidades desta pesquisa, podemos dizer que tem como objetivo geral identificar as representações sociais das professoras na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1969 e 1976. Quanto aos objetivos específicos, listamos três:

- analisar quais as representações sociais das professoras na Revista do

Ensino;

- identificar os elementos que possam ter influenciado a representação social das professoras na Revista do Ensino;

- Inventariar como ocorreu a representação da professora na Revista do Ensino;

Assim, apresento no próximo capítulo um apanhado geral em torno dos conceitos que embasam minhas reflexões, a construção deste arcabouço teórico bem como os autores de relevância para este estudo.

2. REVISANDO A LITERATURA E APRESENTANDO OS CONCEITOS GERAIS

O processo de busca às pesquisas que envolvessem temáticas semelhantes e que pudessem alicerçar a construção teórico-conceitual deste projeto e, posteriormente, na escrita da dissertação, deu-se através da biblioteca eletrônica *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos periódicos e catálogo de teses e dissertações.

Para tanto, iniciou-se a busca por artigos científicos que fariam a introdução nas temáticas e poderiam dar indicativos de leituras obrigatórias, possíveis de se identificar a partir das referências dos trabalhos. Para realizar este procedimento, foram utilizados quatro descritores de busca: representações das professoras, feminização do magistério, imprensa pedagógica e Revista do Ensino.

É importante ressaltar que foi estipulado um período de dez anos para definir a temporalidade dos estudos que seriam acessados, ou seja, um dos filtros utilizados para a seleção dos materiais foi estar situado entre o ano de 2010 e 2020.

Considerando a amplitude de artigos resultantes da busca inicial, em que foi possível verificar que por vezes emergiam produções aleatórias, que continham os descritores nas referências ou deslocados do sentido que se pretendia, como por exemplo “Revista do Ensino”, automaticamente buscava produções científicas que continham a palavra “Ensino”, recorreu-se à busca avançada inserindo o filtro “no título”, na intenção de encontrar materiais mais específicos e passíveis de serem examinados na medida em que o número de resultados diminuía consideravelmente. Outros filtros utilizados também foram: “Artigos”, “Contém História da Educação”, “Contém Imprensa Pedagógica”. Assim, conferimos nos quadros abaixo os resultados desta procura de artigos, dissertações e teses de autores que pudessem auxiliar na sustentação teórico-conceitual a esta pesquisa em construção.

Tabela 1. Demonstrativo dos resultados encontrados nos sites de busca-artigos

Descritores	Nº de trabalhos encontrados		Nº de trabalhos selecionados	
	Scielo	Capes	Scielo	Capes
Representações das professoras	9	47	2	8
Feminização do magistério	8	55	4	9
Imprensa pedagógica	26	22	2	3
Revista do Ensino	9	22	2	2

Fonte: Autora (2020)

Na primeira coluna, é possível visualizar os descritores utilizados no momento das buscas. A segunda coluna serviu para inserirmos o número de trabalhos alcançados a partir da aplicação dos filtros, divididos entre os dois portais escolhidos para esta etapa. Após as leituras dos resumos dos trabalhos encontrados, organizou-se a terceira coluna, a de “Trabalhos Selecionados”, também separada conforme os portais de busca, em que indicamos os achados com maior articulação com o objeto do presente projeto de pesquisa.

Para esta última coluna, consideraram-se também os trabalhos que continham as seguintes palavras e/ou expressões: educação feminina, educação de mulheres, professoras mulheres, magistério primário, representações da docência, representações de gênero, representações de magistério, discurso de mulheres na imprensa, educação de mulheres em textos de jornais, jornais e revistas como agentes construtores da escola.

Na busca por acessar trabalhos mais completos, em que seria possível acessar as pesquisas realizadas de forma mais detalhada e entrar em contato com a literatura de maneira mais aprofundada, recorreu-se ao catálogo de teses e dissertações da CAPES. Nessa investigação, para se chegar em números de resultados passíveis de serem trabalhados, utilizaram-se aspas (“”) nos descritores.

**Tabela 2. Demonstrativo dos resultados encontrados nos sites de busca-
Teses e Dissertações**

Descritores	Nº de trabalhos encontrados	Tipo do trabalho encontrado		Nº de trabalhos selecionados		Observações*
		Tese	Dis.	Tese	Dis.	
Representações das professoras	9 resultados	3	6	1 *Obs.	1 *Obs.	1 tese e 1 dissertação não puderam ser acessadas devido não estarem autorizadas
Feminização do magistério	74 resultados	13	55 8 (*Obs)	3	2	Das 55 dissertações, foi feito um filtro para textos mais recentes (2017), chegando a 8 resultados
Imprensa pedagógica	42 resultados	15	27	1	2	-
Revista do Ensino	64 resultados	26	35	1	2	-

Fonte: Autora (2020)

Da mesma forma que no primeiro quadro, apresentamos inicialmente uma coluna que contém os descritores utilizados, tendo na sequência a coluna dos trabalhos encontrados através da busca avançada, utilizando-se dos filtros já mencionados, e na terceira, estes mesmos trabalhos divididos entre teses e dissertações. Posteriormente, após as leituras dos resumos e da identificação dos trabalhos que mais se articulavam ao projeto em curso, elaborou-se uma quarta coluna que informa o número de teses e dissertações destacadas para compor o referencial teórico, acompanhado de uma última coluna contendo algumas observações pertinentes.

Sobre esse aspecto, destaco que, em relação às representações das professoras, a tese e a dissertação selecionadas não puderam ser acessadas por completo, pois aparecia uma mensagem informando que elas não estavam autorizadas e por isso não poderiam ser publicadas na íntegra. Já no caso da feminização do magistério, sobre as dissertações, foi aplicado um filtro que pedia para marcar o ano da publicação e, neste caso, dentre o período de 2010 a 2020, o ano de 2017 foi o que apresentou resultados, possibilitando reduzir a 8 trabalhos.

Em relação à fonte desta pesquisa, buscou-se, inicialmente, por “Revista do Ensino do RS” e não foram obtidos resultados. Já na busca por “Revista do Ensino” apareceram 64 resultados, mas que abordavam revistas de diferentes localidades, em geral vinculadas ao estado de Minas Gerais ou Pernambuco, optando-se por selecionar somente os que se referiam ao periódico do estado do Rio Grande do Sul. É importante destacar que não foram encontrados estudos sobre a representação das professoras na Revista do Ensino. Os estudos selecionados encontram-se descritos no quadro abaixo:

Tabela 3. Pesquisas sobre a Revista do Ensino do RS

Título do trabalho	Tipo	Ano	Instituição
Os discursos sobre a matemática publicados na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1978)	Tese	2010	PUC-RS
A escrita na escola primária: repercussões sobre a obra de Ormindia Marques nas décadas de 30 a 60 do século XX	Dissertação	2012	UFRGS
Testes psicológicos, crianças e escolarização no Rio Grande do Sul (1940-1966)	Dissertação	2015	UFRGS

Fonte: Autora (2020)

Como podemos ver, o quadro acima se encontra dividido em uma primeira coluna que serviu para mencionarmos os títulos das pesquisas, seguindo pela especificação do tipo de trabalho (se fruto de tese ou dissertação), tendo na penúltima e última colunas o ano de publicação e a instituição que continha o programa de pós-graduação de onde o estudo foi produzido respectivamente.

Faz-se necessário explicar que esses 3 estudos, embora desconectados da temática deste projeto, foram selecionados mesmo assim em virtude de conterem informações acerca da Revista do Ensino, auxiliando na compreensão de como funcionou este periódico tão importante para a história da educação gaúcha. Para auxiliar neste estudo, pretendo utilizar também os trabalhos realizados recentemente por outros dois alunos do mesmo programa de mestrado do qual faço parte, que da mesma forma fizeram da Revista do Ensino do RS suas fontes de pesquisa.

Sobre a feminização do magistério, a tese de Alvarenga (2018), intitulada “A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)”, investiga o processo histórico de mulheres que ingressaram no magistério primário, com foco em elementos que se relacionam com a transição de uma profissão exercida anteriormente por homens a uma profissão que passa a ser majoritariamente feminina. Nesta pesquisa, a autora vincula a este processo a expansão do acesso à escolarização, às reformas na instrução pública e à atuação da Escola Normal.

Já na tese de Fraga (2017), sobre “Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)”, podemos verificar a análise que a pesquisadora faz em cima destas trajetórias, tendo dois aspectos importantes: ela traz especificamente o contexto da educação rio-grandense, e além disso, reflete sobre a Revista do Ensino, apresentando um recorte sobre o periódico.

Através da dissertação “Professoras-mulheres e mulheres professoras: a condição feminina e os processos de subjetivação docente inscritos nas marcas e no funcionamento discursivo”, Dornelas (2017) buscou investigar de que forma os sujeitos se constituem como professoras e estabelece relações com a condição feminina, o que nos dá um indicativo de um estudo que possua relação com a representação social docente.

Já Xavier (2016), traz em sua dissertação a investigação sobre o processo de feminização do magistério, buscando compreender a formação e atuação das primeiras professoras, analisando as possíveis relações referentes à categoria de gênero na docência, que se estabeleciam no Colégio Pelotense no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960. Esse estudo recebe o título

“Feminização do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense (1940-1960)”.

Sobre a imprensa pedagógica, a tese de Teixeira (2016), intitulada “A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870-1919)”, faz uma análise sobre o processo de composição e desenvolvimento da imprensa pedagógica na cidade do Rio de Janeiro no período de 1870 a 1919. Por termos poucos estudos em relação à Revista do Ensino do RS, será necessário percorrer outras experiências que ajudem na compreensão acerca da imprensa pedagógica e realizar aproximações com o que se pretende realizar neste projeto.

Na dissertação de Conceição (2012), de nome “Educando mulheres, vendendo saúde. Propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920”, é possível conhecer a análise que a autora fez em torno da imagem da mulher saudável através dos discursos de propaganda (figuras e textos) veiculados por três jornais curitibanos nos anos 1920: Gazeta do Povo, O Dia e Diário da Tarde. Nesse estudo, a autora aborda que o papel de mãe, esposa e dona de casa foi enaltecido como uma forma de preservar a família e contribuir para o progresso do Brasil, para construção de um país civilizado, ou seja, pode conter aí um recorte interessante sobre as questões de gênero e da construção das feminilidades naquele contexto histórico por meio destes impressos.

No trabalho de Silva (2017), intitulado “o discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana: tessituras do processo histórico de escolarização na paraíba (1930 – 1939)”, vemos que a dissertação reflete sobre os estudos da história das mulheres no Brasil, mais especificamente na Paraíba dos anos 1930 a 1939, e possibilita articular a história das mulheres à escolarização. Nela, a autora analisa o envolvimento de algumas educadoras nesse processo de escolarização através de dois periódicos.

Na costura da colcha de retalhos da composição do campo do conhecimento de minha pesquisa, encontrei outros materiais que poderão se somar aos dos quadros mencionados anteriormente. Além do mais, considerando a análise das referências utilizadas nesses trabalhos, percebeu-se que alguns teóricos se fazem bastante

presentes, merecendo atenção especial, dentre eles: Guacira Lopes Louro, que aborda as questões de gênero e da educação feminina no RS; Pierre Bourdieu, que fala sobre “A Dominação Masculina” e a violência simbólica, o que parece importante para o estudo das representações sociais, além de Sandra Pesavento, por sugestão da minha banca de qualificação, que da mesma forma aborda sobre as representações; e Maria Helena Câmara Bastos, pesquisadora da Revista do Ensino do RS.

A partir das tabelas 1 e 2, podemos ter um panorama em relação às produções já existentes e ao que ainda necessita ser explorado. Eles demonstram que ainda necessitamos de aprofundamentos nessas temáticas, principalmente no que tange à representação social das professoras em uma perspectiva histórica, que é exatamente o que esta pesquisa está a abordar.

Outro ponto importante que precisa ser observado é que, diante da dificuldade de acessarmos trabalhos mais específicos sobre a Revista do Ensino do RS, comprovamos o fato de que esta revista se constitui em uma importante e rica fonte de pesquisa, com pouco tratamento analítico, o que inculca a este trabalho um papel relevante na construção do conhecimento científico no campo da História da Educação e história das mulheres professoras.

Portanto, com base no exposto acima e refletindo sobre a relevância deste projeto que pretendeu se utilizar da Revista do Ensino do RS para investigar as representações sociais das professoras neste periódico, passamos a algumas reflexões teóricas em torno de questões centrais deste trabalho: os conceitos de gênero, suas interfaces com a educação feminina e o processo de feminização do magistério, as representações sociais e o papel da imprensa, neste caso mais especificamente a pedagógica, nessa relação com a educação e com as professoras, sobre a forma como as representavam.

2.1 Interfaces possíveis entre gênero, educação feminina e a feminização do magistério

O campo das ciências humanas vem há algum tempo se debruçando a

compreender sobre as relações de gênero. Para as áreas educacionais e psicológicas, os pesquisadores têm atribuído ao conceito de gênero, um caráter social, de uma construção cultural acerca dos atributos ditos femininos e masculinos (PRÁ; CEGATTI, 2016), no que se refere aos modos como se comportam socialmente, a forma como se vestem, como interagem, expressam (ou não) sentimentos e emoções.

Para exemplificar esse fato, podemos pensar na maneira como as famílias se organizam para receber um bebê. Começam a preparar o enxoval a partir do momento em que descobrem o sexo da criança, priorizando os tons de rosa para as meninas e os tons de azul para os meninos.

Além do mais, conforme as crianças crescem, seus brinquedos e brincadeiras, da mesma forma, são direcionados de acordo com o sexo, dando aos meninos a possibilidade de explorar mais as de rua, como o futebol, por exemplo, e às meninas, aquelas mais voltadas ao exercício do papel materno, como as brincadeiras com bonecas.

Essas brincadeiras nos passam a falsa ideia de que devem existir “lugares” para homens e mulheres e que ser mãe é algo natural - e poderia ser se pensássemos somente pelo viés biológico. Ocorre que “os jeitos” de ser mãe, ser pai, ser homem, ser mulher, não dependem tão somente da biologia, mas sim do que se construiu socialmente em torno de seus corpos: a mulher-mãe é aquela que dá amor, o homem-pai é aquele que sustenta, mulher virtuosa é a boa esposa, que vive de acordo com a palavra de Deus...

Pensando nessa questão cultural, que é social, podemos perceber que esses atributos foram sendo (re)produzidos ao longo da história e, portanto, temos de pensar sobre o papel da educação a respeito da manutenção desses que chamamos de estereótipos de gênero.

A respeito da educação, Louro (1986, p.1) vai nos dizer que ela “não pode ser estudada desligada da vida econômica e social”, ou seja, ela nos aponta aqui que a educação não tem uma história autônoma e se desenvolve de acordo com as transformações nos pensamentos e na consciência do homem na sociedade. Sendo assim,

estudar a educação nesta perspectiva implica em observar a base material da sociedade na qual ela está inserida e apreciar as transformações que ocorrem nesta base econômica; mas implica também admitir que a superestrutura (e no caso específico a escola) de algum modo interfere nas relações sociais, acelerando ou retardando a tomada de consciência destas relações, contribuindo portanto para as forças revolucionárias ou as forças conservadoras da sociedade. (LOURO, 1986, p. 3)

Sabemos que o direito à instrução se constituiu historicamente como um privilégio masculino e, embora a história nos aponte que durante as revoluções burguesas tomaram força as reivindicações em torno da educação feminina (PRÁ; CEGATTI, 2016), esta ainda vai demorar para se consolidar. Neste processo, as autoras destacam Christine de Pizan, Olympe De Gouges, Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta, sendo esta última brasileira, como figuras importantes na história das mulheres, pois ao longo dessa história foram realizando denúncias em seus escritos, percebendo como “um dos maiores entraves à situação da inferioridade feminina”, o fato de não desfrutarem dos mesmos privilégios de educação.

Esse cenário passa a se modificar mais fortemente somente no século XIX, quando a maioria dos países expande o acesso educacional às mulheres, e no final do século, a possibilidade de ingressarem no ensino superior (PRÁ; CEGATTI, 2016).

A partir da industrialização e do processo de urbanização (XAVIER, 2016), a escola passa a ser entendida como um espaço importante para a formação e desenvolvimento da sociedade. Por isso, o acesso das mulheres à escolarização vai se dar inicialmente em escolas femininas, ou seja, instituições destinadas somente às meninas, e não a todas elas, mas principalmente àquelas de famílias mais favorecidas economicamente, pertencentes a uma “elite dominante” (XAVIER, 2016).

Aqui também vale ressaltar que as primeiras mulheres inclusas no processo educacional foram as da elite, filhas dos grandes fazendeiros e posteriormente pertencentes às famílias burguesas. As meninas das classes sociais mais baixas só foram inseridas nas intenções de educação, quando foi interessante para o país estender a educação para toda a população, devido aos ideais de progresso e modernização. (ROSA, 2011, n.p)

Sobre esse aspecto, temos que o acesso se deu, inicialmente, apenas ao básico da educação primária, como ler, escrever e fazer contas, passando posteriormente às aprendizagens relacionadas ao ambiente doméstico: noções de cozinha, costura e bordado (PRÁ; CEGATTI, 2016), transmitindo claramente a noção de que para a sociedade da época, lugar de mulher era em casa, aperfeiçoando lidas domésticas para posteriormente casar, cuidar do lar e da família.

No Brasil, a partir de meados do século XIX, tomam força os discursos a respeito da coeducação ou escolas mistas (CASTANHA, 2015; HAHNER, 2011; TAMBARA, 1998;), que previam escolas para ambos os sexos só que com um limite de idade para os meninos, que poderiam estudar com as meninas até por volta dos 10 anos de idade. Este processo da coeducação, sofreu influências das escolas das colônias de imigrantes e despertou o interesse político por visualizarem possibilidades de economia de recursos na educação (CASTANHA, 2015).

Além do mais, nesta época os brasileiros passaram a manifestar as necessidades de o país se modernizar e se desenvolver política e economicamente, o que resultou em maior apoio à educação feminina, pois as mulheres se tornariam mães, e as mães teriam potencial para orientar os filhos intelectual e moralmente à medida em que fossem instruídas para tal (HAHNER, 2011).

Tambara (1998), ao analisar a profissionalização do magistério no Rio Grande do Sul, vai abordar alguns vieses sexistas em relação à profissão. Um deles seria o físico-espacial, que corrobora com o que foi dito anteriormente: a educação masculina foi privilegiada e passou por processos diferentes, pois além do fato de haver inicialmente mais escolas para meninos, estes ainda recebiam aulas diferenciadas. Além do mais, os meninos sofriam menos impeditivos de ir à escola por terem de ajudar nas lidas domésticas, pelo contrário, eles eram mais estimulados a estudar.

Pois bem, se as meninas passam a ingressar nas escolas, a partir de um determinado momento, e surgem aos poucos as escolas mistas, abrem-se as possibilidades de mulheres se profissionalizarem para exercer o magistério, pois com a ótica de que as mulheres são dotadas de potencial para orientar as crianças, elas necessitam de aprimoramento para se tornarem professoras.

Este processo de feminização do magistério de instrução primária no Rio Grande do Sul intensificou-se com a instalação da escola normal quando se iniciou o processo de profissionalização da atividade de magistério e, concomitantemente, um processo de reserva de mercado desta atividade para a mulher. (TAMBARA, 1998, p.39)

Nesse contexto, surge também a ideia do magistério enquanto uma vocação, que Tambara (1998) vai colocar como ponto inicial para a desvinculação desta atividade por parte dos homens, até mesmo porque a remuneração vai ter uma diminuição significativa.

Aqui cabe salientar que havia a construção social do homem enquanto provedor da família, logo ele necessitava de remuneração capaz de sustentar esposa e filhos. Quando as mulheres assumem o exercício do magistério, pesa, talvez, o fato de que não era inculcado a ela a função do sustento da casa, o que pode ter contribuído para essa desvalorização econômica da profissão. À mulher professora coube, então, um complemento da renda familiar e as duplas e triplas jornadas de trabalho.

Finalizo esta seção destacando que entendo como gênero “o caráter cultural da masculinidade, da feminilidade...” (LOURO, 2010, p. 144) e que, a respeito das características vinculadas às mulheres professoras, sobre sua chamada vocação e sua responsabilidade com o desenvolvimento intelectual e moral das crianças, com vistas ao desenvolvimento da nação, poderíamos afirmar se tratar de uma “naturalização” - que Louro (2010) destaca ser importante questioná-la - desse jeito de ser mulher/professora, como se pelo fato de ter nascido mulher, ela “naturalmente” seria capaz de exercer os papéis de mãe e professora.

Portanto, com base nos aspectos apresentados, partimos, então, para um movimento de reflexão acerca da representação social dessa profissional, buscando compreender sobre os simbolismos entrelaçados à cultura e à formação dessas professoras que perpassam gerações e se fazem presentes nos diferentes documentos da historiografia da educação.

2.2 Representações sociais e educação: analisando a categoria professora

O encontro com o conceito de representação social pela primeira vez se dá ainda na graduação em Psicologia. Compreender como determinados grupos constituem uma identidade e seus conjuntos de códigos que os definem como uma determinada categoria, como a categoria mulheres, por exemplo, foi um fenômeno que aos poucos despertou meu interesse.

Caminhando atualmente para o campo da história da educação, busquei refletir de que forma percorreria esse caminho da investigação historiográfica sem me desvencilhar dos passos iniciais na Psicologia Social. Então, desta forma, construo esta dissertação envolvendo as representações sociais das professoras na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, pois assim eu traria comigo o recorte de gênero que tem me acompanhado em minha trajetória.

Portanto, antes de qualquer coisa, torna-se indispensável explicitar alguns conceitos e ideias que fundamentam minhas reflexões acerca das representações sociais, e me parece pertinente trazer as palavras de Aragão e Kreutz (2011, p. 108) para ilustrar minhas percepções sobre essa temática:

em todas as épocas nós, enquanto sujeitos e construtores de nossa história, elaboramos formas de explicar, expressar e traduzir coletivamente a realidade, mas construímos também formas de representar esta realidade, a fim de dar sentido ao mundo, gerando condutas e práticas sociais, as quais são expressas, entre outros exemplos, na forma de mitos, religiões, imagens, instituições e discursos.

No mesmo sentido, Pesavento (2003, p. 39) corrobora:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Considerando, então que nós elaboramos essas formas de explicar e expressar de forma coletiva a realidade, é possível pensar, por exemplo, nas ideias de sagrado e profano no imaginário social. O sagrado é expresso por uma divindade, que deve ser respeitada, venerada, já o profano viola as regras sagradas, não tem relação com a religião.

Se tomarmos como ponto de partida a imagem de Nossa Senhora, por exemplo, vemos que ela assume uma posição sagrada na sociedade, e daria sentido ao mundo à medida em que a figura materna se espelha na imagem de Maria. Assim, as mães passariam a incorporar condutas e práticas a partir dessa imagem, vinculada à pureza (ATAÍDE; NUNES, 2016, p.171), à amabilidade, zelo, bem como a ideia de sofrimento, muito associada à maternidade, expressa também no ditado “ser mãe é padecer no paraíso”.

Interessa-nos, de modo especial, penetrar no mundo das representações da linguagem que definem o espaço social. Ora, o espaço social se organiza segundo a lógica da diferença, e as palavras que o representam traduzem, de maneira simbólica, estas distâncias, desigualdades e diferentes formas de ser. (PESAVENTO, 1999, n.p.)

Pesavento (2003), vai nos dizer que o conceito de representação é ambíguo e que pode se dar pela substituição, ou delegação de personagens, ou ainda relacionada à exposição de imagens... Afirma que as representações são “portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente” (PESAVENTO, 2003, p. 41) passam a ser internalizados pelas pessoas, sem que elas reflitam sobre esses símbolos e seus significados, enxergando-os como naturais.

A autora nos traz a questão simbólica envolvida nesses processos das representações e internalizadas no inconsciente coletivo, e aqui tomaremos como simbólico aquele “poder invisível” do qual trata Bourdieu (1998).

Os símbolos são os instrumentos por excelência da <<integração

social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social...(BOURDIEU, 1998, p. 10)

Para esse autor, os mitos, a língua, as artes, a religião, a ciência irão constituir os universos simbólicos, intrinsecamente ligados a essa ordem social, e são as produções simbólicas que se assumirão, segundo ele, como instrumentos de dominação, que se relacionam com os interesses de uma classe dominante. Pensando no recorte de gênero, poderíamos dizer que a classe dominante seria a masculina, e essa definiu e representou as mulheres e as professoras, conforme vemos no trecho que segue:

Ao pensar nas mulheres em geral, especialmente nas professoras, percebemos que por muito tempo e na maior parte elas foram definidas e representadas ao invés de se autodefinirem. “Homens [...] auto-arrogando-se a função de porta vozes da sociedade, dizem sobre elas. Como consequência, elas também acabam frequentemente, definindo-se e produzindo-se em consonância com tais representações” (LOURO, 2007, *apud* ROSA, 2011, n.p.)

Ataíde e Nunes (2016, p.169) contribuem dizendo que os papéis sociais foram se reproduzindo historicamente, na família e em outros espaços, de modo que a superioridade masculina fosse entendida como algo natural “e inscrita nas relações de poder em que, segundo Bourdieu (1999), o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”.

Para buscar entender o aspecto da superioridade masculina, que como vimos acabou por definir e representar mulheres, recorro às palavras de Bourdieu (2002) em minhas reflexões. Esse autor vai nos dizer que a ordem social é como uma “imensa máquina simbólica e ratifica a dominação masculina”, que essa força masculina não precisa ser justificada porque se impõe como neutra, o que poderia explicar - imagino eu - o porquê se torna tão difícil driblar essa visão androcêntrica e, que em pleno século XXI, ainda nos faz perceber mulheres imersas em uma emaranhada e

complexa relação de dominação, que às custas de muitas lutas intentamos resistir.

As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais. (PESAVENTO, 2003, p. 41)

No primeiro capítulo de sua obra *A Dominação Masculina*, Bourdieu discorre sobre a construção social dos corpos. Nele, o autor reflete sobre a questão do falo, por exemplo, que é externo e cumpre a função de preencher, da mesma forma como a mulher teria, anatomicamente, um “falo invertido”. Aborda também, que assim como na Cabília, região onde permaneceu por um tempo para realizar seus estudos, a sociedade se organizou através de oposições - e aqui vamos tratar da que se refere ao masculino e feminino.

Assim, partindo da ideia de que o homem seria a medida de todas as coisas, os sujeitos vão estruturando seus pensamentos de forma a legitimá-los em suas práticas. A dominação que se dá por meio do que ele chamou de violência simbólica (BOURDIEU, 2002), aparece como algo “natural”, em situações e formas quase que imperceptíveis.

Falar de dominação, ou de violência simbólica, e dizer que, salvo uma revolta subversiva que conduza a inversão das categorias de percepção e de avaliação, o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do *efeito de destino* que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constrangido e forçado, as categorias de percepção [...] (BOURDIEU, 2002, n.p.)

De que forma isso reverbera na nossa sociedade? Na “aceitação” das mulheres

ao lugar de inferioridade, da submissão, até mesmo porque, como vimos, esses lugares são vistos como naturais, logo, durante muito tempo não foi problematizado, pelo contrário, vimos ao longo da história as mulheres limitadas, dentro do espaço privado, com seus movimentos também limitados, que Bourdieu (2002) traz em suas reflexões acerca das vestimentas, como a saia e os saltos que dificultam o andar, o que ele chamou de “confinamento simbólico”.

Além do mais, ele observou na Cabília - e nós podemos observar ainda hoje - que para as mulheres costumamos usar o diminutivo.

Como se a feminilidade se medisse pela arte de "se fazer pequena" (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo - enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos (BOURDIEU, 2002, n.p.).

Sendo assim, e considerando o que Ataíde e Nunes (2016) nos dizem sobre a imposição de “estereótipos e padrões de comportamento que são utilizados como justificativa para o exercício de determinadas profissões, como é o caso da docência”, o que temos a analisar sobre a “professorinha” na Revista do Ensino do RS?

É com base nessas reflexões que indico o viés que pretendo adotar para este estudo, buscando me alicerçar nessas concepções de representações que inferem o caráter de construção social acerca dos diferentes papéis e atores sociais, mas que aqui, nessa pesquisa, se deu mais especificamente na figura da professora.

Entendendo as representações sociais relacionadas à constituição da identidade de uma determinada categoria ou grupo social, que se expressa através de discursos, imagens e demais produções simbólicas descritas por Bourdieu (1998) e que se traduzem em práticas sociais, retomo: seria possível afirmarmos que a categoria professora se reveste de representações e simbolismos, elaborados a partir das construções coletivas? Podemos encontrar resquícios dessas representações na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul?

É com base nesses questionamentos e reflexões que busco analisar essa revista, importante integrante da imprensa pedagógica sul-rio-grandense, investigando também de que forma se encontra entrelaçada à história das mulheres professoras.

2.3 Imprensa Pedagógica: a Revista do Ensino do RS e os atravessamentos com a história das mulheres e do magistério gaúcho

A imprensa pedagógica tem oportunizado muitos saberes acerca do cotidiano escolar e das práticas docentes à medida em que favorece que o/a historiador/a entre em contato com a realidade de períodos passados. Ela traz consigo a capacidade do/a historiador/a em imergir nos diferentes contextos e assim, propicia (re)significar a escola e seus diferentes atores sociais. Desta forma, estudar a imprensa pedagógica “significa compreendê-la como fonte singular de informações sobre o cotidiano do trabalho pedagógico e das práticas sociais existentes na escola, significa ver a escola por dentro, adentrando em suas particularidades” (SANTOS; FRANÇA, 2020, p. 4).

A imprensa pedagógica é composta por diferentes artefatos tais como “livros didáticos, manuais escolares, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas a professores” (RODRIGUES; BICCAS, 2015, 153).

Tendo o magistério se constituído aos poucos um reduto feminino, a partir do ingresso das mulheres nas escolas, mais intensificado no final do século XIX e início do século XX, e a chegada dessas na Escola Normal, a educação se torna “assunto de mulher”. Com isso elas desenvolvem maior interesse pelo tema e passam a acessar revistas estrangeiras, quando possível.

Esse foi o caso da mulher professora Maria de Lourdes Gastal, nascida em Porto Alegre no ano de 1912, considerada fundadora da Revista do Ensino do RS - um importante periódico destinado ao magistério – que, ao ser indagada sobre o início da revista, responde: “Eu comprava revistas estrangeiras de educação... comecei a pensar: Mas meu Deus, nós podíamos ter uma revista! [...]” (FISCHER, 2010, p.67).

Tiveram início então as movimentações em torno da edição de uma revista que seria voltada ao magistério primário, mas se faz importante aqui salientar mais uma vez a contribuição de Fischer (2010, p. 68):

Aqui a história comprova ser feita um pouco por acaso e outro tanto porque forças dominantes no mínimo não interpõem obstáculos. Se a referida Revista não tivesse se caracterizado de certo modo – se não tivesse sido o que foi, e tivesse portado textos de Brecht em vez das orações de Gabriela Mistral – não teria frutificado. Ela germinou com tal vigor justamente porque, no solo em que implantou determinados enunciados, encontrou guarida, por décadas.

Evidente que Maria Gastal enfrentou algumas adversidades (FISCHER, 2010), no entanto, talvez tivesse sido um obstáculo muito maior se tivesse que enfrentar uma elite dominante com textos que desafiassem seus interesses e buscassem contrariar a ordem social.

As atividades relativas à educação pré-primária, primária, normal e o supletivo necessitavam passar por ações de orientação e fiscalização, o que aconteceu por meio de um departamento da Secretaria Estadual da Educação, que acabou por resultar posteriormente na criação do CPOE- Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (PERES; VAHL, 2015). Esse órgão teve relação direta com a Revista do Ensino do RS, pois ficou responsável pela supervisão técnico-pedagógica da Revista (FISCHER, 2010; BASTOS, 2019).

Nesse sentido, a revista passa ser editada em 1951 e a “orientar a professora primária rio-grandense, divulgando diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino” (BASTOS, 2019).

A Revista do Ensino foi um periódico pedagógico gaúcho que teve várias fases. A primeira delas entre os anos de 1939 a 1942, foi publicada sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Após nove anos de interrupção, em 1951, a Revista voltou a circular como iniciativa de um grupo de professoras primárias. E, em 1956, passou a ser a publicação oficial sob a supervisão do CPOE. Na década de 70, a Revista passou novamente por uma série de

dificuldades e de forma bastante irregular foi publicada até os anos 90 (BASTOS *apud* PERES; VAHL, 2015, p. 145).

Como é possível perceber, existe um desencontro de datas em relação às fases de circulação da revista, descrito por Gervásio (2019, p. 43-44), no entanto, cabe salientar que o presente projeto pretende se utilizar das revistas distribuídas ao que a própria Revista do Ensino do RS de número 174, de 1992, denominou de 3ª Fase (1965 a 1975).

Esse período é também palco de reformas educacionais, haja vista que se encontra entrelaçado a uma Ditadura Militar (1964 a 1985), com ideais de modernização e expansão industrial (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006), que acabam por influenciar a educação brasileira.

“Visando atingir os objetivos propostos, o regime militar implementou duas reformas jurídicas no campo educacional” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 1163). Esses autores nos apontam que uma delas foi a Lei nº 5692/71, de 11 de agosto de 1971, que reestruturou os antigos primário e ginásio e criou o ensino de 1º e 2º graus. Cabe apontar aqui a importância em investigar as implicações destas mudanças na estrutura da Revista do Ensino, pois sabemos que existia uma preocupação em fazer da professora um instrumento para o desenvolvimento moral das crianças, atrelado a valores inclusive religiosos.

As ações da Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas e da Revista do Ensino foram conduzidas a partir de um amparo legal e inspiradas em um discurso que evocava como palavras-chave a Escola, a Família, a Igreja e o Estado. Uma postura de vigilância foi instituída em relação aos livros e as revistas que poderiam influenciar a ‘formação moral’ das crianças e dos jovens. Esses órgãos fiscalizadores classificavam os materiais, apontavam falhas, sugeriam modificações e taxavam aqueles que fossem considerados impróprios (PERES; VAHL, 2015, p. 151)

Dessa forma, considerando que a Revista do Ensino do RS tinha a “função de divulgar as orientações de cunho pedagógico” (PEREIRA, 2010, p. 52), e tinham as

professoras a incumbência de transmitir bons valores, era necessário muita cautela no que dizia respeito às publicações, até mesmo porque a revista atingiu tamanha expressão, chegando a ter mais de 50 mil exemplares circulando em todo país (FISCHER; PEREIRA, 2010).

Além do mais, existem, ainda neste período ditatorial, fatos escusos como o incêndio na biblioteca da revista, apontado por Gervásio (2019, p. 53) e o encerramento das atividades do CPOE (GERVÁSIO, 2019; BASTOS, 1997 apud PEREIRA, 2010, p. 58), que denotam situações plausíveis para tornar-se alvo de investigação historiográfica.

Em relação à revista e suas características, a partir da década de 1950 o que se observa é que:

“Assim como na fase anterior, mantinha-se financeiramente através do sistema de assinatura, venda avulsa e espaços destinados a propagandas. As capas, ainda coloridas, incorporaram um visual mais pedagógico ao retratar atividades de ensino desenvolvidas por docentes do Rio Grande do Sul e outros Estados. (STOLL, 2019, p. 26)

A partir desta análise, podemos verificar que a revista, além de trazer as orientações e propostas didáticas, vai se utilizar da iconografia, que será utilizada nas capas, contracapas e nos suplementos didáticos, contando com uma “equipe permanente para planejamento e ilustração” (BASTOS, 2019, p. 409). Abaixo segue um exemplo dessa iconografia, na revista de nº 127 de 1970:

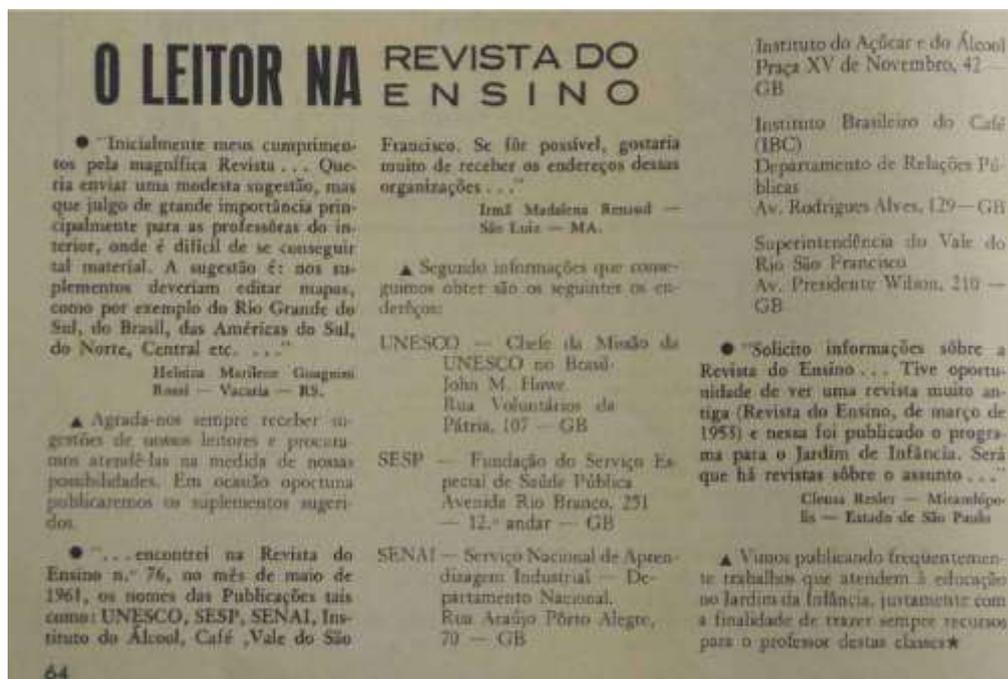
Figura 1. Capa (Esq.) e Paineis do Mês (Dir.), RE/RS, nº 127 de 1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2020)

A Revista do Ensino também possuía, em alguns de seus exemplares, um canal de comunicação com o público leitor. Recebia do público elogios, sugestões e buscava responder a ele de forma a satisfazer suas necessidades. Era o chamado “O leitor na Revista do Ensino”.

Figura 2. O Leitor na Revista do Ensino, revista de nº 121 de 1969



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2020)

É possível observar dissonâncias no que se refere às edições, verificando períodos sem publicações, o que Pereira (2010) afirma serem dificuldades relacionadas à editoração e, ao citar Bastos (1997), aborda as trocas nas equipes a partir da extinção do CPOE em 1971, o que levou a revista a ser editada em diferentes setores da Secretaria de Educação e Cultura do estado.

No entanto, ainda assim ela se constitui em um importante instrumento para a pesquisa em História da Educação e para a compreensão do magistério, público-alvo da revista, merecendo os diferentes olhares e perspectivas dos pesquisadores e pesquisadoras desse campo.

Por fim, considerando que a imprensa pedagógica se constitui em um conjunto de documentos que desvelam a escola de outros tempos, seu conjunto de relações e atores sociais, tais como manuais e revistas, bem como traz à tona e dialoga com seu público sob a perspectiva dos valores e de produções simbólicas de um determinado contexto histórico, justifico da mesma forma, o porquê de pesquisar sobre as representações sociais das professoras na Revista do Ensino do RS.

A seguir, apresento os caminhos metodológicos para a realização da pesquisa que resultou na construção dessa dissertação, abordando o tipo de pesquisa, a forma de análise do objeto em questão, enfim, tudo aquilo que configura os meios pelos quais a pesquisa se desenvolveu.

3 DESCREVENDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Há tempos percebo-me inclinada a flertar com a história. Não obstante, escolhi graduar-me em Psicologia, que não deixa de ser uma ciência que olha para o passado na busca por compreender comportamentos, pensamentos e sentimentos humanos...

Dessa forma, após os entrelaçamentos com o campo educacional, conforme já mencionado na introdução deste trabalho, é na História da Educação que busco assentar minhas investigações enquanto pesquisadora. Para tanto, elegi a Revista do Ensino como minha fonte de pesquisa e como objeto, as representações sociais das professoras.

Por isso, é importante ressaltar que este trabalho adotou uma abordagem qualitativa e, em relação aos procedimentos, se assentou na pesquisa e análise documental, buscando explorar os exemplares da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul disponíveis no Repositório Digital TATU⁶, da Unipampa, reportando-me ao período compreendido entre os anos de 1969 e 1976.

A escolha por este recorte temporal se deve ao fato de que eu estaria dando continuidade às análises iniciadas por mim durante a especialização, quando pesquisei a revista dos anos de 1961 a 1969, e também por conter um período importante de mudança na legislação educacional, passando pela criação da Lei de nº 5692/71, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, bem como um período de Ditadura Militar no nosso país, isso tudo com o intuito de verificar se poderiam existir reflexos destes fatos históricos para a condição feminina naquele contexto.

Já o ano de 1976 está fixado como o fim do meu recorte temporal porque o repositório Tatu dispõe de revistas até 1976, continuando seu acervo depois com as de outra fase, já em 1992, ou seja, um período diferente do que se pretendia analisar.

Dentro das técnicas de pesquisa, Marconi e Lakatos (2003, p. 174) vão nos dizer que a pesquisa documental apresenta como característica os documentos como fonte de coleta de dados. Esses documentos podem ser os oficiais, jornais, revistas, cartas, fotografias (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, entre outros, que expressam a

⁶ Repositório digital que constitui um importante acervo de documentos históricos vinculados à Educação, desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas (GEEHN) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Bagé/RS. (BICA; RODRIGUES; GERVÁSIO, 2019).

realidade, características, modos de ser em um determinado momento ou fato histórico de uma dada sociedade.

A pesquisa documental se apresenta como uma técnica decisiva na área das ciências humanas e sociais, pois a base empírica destas pesquisas se revela pelo uso de fontes escritas. Logo, a análise documental se constitui em um importante aporte teórico-metodológico na pesquisa qualitativa, impulsionando o surgimento de novos aspectos de um tema ou de um problema de pesquisa (BICA, 2012, p. 10).

A Revista do Ensino tem se constituído em uma importante fonte de pesquisa para historiadores da educação - aqui tendo como principal referência (BASTOS, 1997) e membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA)-, os quais têm construído relevantes narrativas acerca da educação no estado do Rio Grande do Sul e, devido ao extenso período pelo qual circulou, necessita ainda de diferentes olhares.

Para desenvolver esse tipo de pesquisa, em que nos utilizamos de documentos, é necessário realizar uma garimpagem do material que será analisado (PIMENTEL, 2001; KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015). Portanto, o primeiro passo foi acessar o repositório digital TATU e buscar as revistas que correspondiam ao período que se pretendia analisar. Estas revistas passaram por esta garimpagem, ou seja, um exame inicial de cada seção da revista, em busca de indícios relacionados às representações das professoras.

Figura 3. Print da página do Repositório Digital TATU



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2020)

Na imagem acima, vemos a página inicial do repositório. Para acessar as Revistas do Ensino, direcionamo-nos ao tópico “Revistas” que se encontra na direita, no canto inferior da tela, que levará o usuário às revistas de 1951 a 1994, em que ele poderá examinar, explorar cada exemplar disponível como se estivesse manuseando o documento físico, sendo possível dar *zoom* (aproximar ou distanciar) no material e até mesmo realizar o *download*, ou seja, baixar o material no seu computador.

Posterior a isso, foi elaborado um mapeamento das revistas, semelhante ao método utilizado por Stoll (2019), que desenvolveu uma forma de organização para auxiliar no meu processo de levantamento dos dados.

Esse método para o mapeamento incluiu a criação de uma tabela com os dados obtidos através da análise, considerando: a edição da revista, o ano da publicação, descrição das seções onde foram encontrados indícios da representação da professora e formulação de uma legenda para explicar os dados gerados. Por que

este processo foi necessário? Porque nas investigações historiográficas, o pesquisador vai e vem nas suas fontes. Corsetti (2006, p. 36) nos traz este fato em sua fala que segue: “buscar as fontes, rever a literatura, checar as questões e reformulá-las se for o caso, voltar às fontes até que esgotem o problema e as fontes”.

Nos estudos que se utilizam da análise documental, é comum verificarmos a organização dos materiais e dados apresentados em tabelas, como forma de sistematização. Pimentel (2001) aponta que, após o processo de garimpagem, é necessário organizar esses materiais que passarão pelo tratamento analítico.

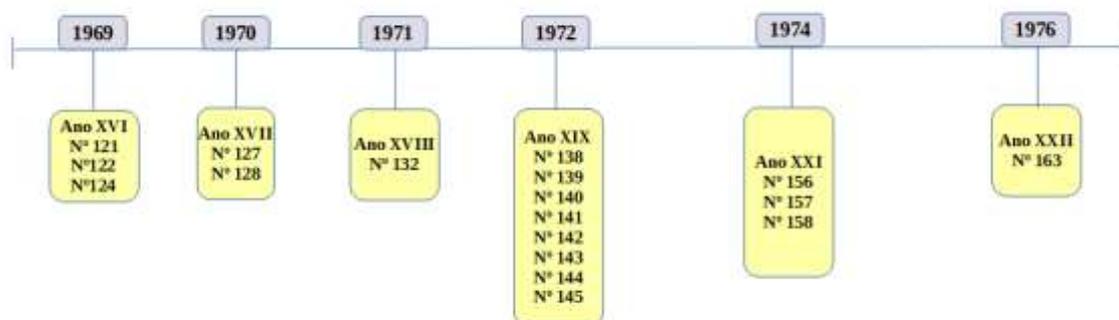
Conforme Kripka; Scheller e Bonotto (2015, p.243), “o desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte”. Através do processo de organização torna-se mais fácil visualizar, sintetizar e dar sentido aos dados interpretando-os, ou seja, na medida em que os dados forem mapeados e sintetizados, será mais fácil dialogar com eles e encontrar respostas aos objetivos da pesquisa.

O pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução, com vista a responder seu questionamento. Para chegar a isso, ele deve se empenhar em descobrir as ligações entre os fatos acumulados, entre os elementos de informação que parecem, imediatamente, estranhos uns aos outros, como assinala Deslauriers (1991:79). É esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento (CELLARD, 2012, p. 304)

Assim, o uso do método da análise documental exigiu atenção, cuidado e criatividade (CORSETTI, 2006) por parte da pesquisadora.

Com base no exposto, apresento a seguir um primeiro momento desta pesquisa, organizado em forma de linha do tempo:

Figura 4. Linha do tempo das revistas disponíveis no Repositório TATU correspondente ao período de 1969 a 1976



Fonte: Autora (2020)

Através dessa linha do tempo, podemos visualizar um primeiro movimento em relação ao levantamento do número de materiais disponíveis para análise. Ao acessar o repositório, constatei que dentro do período escolhido existia um universo de 18 revistas para compor o *corpus* documental desta pesquisa.

Nesse primeiro contato, analisando os índices dos periódicos, percebeu-se que eles se encontram divididos basicamente em 3 seções: uma ligada a reportagens e notícias, outra à educação pré-primária e uma terceira, que trata da educação primária ao ensino médio. Estas seções, da mesma forma, encontram-se separadas por subseções e matérias que se referem ao desenvolvimento emocional da criança, à higiene e saúde, às reformas no ensino, reforma ortográfica, sugestões de atividades etc. Cabe ressaltar aqui que não existem disponíveis no repositório as revistas dos anos de 1973 e 1975.

Na imagem abaixo, apresento o índice de uma revista do ano de 1969, de número 122, em que podemos conferir um exemplo dessa subdivisão relacionada às seções.

Figura 5. Índice da Revista do Ensino do RS de 1969, nº122

<p>Fundadora: Prof.^a Maria de Lourdes Gastal Diretora: Prof.^a M.^a Magdalena Lutzenberger Assistente: Prof.^a Flávia Maria Rosa</p> <p>Redatores: Prof.^a Gilda Garcia Bastos Prof.^a Genérica A. Vieira Prof.^a Paulina M. Vasaky Prof.^a M.^a Beatriz E. G. Scherer Prof.^a Ester Malonoff Prof.^a Cláudia J. Souza Prof.^a Maria S. Aguiar Prof.^a Ivo Luiz Müller</p> <p>Secretária da Redação: Prof.^a Valmiria Fictoria Bibliotecária: Prof.^a Rosa Maria Dieder Planejamento e Ilustração: Prof.^a Marilene Mércia Fátima Prof.^a Ely P. Ferreira Nilza G. Hoerter</p> <p>Supervisão Técnica: Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e de Execução Especializada do SEC</p> <p>EDITORES, DIREÇÃO COMERCIAL, DISTRIBUIÇÃO E PUBLICIDADE a cargo da SOCIEDADE CONTÁBIL FICHA-TRÍPLICE LTDA. DEP. PUBLICAÇÕES EDUCACIONAIS</p> <p>Escritórios: SÃO PAULO - SP R. Senador Paulo Egídio, 72 3.^o andar conj. 304/5 - Tel. 34-4099 e 239-1018 - ADMINISTRAÇÃO 8.^o and. conj. 803 - Tel. 34-0396 - VENDAS</p> <p>RIO DE JANEIRO - RJ Av. Rio Branco, 9 - 3.^o and. s/ 321 Tel. 43-6149</p> <p>PÓRTO ALEGRE - RS Av. Borges de Medeiros, 1.224 - 13.^o and.</p> <p>Representantes nos diversos Estados VIDE ÚLTIMA CAPA</p> <p>PERIODICIDADE — 8 números anuais de acordo com os meses letivos</p> <p>ASSINATURAS: Anual 8 números NC\$ 23,00 Números avulsos NC\$ 3,00</p> <p>A remessa da numerário deve ser feita sempre em nome da Soc. Contábil Ficha-tríplice Ltda. por Cheque Visado ou Valor declarado pagável nas localidades onde mantém escritórios. Reprodução total ou parcial de qualquer texto publicado pela REVISTA DO ENSINO só com li.</p>	<p>REPORTAGENS — ENTREVISTAS — NOTÍCIAS</p> <p>9 — VI Semana EATEF 13 — O Evento da Televisão Educativa no Estado do Rio Grande do Sul 18 — VIDA NA ESCOLA — Sobre Linguagem Oral Fala uma Fono- Audióloga 60 — NOTICIANDO — Duas Professoras Criam um Sistema de Alfabeti- zação que Previne o Estabelecimento de Distúrbios na Área da Lin- guagem</p> <p>EDUCAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA</p> <p>2 — Departamento de Líderes 6 — Conclusões e Recomendações do 1.^o Encontro Interamericano de Frotações ao Pré-Escolar 8 — DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA (II) — Pre- parativos para a Festa das Mães e seu Aproveitamento 14 — Atendimento ao Pré-Escolar Excepcional 18 — EDUCAÇÃO NO JARDIM DA INFÂNCIA — Leve seus Alunos a Observar 39 — CAXINHA DE RIMAS — Um Presente ao Meu Lar — Um Avião — A Pena que Pinga, Pinga</p> <p>ENSINO PRIMÁRIO — ENSINO MÉDIO</p> <p>2.^a capa — UMA SEMANA EM DESTAQUE — Semana Nacional da Bi- blioteca 22 — OBSERVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS — Estudando a Luz (II) 24 — Modelos Geométricos 26 — Atividades Recreativas para 1.^o ano 30 — ARTE INFANTIL — Com Arame e Parafina 31 — Reforma do Ensino Primário no Estado do Rio Grande do Sul 38 — Estudo dos Resultados da Aplicação da Reforma do Ensino Primário 40 — Está na Hora de Brincar — Lápis de Cor (músicas) 41 — Prevenindo Incêndios 44 — EDUCAÇÃO PARA O LAR — Boas Maneiras, uma Necessidade Constante 45 — Os Pais são Sempre Bem-vindos 48 — EDUCAÇÃO RURAL — Conservas Nutritivas 50 — EXERCÍCIOS E DIVERTIMENTOS — Numerais Cruzados — Quem Sou Eu? Palavras Acentuadas 51 — O CINEMA NAS ESCOLAS (I) 53 — CRIANÇAS COM PROBLEMAS MOTORES (I) — Principais Dis- túrbios 55 — TEATRO INFANTIL — A Borboleta e seus Inimigos</p>
--	---

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2020)

Desse universo, foi escolhida para esta pesquisa a seção referente ao ensino primário com destaque às subseções “Educação para o lar”, “Educação Moral e Cívica”, “Rumos a uma boa alimentação”, bem como textos referentes à saúde, educação sexual, professor primário, currículo de 1º grau e reformas do ensino, conforme esquema que segue:

Tabela 4. Relação das temáticas existentes nas subseções das revistas, conforme número e ano de publicação

Seção: Educação Primária						
Ano	1969	1970	1971	1972	1974	1976
Temáticas						
Educação para o lar	121 122	127 128	-	141	-	-
Educação Moral e Cívica	-	127	-	142 143	-	-
Saúde	121 124	127 128	132	138 139 141 142	-	163
Alimentação	-	127	132	138 139 141 142 143 144 145	-	-
Educação Sexual	-	128	132	138	-	-
O professor primário, currículo de 1º grau, reformas no ensino	-	-	132	138 139 140 141 142 143 144	156 157	-

Fonte: Autora (2020)

Com base na tabela, observamos informações relativas à seção de Educação Primária. Para organizar os dados, a tabela foi dividida de forma que as temáticas das subseções pudessem aparecer dispostas verticalmente, na primeira coluna. Já os anos das revistas analisadas se encontram organizados horizontalmente, de maneira que seja possível relacioná-los com as temáticas, dispondo nas linhas que seguem, os números da revista em que elas se encontram.

Ao tecer meus primeiros olhares para essas informações, percebi que o ano de 1972 é o que dispõe do maior número de dados a serem analisados, pois o acervo pesquisado se apresenta mais robusto, com um maior número de revistas disponíveis no Repositório TATU e dispersão em todas as temáticas analisadas.

As temáticas envolvendo a “Educação para o lar”, a “Educação Moral e Cívica” e a “Educação Sexual” foram escolhidas para análise por inferir uma possível relação

com valores morais da sociedade daquela época, que acredito ser relevante para meu estudo, pois percebi uma possibilidade de encontrar conexões entre os papéis atribuídos aos gêneros feminino e masculino, bem como estabelecer, se possível, os impactos da ditadura militar naquele contexto.

Já as temáticas envolvendo a saúde e a alimentação foram escolhidas porque percebi que se fazem bastante presentes nas revistas e, como elas também têm aproximações com as atividades domésticas e familiares, por se relacionarem ao cuidado, acreditei ser importante analisar essa relação de forma mais atenta, buscando conexões entre família e escola, para ver em que medida influenciaram no fazer da professora.

Por fim, recorri às matérias relacionadas à professora primária, ao currículo e às reformas do ensino porque nelas poderia buscar, de forma mais direta, conteúdos relacionados à representação social dessas professoras, questões pontuais que porventura se apresentassem à profissão à medida em que surgiam essas reformas, mais especificamente a Lei nº 5692/71, que “foi promulgada no contexto autoritário da ditadura militar” e tinha ideias de desenvolver o país que vinha com uma “tendência tecnicista da educação” (SUBTIL, 2016, p. 47 e 50).

Desta forma, apresento no capítulo seguinte os resultados obtidos por meio dessa análise documental realizada na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, divididos em quatro categorias de análise, bem como as denominações das representações sociais identificadas nas edições da revista que fizeram parte deste estudo.

4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PROFESSORAS NA REVISTA DO ENSINO DO RS: APRESENTANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS

Este capítulo se destina a apresentar e dialogar com as categorias de análise elencadas por esta pesquisadora, bem como discorrer sobre cada representação de professora identificada a partir dessas categorias na Revista do Ensino do RS.

Com base na leitura e apreciação das revistas disponíveis no Repositório Tatu, foi possível elencar quatro categorias distintas para análise: 1) a da educação para o lar e educação moral e cívica, porque abrangem basicamente questões relacionadas à vida em família, em comunidade, envolvendo valores e normas sociais e religiosos voltados ao desenvolvimento da Nação; 2) a da educação sanitária, em que é possível destacarmos a importância do conhecimento científico que adentra as escolas no final do século XIX e no início do século XX e se mantém forte, enfatizando o discurso médico e a relevância desses conhecimentos para também, da mesma forma, trabalhar em prol de um país que precisava se modernizar, e com isso resolver questões de cunho sanitário, econômico e social; 3) a da menção a uma educação sexual, que a passos pequenos passa a ser entendida como uma possível função da escola e da professora, que antes de qualquer coisa, necessita aprofundar seus conhecimentos a respeito e posteriormente pensar num planejamento de como desenvolver tais conteúdos na escola. 4) a categoria relativa às reformas do ensino, a partir da Lei nº 5692/71, em que a professora é chamada a se adaptar às mudanças com base em uma perspectiva desenvolvimentista do país, devendo ser criativa e estimuladora de seus alunos, que passam para a condição de alunos pensantes, que devem refletir sobre a realidade e não mais apenas receber informação e manter uma relação passiva na sua escolarização, conforme o olhar da revista. Com vistas nestes aspectos, pensando nas representações dessas professoras diante do exposto acima, poderíamos extrair, para cada categoria, uma representação social conforme quadro abaixo e ainda, na sequência, a explanação sobre cada uma delas.

Tabela 5. Representação social conforme categoria de análise

Categoria	Representação
Educação para o lar/ educação moral e cívica	Professora-mãe
Educação sanitária	Professora enfermeira/médica/nutricionista
Educação sexual	Professora orientadora
Reformas do ensino	Professora modernizadora

Fonte: Autora (2022)

4.1. Professora-mãe: dos cuidados com a casa, ao asseio pessoal e desenvolvimento de amor à Pátria

Analisando as sessões destinadas à educação para o lar e a educação moral e cívica, podemos perceber que as professoras eram chamadas pela RE/RS, para desenvolverem atividades que levassem os seus alunos a se tornarem pessoas capazes de cuidar do lar, da família e do país, desenvolvendo habilidades com base em valores e normas sociais, com ênfase nos bons costumes, na vida em comunidade e na ligação com a religião.

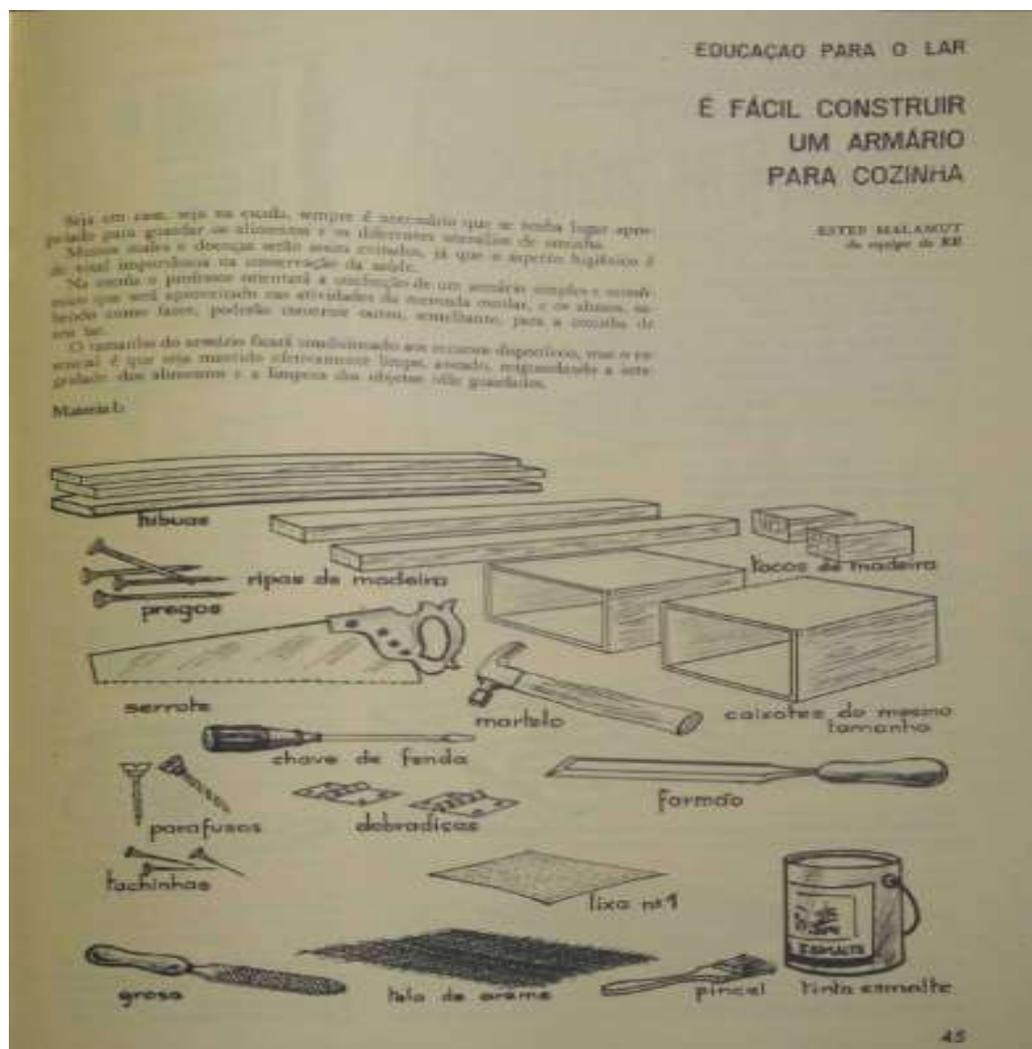
A denominação de “professora-mãe” se dá com vistas ao papel que histórica e socialmente foi destinado às mulheres que se tornavam mães, que deveriam ser zelosas, se fazer sempre presente na vida dos filhos acompanhando e orientando, ensinando a como se portar e se relacionar na vida em família e em comunidade, com base no respeito e na valorização das pessoas e de Deus. Essa representação se dá então, devido à aproximação dos papéis e funções destinados às mães e às professoras, com base no cuidado das crianças, que era o que se esperava das professoras.

Desta forma, dois importantes discursos podiam ser ouvidos com maior ênfase no século 19: os que refutavam a ideia de uma mulher-professora e os que abraçavam tal intenção, se valendo de uma representação fortemente aceita e disseminada socialmente: a mulher-mãe. Este último obteve grande aceitação social, culminando na construção da imagem da mulher-mãe-professora. Afinal, quem, além dela, poderia ensinar crianças? Quem, além do ser naturalmente criado para o exercício da maternidade, seria melhor para a educação

dos pequenos? Defendia-se que a educação das crianças era um ofício que as mulheres exerciam há anos, assim, deslocá-las para o universo docente, não representaria um mal, desde que direcionado ao público infantil. (ARAGÃO; KREUTZ, 2011, p. 110)

Na revista de número 121 de 1969, a sessão Educação para o Lar traz uma atividade de sala de aula em que a professora deveria ensinar a construir um armário de cozinha, juntamente com os alunos, a fim de que pudessem acondicionar os alimentos e mantê-los limpos e protegidos em casa.

Figura 6. Exemplo de atividade – armário de cozinha, revista nº121/1969



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2021)

É comum verificarmos nas revistas esse estímulo aos cuidados com a casa e em geral, a revista traz a figura materna como a responsável pelo lar e a pessoa que vai receber ajuda dos filhos para manter tudo limpo e organizado.

Já a revista de número 122, também do ano de 1969, aborda as boas maneiras (como uma necessidade constante), oferecendo atividade para reforçar comportamentos positivos entre os alunos. Aqui cabe ressaltar que a revista traz expectativa na professora que “sempre interessada em que seus alunos integrem atitudes, hábitos, maneiras de comportamento adequadas ao seu meio-ambiente, a professora buscará recursos em atividades interessantes e do agrado das crianças” (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1969, p.44). Podemos assim dizer que, na concepção da revista, além de ensinar o “Beabá”, a professora tem a incumbência de ensinar boas maneiras aos alunos, estimulando-os ao bom comportamento e o ensino às convenções sociais como um preparo para a vida adulta.

Figura 7. Exemplo de atividade sobre boas maneiras – revista nº122/1969

EDUCAÇÃO PARA O LAR

BOAS MANEIRAS UMA NECESSIDADE CONSTANTE

ESTER MALAMUT da equipe de RE

Em todo e qualquer ambiente faz-se necessário que o indivíduo tenha uma comportamento adequado, deixando transparecer em seu procedimento, em seu contato com os outros, traços de educação positiva, revelando maneiras convenientes, atitudes agradáveis, capacidade de enfrentar com natural cordialidade diversas situações que se lhe apresentarem.

Quando vemos — com suas maneiras — a pessoa encontra nos outros uma maior receptividade e sente-se melhor aceita. Tudo isso reverte em seu próprio benefício porque lhe oferece condições mais oportunas de ajustamento.

Sempre interessada em que seus alunos integrem atitudes, hábitos, maneiras de comportamento adequadas ao seu meio-ambiente, a professora buscará recursos em atividades interessantes e do agrado das crianças.

O que aqui sugerimos é um jogo dramático bastante simples, com utilização de fichas ou de pequenas cartões.

Em cada ficha vai escrita uma expressão, dentro de uma caixa ou em cima de uma mesa. Um aluno pega uma e, sem ler a expressão ali escrita, mostra aos

coléguas. Estas demonstram a situação que ocorre e sempre algumas palavras, para que o pai possa saber qual foi a ficha que escolheu.



Também poderão ser elaboradas pelas crianças cartões ou cartões grandes, onde uma expressão estará escrita acompanhada de desenho apropriado. Depois de escritos, ficará expostos na sala de aula, um lado de cada um em todos os momentos tornando estimulante ocupação.



VOU AJUDAR VOCÊ! SINTO MUITO!

ESTOU CONTENTE EM VER VOCÊ!

DESCULPE, FOI SEM QUERER!

NÃO HÁ DE QUÊ ENTRE, POR FAVOR.

VIM MOSTRAR PARA VOCÊ. OBRIGADO!

POR FAVOR! COM LICENÇA!

FIÇO-LHE MUITO AGRACECIDO!

NÃO SE PREOCUPE, NÃO É NADA!

QUE BOM! É TÃO BONITO!

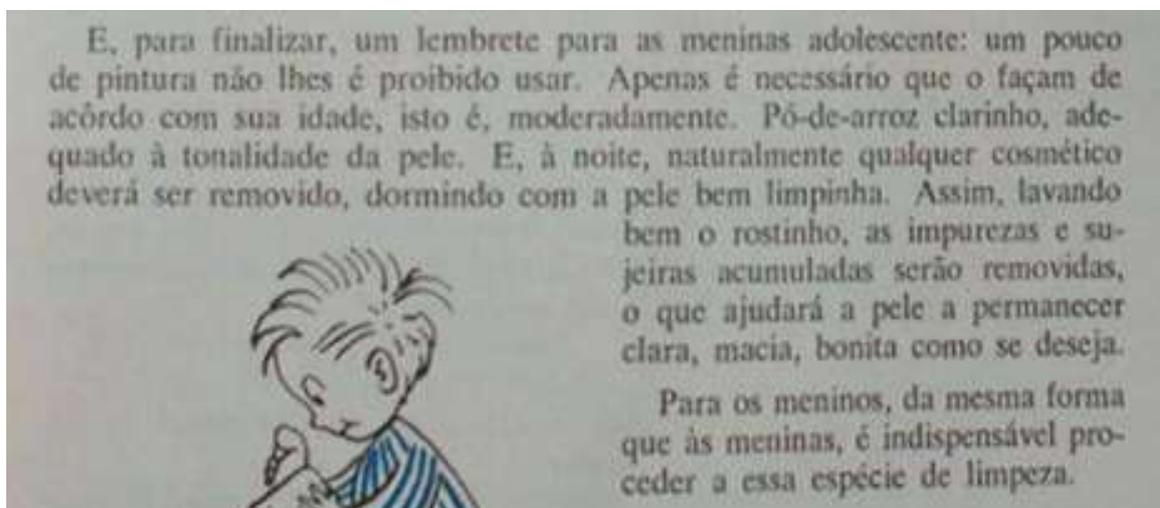
A revista de número 128 de 1970, aborda a higiene do corpo e reforça alguns estereótipos de gênero, sugerindo que a menina adolescente já deve iniciar seus cuidados com a aparência e sua beleza, porém deve fazê-lo sem exageros, ou seja, moderadamente.

Assim, Andrade (2010, p. 108) diz: “afirmo com isso que há diversas pedagogias atuando no meio social e ensinando aos corpos masculinos e femininos, adultos e infantis modos de se comportar e de se relacionar com as coisas do mundo”. E completa:

Deste modo, é possível pensar as revistas voltadas para o público feminino, tanto infantil como adulto, como um artefato pedagógico que exerce poder sobre as mulheres e meninas, ensinando técnicas de como lidar com o corpo. Isso porque os discursos das revistas para mulheres e meninas me parece que equivalem, de alguma forma, repetindo receitas e dicas para atingirem aquele corpo que é representado na mídia como o “ideal”. (ANDRADE, 2010, p. 110)

Com isso, podemos entender que a RE/RS atuou, de certa forma, como um desses dispositivos do qual a autora trata como um artefato pedagógico, levando as professoras a estimularem tal comportamento em suas alunas, reforçando a ideia de que a menina deve estar bonita, bem arrumada...

Figura 8. Trecho de estímulo ao comportamento da menina com a aparência- revista nº128/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2021)

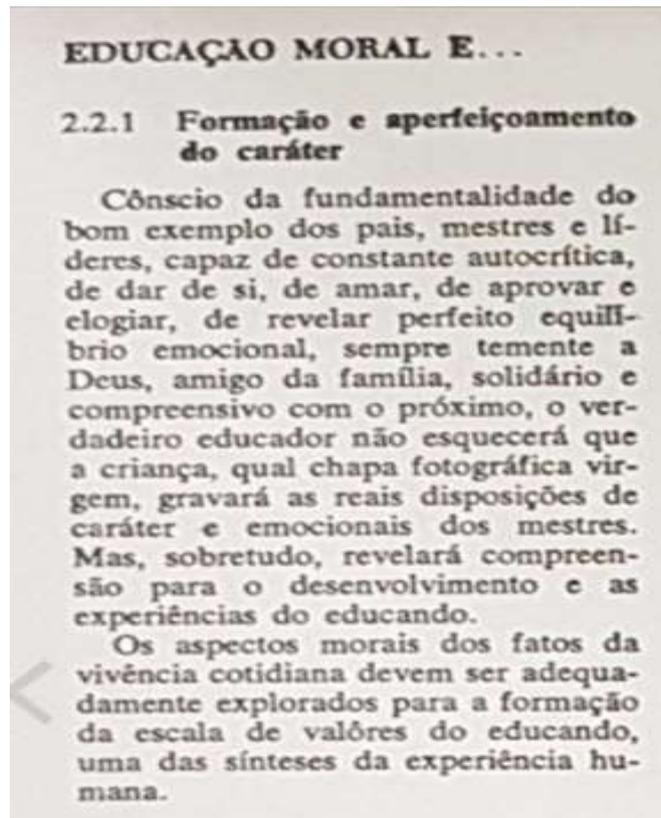
Cabe salientar aqui que, embora a revista esteja chamando o menino a proceder à mesma limpeza e cuidado com a pele e o corpo, é possível identificar, mesmo que sutil, a tentativa de estabelecer um limite para as meninas, como se somente estas tivessem de adotar atitudes moderadas, sem exageros.

No que tange à Educação Moral e Cívica (EMC), convém ressaltar que ela, segundo o olhar de Sousa (2015), fez parte da reforma do ensino do final da década de 1960 quando os militares, já no poder, passam a disseminar a ideia a qual chamou de “higiene da moral e do corpo” (SOUSA, 2015 p. 59). Essa componente curricular se fez de forma obrigatória em todos os níveis, tendo maior visibilidade nesse período entre 1960 e 1980, embora desde os tempos imperiais já se fizesse presente de alguma forma nos bancos escolares. (GUSMÃO, HONORATO, 2019, p. 5)

Ainda que a discussão de Educação Moral e Cívica estivesse presente em diversos momentos da História da Educação Brasileira, sob formatos e nomenclaturas distintas conforme os currículos escolares de cada estado da federação, foram nos anos entre 1960-1980 que essa disciplina obteve maior visibilidade representando uma estratégia societária no âmbito escolar para se fazer inculcar preceitos de civilidades em tempos autoritários. No contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a disciplina de EMC foi empregada como instrumento condicionador do comportamento dos indivíduos com vistas ao enquadramento social dentro de específicos ideais de homem civilizado. (GUSMÃO, HONORATO, 2019, p. 5)

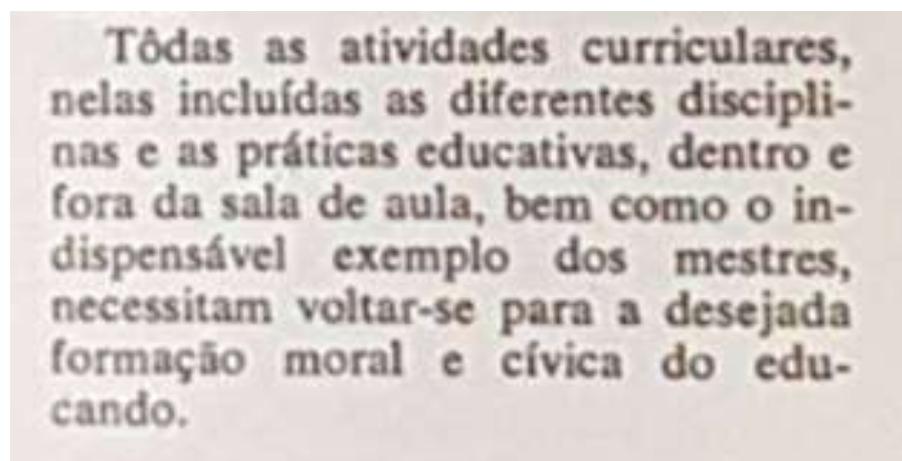
Nesta perspectiva, é possível dizer que a RE/RS se prestou a disseminar tal ideal, o que podemos verificar, por exemplo, na revista de número 127 de 1970, que além de explicitar os objetivos e metodologias da disciplina de EMC, abordava a necessidade de compreender Deus e a família, enfatizando a formação de uma “correta escala de valores”, tendo os mestres como exemplos, conforme as figuras que seguem:

Figura 9. Valores e aspectos morais- revista nº127/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2021)

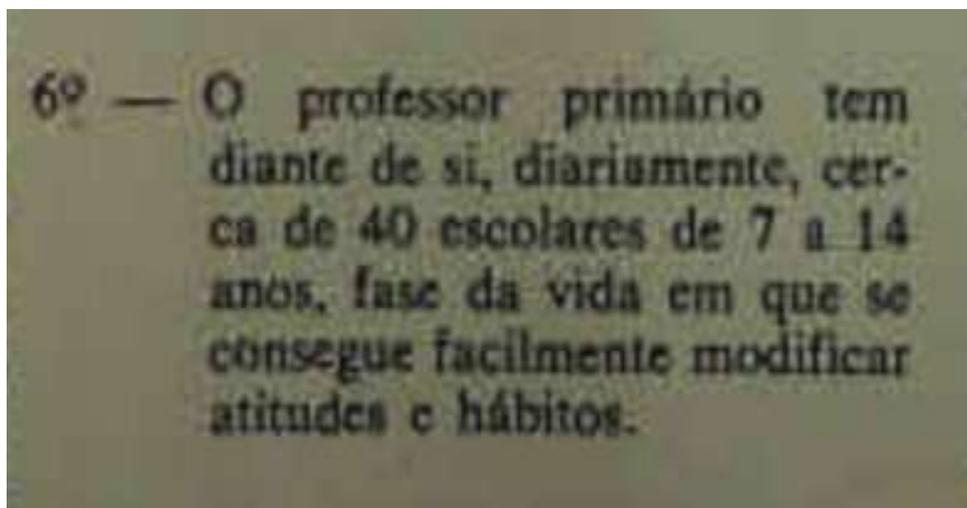
Figura 10. Exemplo dos mestres para educação moral e cívica- revista nº127/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2021)

Gusmão e Honorato (2019, p. 6) ainda afirmam que a EMC pode ser vista “como uma estratégia de disseminação de controles a serem interiorizados pela nova geração”, por isso, podemos inferir que houve a necessidade e a intenção de que a professora fizesse parte de tal estratégia por estar ela em contato diário com cerca de 40 crianças/jovens, conduzindo-os para os ideais de homem civilizado e que amaria sua Pátria, trabalhando pelo seu desenvolvimento e sua modernização. Tal constatação pode ser vista na revista de número 139 de 1972.

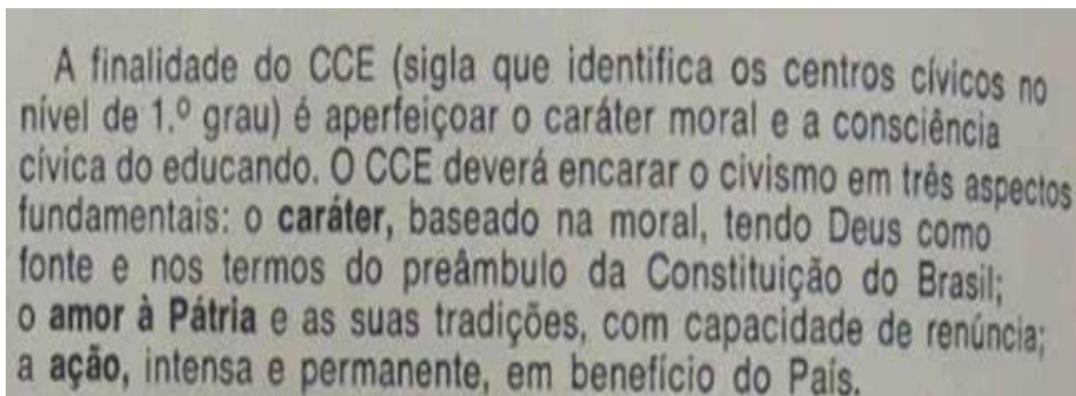
Figura 11. O professor primário- revista nº 139/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Ainda sobre a EMC, a revista 142 de 1972, traz atividades em que a professora deveria abordar sobre os serviços públicos e a 143, do mesmo ano, fala sobre a criação dos Centros Cívicos Escolares que tinham o objetivo de “aperfeiçoar o caráter moral dos educandos” (REVISTA DO ENSINO DO RS, 1972, p.46).

Figura 12. Finalidade do Centro Cívico Escolar- revista nº 143/1972



A finalidade do CCE (sigla que identifica os centros cívicos no nível de 1.º grau) é aperfeiçoar o caráter moral e a consciência cívica do educando. O CCE deverá encarar o civismo em três aspectos fundamentais: o **caráter**, baseado na moral, tendo Deus como fonte e nos termos do preâmbulo da Constituição do Brasil; o **amor à Pátria** e as suas tradições, com capacidade de renúncia; a **ação**, intensa e permanente, em benefício do País.

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Desta forma, não resta dúvidas de que a intenção do governo vigente era o de fomentar uma representação de homem social “X” e que a professora primária tinha papel fundamental neste processo. Sendo assim, com base no que se pode perceber nas revistas analisadas, a RE/RS contribuiu para que a professora agisse de acordo inculcando a necessidade dela em aderir ao bom desenvolvimento das crianças para que se tornassem adultos capazes de transformar o país.

Essa realidade se faz presente em diferentes seções da revista, inclusive quando trata das questões em relação à saúde e bem-estar das crianças e famílias, em que a professora é colocada como alguém para instruir, orientar... com vistas ao melhoramento das condições de vida no Brasil, que na época contava com importantes indicadores que puxavam o desenvolvimento do país para baixo, tais como as condições das moradias, de saúde etc. o que ia na contramão do que os militares intentavam, já que desejavam a modernização do país (Souza, 2015. p. 58).

É importante ressaltar que, a partir da EMC, foram elaborados livros didáticos e manuais que circularam com a intenção de disseminar os preceitos dessa disciplina.

Sabemos que nos regimes políticos autoritários, o uso da propaganda ideológica foi recorrente, para adquirir legitimidade e apoio da população. O controle da educação e da informação serviu para inculcar valores e assegurar a obediência dos indivíduos. Os manuais de educação são um exemplo. Trata-se de um material rico, no que se refere à expressão de conhecimento e de valores de uma época. Eles manifestam práticas culturais e políticas, muitas vezes calcadas no discurso fundador da nacionalidade, no intuito de formar modelos desejados de identidade. Reforçaram, no caso da Ditadura brasileira, princípios relacionados à hierarquia, à autoridade, à ordem e à tradição. O apelo emocional, expresso nos textos e nas imagens, serviu para reforçar valores atrelados ao patriotismo, ao trabalho e à família. (SOUSA, 2015, p.58)

Não obstante, é por conta deste sentimento despertado que ainda hoje vemos uma parcela da população falando de forma positiva e saudosista deste momento da educação brasileira, porque esse controle social se travestiu de um sentimento de respeito e amor à Pátria, de ideais de desenvolvimento.

Gusmão e Honorato (2019, p.9) ainda contribuem:

As finalidades atribuídas à disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1986) visavam a disseminação de preceitos de civilidade, de patriotismo, de ordem e de segurança nacional destinados às novas gerações em tempos de sociedade democrática de direito condenada pela autocracia. Nesse sentido, a sua organização de conteúdos presente nos livros didáticos evidencia saberes considerados necessários para a formação do novo homem civilizado. Assim os livros didáticos de EMC são representantes das disputas dispensadas para uma disciplina escolar em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Isso explicaria, no caso da RE/RS, o porquê trabalhou de forma a orientar a professora e conduzir as atividades para os objetivos da EMC. A revista acabou por fazer parte, quer por ingenuidade, quer por intencionalidade, deste período em que se fez tal apelo emocional, disfarçado de boas intenções, mas que, conforme diferentes autores abordam, tinha como pano de fundo o objetivo em controlar a população por meio da educação.

Que as revistas serviram de palco para a disseminação das reformas implantadas, apresentando o lado positivo da Lei nº5692/71, outros estudos podem comprovar o fato. É o caso da Revista Escola, da editora Abril, que da mesma forma pensou em se dirigir aos professores de 1º grau e dialogar sobre a reforma.

Professores, governo federal e governos estaduais são descritos como o público destinatário da nova publicação que vem para auxiliar na resolução dos problemas inerentes ao aperfeiçoamento do ensino de 1º Grau. Desse modo, explicitam-se as estratégias editorial e cultural que dariam vida ao novo periódico e também se demarca o mercado e a função do mesmo. (REVAH; TOLEDO, 2011, p. 147)

Pensando a partir disso, o que podemos considerar é que, a RE/RS, assim como outros periódicos, se dirigiu aos professores a fim de divulgar as ideias relativas às reformas implantadas pelo governo, ideais estes calcados na educação tecnicista, que visava formar mão-de-obra para desenvolver o país; instrumentalizar esses professores e conseqüentemente, reforçar os ideais de vida regrada e mantida através da moral e dos bons costumes, para formar bons cidadãos, honrados, dedicados e,

porque não, até servis à sua Pátria.

Neste sentido, vejo que a categoria professora se revestiu das representações e simbolismos ligados à maternidade, pois o que se esperou e difundiu ao longo dos anos na Revista, foi a ideia de que as professoras, assim como as mães, deveriam cuidar e ensinar questões básicas em relação ao comportamento e às normas sociais, com base nos valores morais da sociedade da época, cuidados e regramentos em relação ao corpo e à saúde deste corpo, por exemplo, ou na necessidade de levar uma vida conectada com a religião, corroborando com a ideia do magistério como extensão da maternidade.

4.2 Professora médica/enfermeira/nutricionista: por uma educação sanitária com vistas ao combate às mazelas sociais que assolavam o país

O período de análise das revistas para este estudo é um período marcado por mazelas sociais tais como miséria, fome, disseminação de doenças... Convém lembrar que saneamento básico, por exemplo, não era priorizado para as parcelas mais empobrecidas da população. Isso fazia com que as verminoses e outras doenças se fizessem bastante presentes na vida do brasileiro, até porque não existia o trabalho que é desenvolvido hoje em termos de saúde e de prevenção, além de que o desenvolvimento e campanhas de vacinação também não tinham a força que tem nos dias atuais.

No Rio Grande do Sul, assim como no restante do país, na virada do século XIX, o crescimento acelerado de algumas cidades e a expansão acelerada da capital, Porto Alegre, deram lugar a uma série de transformações ao mesmo tempo econômicas, sociais, culturais e políticas, notadamente mudanças de vida aceleradas pela industrialização. Caracterizadas por uma concentração populacional desorganizada, essas cidades evidenciavam, aos olhares de autoridades públicas, reformadores sociais e médicos, uma fisionomia urbana problemática. Careciam de saneamento básico, sistema de transporte, habitações higiênicas, o que ameaçava a saúde da população. As epidemias eram constantes e as taxas de morbidade e mortalidade elevadas. Pensava-se então que uma tal desorganização propiciava contatos sociais desregrados e promíscuos, uma intensa miscigenação de corpos e raças, o que comprometia a formação do cidadão brasileiro íntegro e honrado. (STEPHANOU, 2012, p. 14)

Para tanto, seguindo os moldes do início do século XX, quando esse viés

higienista toma conta da educação brasileira, com vistas a combater esses males que se constituíam em entraves ao desenvolvimento do país, a RE/RS enfatizou bastante em suas publicações os cuidados com a alimentação e com a saúde, fazendo da professora uma multiplicadora de boas práticas neste quesito. A revista (nº139 de 1972, p. 32) chega a deixar claro que, como não tinham profissionais da área da saúde suficientes para realizar esta educação sanitária, a professora poderia ser esta peça fundamental na educação de meninos e meninas para os cuidados com sua saúde e alimentação.

O enfoque da RE/RS se dá para questões de combate às doenças e à subnutrição que era uma realidade naquele contexto histórico e social. A revista chega a publicar uma edição quase que totalmente voltada à saúde, como a revista de número 163, de 1976:

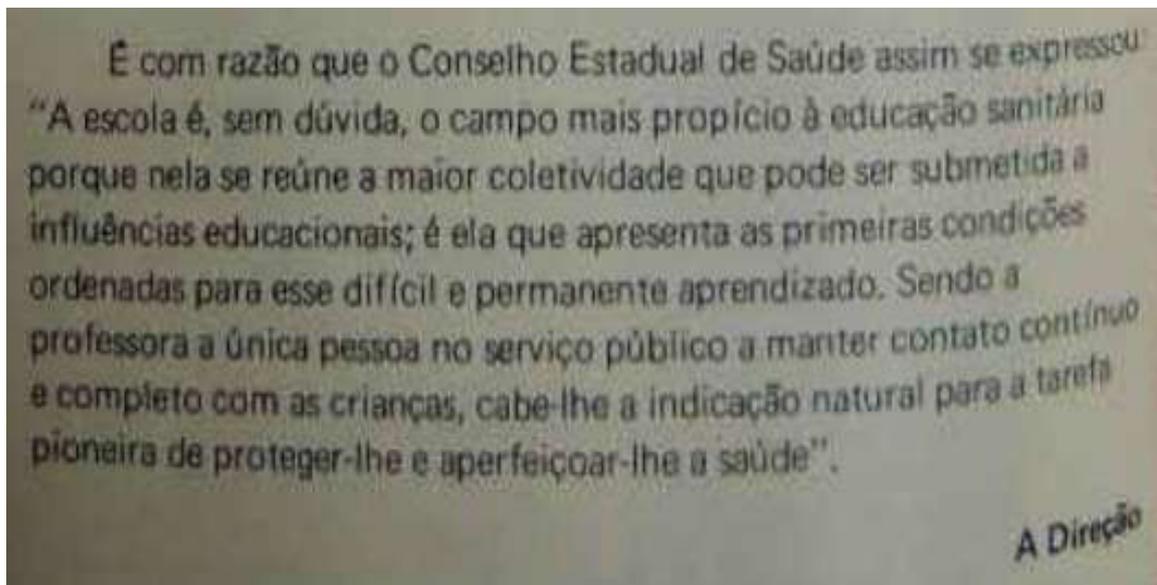
Figura 13. Sumário da revista de 1976 – nº 163

REVISTA DO ENSINO	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Rua Carlos Chagas, n.º 55 PORTO ALEGRE - RS	
ANO XXXII - N.º 163 - 1976 NESTE NÚMERO:	
SUPERVISÃO TÉCNICA	CAPIA Composição de Nitro-Grafi Haurtel
Supervisor: Walter Corrêa Afonso	EDITORIAL EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE - Grande Responsabilidade da Escola 3
Diretor: Mário José de Farias Neto	SUPLEMENTO DIDÁTICO: Cuidar Bem de Seus Dentes
Assessor: Zilene Lechner Patti	Vamos Aprender Estrelas? 3
REDAÇÃO E REVISÃO	Saúde Oral e Comunidade 7
Dir. Mário Pique (Coordenador): Fátima Maria de Magalhães Almeida Marta Cecília Lima Ribeiro Alcides de Castro Bordin Rita Maria Diniz Mattos Tereza Cristina Turcato Sulene Picovini Sanches Zilene Lechner Caporretto	SAÚDE BONS HÁBITOS HIGIÊNICOS - Profilaxia Segura Contra Muitas Doenças 26
ILUSTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO	Curso Técnico em Alimentos 28
Editor: Agnôgnio Ventura Ely R. Faria Layout: Computação Gráfica Mário José Faccini	Mais Esporte, Mais Saúde 31
EDIÇÃO	Educação para a Saúde 37
Editora Meridional EMMA Rua Semana 521 Fones: 23-4555 23-4108 PORTO ALEGRE/RS	Um Programa de Saúde a Serviço da Escola 41
COMERCIALIZAÇÃO	SAÚDE - Fimção de Publicações 45
DISTRITEC - Distribuidora Tanto Cultural LDB L. Semana, 422 PORTO ALEGRE/RS	CONTANDO ESTÓRIAS - Estória Acidentada de um Pré-Molar 48
Assinaturas: 12 números: Cr\$ 180,00 6 números: Cr\$ 100,00	COMO APROVEITAR O SUPLEMENTO - Cuidar Bem de Seus Dentes 53
Número Anual: Nº RS: Cr\$ 15,00 Outros Estados: Cr\$ 20,00	AValiação Avaliando o Método de Avaliação 51
A reprodução parcial ou total deste número só poderá ser feita com autorização prévia da SEC. DE E.M.M.A.	SUGESTÕES ATIVIDADES BEM SUCEDEDIDAS - Como Explorar um Texto 54
	LIVROS Comentário Bibliográfico 56
	SUBSÍDIOS Diretrizes para Formação e Aperfeiçoamento de Professores de Ciências no 1.º Grau Informação (AÇA) 57
	CONVERSA COM O LEITOR DIÁLOGO 62
	R. Ens. Porto Alegre v. 22 n.º 163 p. 1-64 1270

No editorial desta revista, fica clara a intenção de porque a professora é a escolhida para tal função, pois a escola é “o campo mais propício à educação sanitária porque nela se reúne a maior coletividade que pode ser submetida à influências educacionais”.

Fundamentalmente, as argumentações da época associavam maleabilidade e fácil adaptabilidade à própria natureza da criança. Daí a necessidade de oportunizar a experiência ou aprendizagem de hábitos de higiene e de saúde nos lugares que as crianças frequentavam, em especial, a casa e a escola. Sem dúvida, a infância era a idade mais propícia para um trabalho produtivo de educação da saúde. (STEPHANOU, 2012, p. 17)

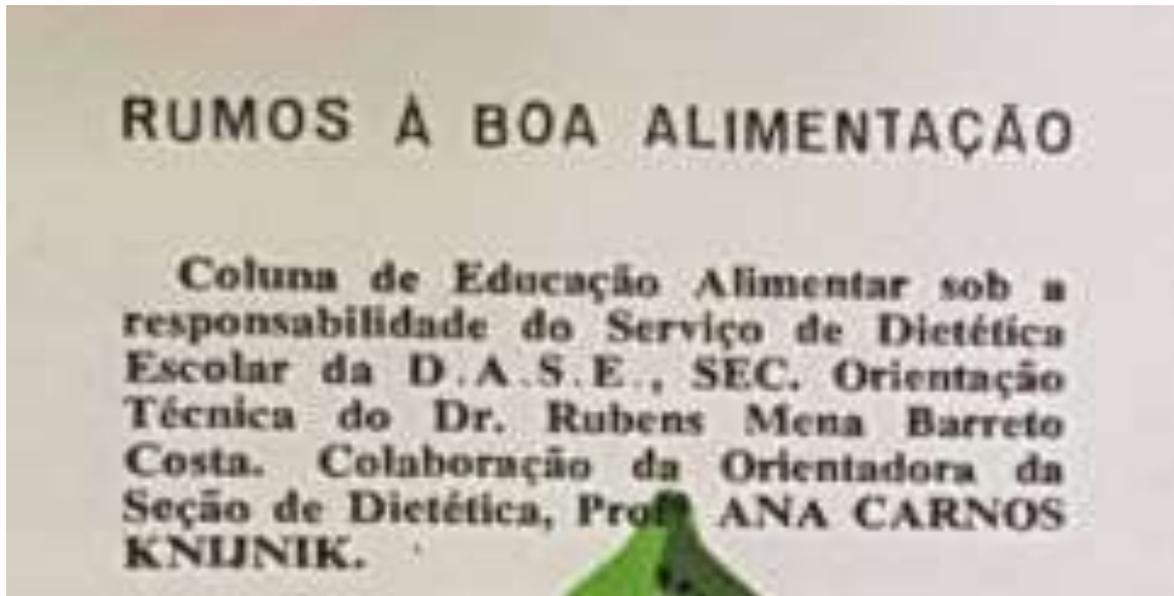
Figura 14. Educação sanitária na escola- revista nº163/ 1976



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Podemos ver na RE/RS que havia uma seção denominada Rumos à Boa Alimentação, que pode ser apreciada em diferentes números da revista. Ela era elaborada a partir do Serviço de Dietética Escolar, conforme figura abaixo, da revista de número 127 de 1970:

Figura 15. Coluna Rumos à Boa Alimentação- revista nº 127/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Nessa seção era possível aprender sobre as propriedades das frutas (RE/RS de número 127 de 1970), a como escolher as frutas para o consumo, sugestões de cardápios elaborados pela professora com os alunos (RE/RS de número 128 de 1970) que deveriam ser entregues às mães, aborda sobre as vitaminas (RE/RS de número 132 de 1971) e como suprir essas necessidades de vitaminas, traz a questão da carência protéica-calórica (RE/RS de número 138 de 1972) entre outras.

A professora era retratada como uma estimuladora do consumo de frutas, de uma alimentação saudável, conforme podemos ver na revista de número 127 de 1970, na página 63, aqui com a matéria na coluna Painel do Mês, com figuras que seguem:

Figura 16. Painel do Mês – Boa alimentação, boa saúde – revista nº127/1970

PAINEL DO MÊS
VALMÍRIA PICCENINI
do grupo de RE

**BOA ALIMENTAÇÃO...
BOA SAÚDE**

O homem precisa alimentar-se adequadamente. Comer muito não quer dizer que se esteja bem nutrido. É necessário um regime balanceado, especialmente para a criança em idade escolar que, na maioria das vezes, está deficientemente alimentada para o colégio, sendo esta a principal causa de sua fraco rendimento.

Freqüentemente vemos famílias em que a situação econômica permitiria uma melhor alimentação, mas esta é deixada por utilizarem instrumentos de menor valor, como por exemplo, massa, arroz e batata e mais de um tipo de carne e nenhuma hortaliça ou suco cozido.

É ao professor que cabe a tarefa de alertar os alunos para a necessidade da formação de hábitos alimentares adequados, levando-os a incluir nas refeições diárias os quatro grupos de alimentos. E, uma forma de fazer isso os nutrientes pertencentes a cada grupo será confeccionado assim: este painel utilizando as informações apresentadas acima.

O professor poderá, também, elaborar com seus alunos um cardápio balanceado para todos os dias da semana, que, elaborado com bom gosto, será oferecido a cada manhã, para lembrá-los da necessidade de incluir nas refeições familiares os quatro grupos de alimentos, mesmo sendo o orçamento familiar modesto.★

DIARIAMENTE NECESSITAMOS DE:

LEITE E DERIVADOS – PORQUE:
– AUXILIAM O CRESCIMENTO.
– PROTEGEM CONTRA DOENÇAS.
– AUMENTAM A DISPOSIÇÃO PARA O TRABALHO.

NOS ALIMENTOS DO 1º GRUPO PREDOMINAM CÁLCIO E FÓSFORO

CARNE, OVOS E FEIJÕES – PORQUE:
– AJUDAM A CONSTRUÇÃO DO CORPO.
– REFAZEM OS TECIDOS.

NOS ALIMENTOS DO 2º GRUPO PREDOMINAM PROTEÍNAS E FERRO

LEQUIMES, HORTALIÇAS E FRUTAS – PORQUE:
– PROTEGEM CONTRA DOENÇAS.
– PROTEGEM CONTRA INFECÇÕES.

NOS ALIMENTOS DO 3º GRUPO PREDOMINAM VITAMINAS, SÓDIO E MINERAIS

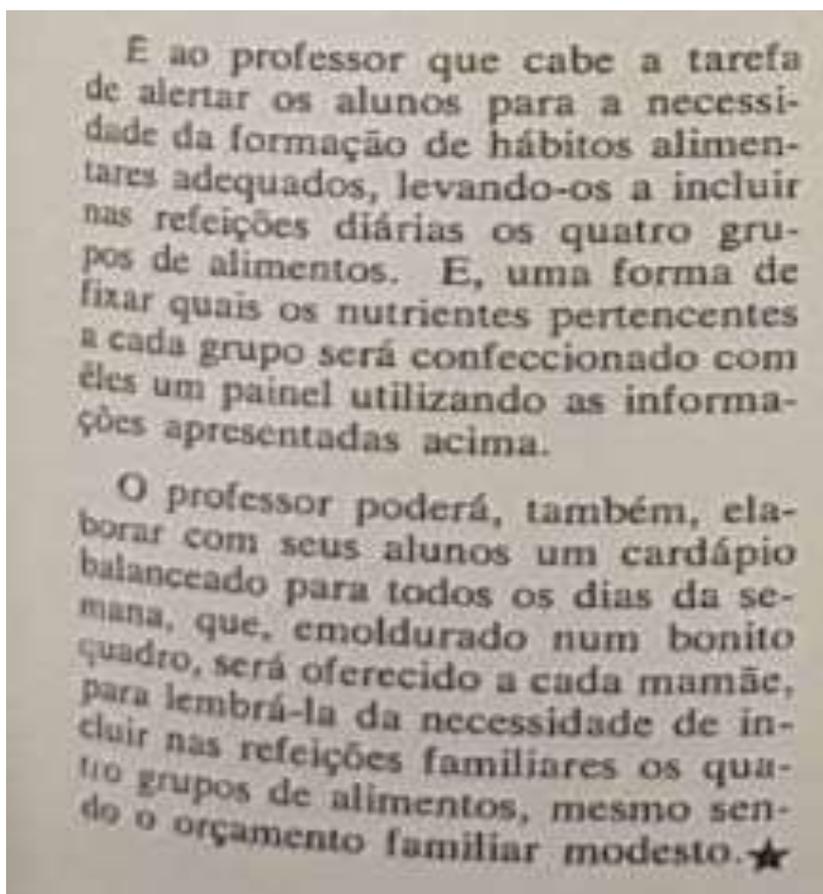
FARINHAS, AÇÚCARES E GRÃOS – PORQUE:
– FORNECEM ENERGIA PARA O ORGANISMO.
– AQUECEM E MOVIMENTAM O CORPO.

NOS ALIMENTOS DO 4º GRUPO PREDOMINAM OS CARBOIDRATOS.

63

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 17. O professor e os hábitos alimentares dos alunos - revista nº127/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

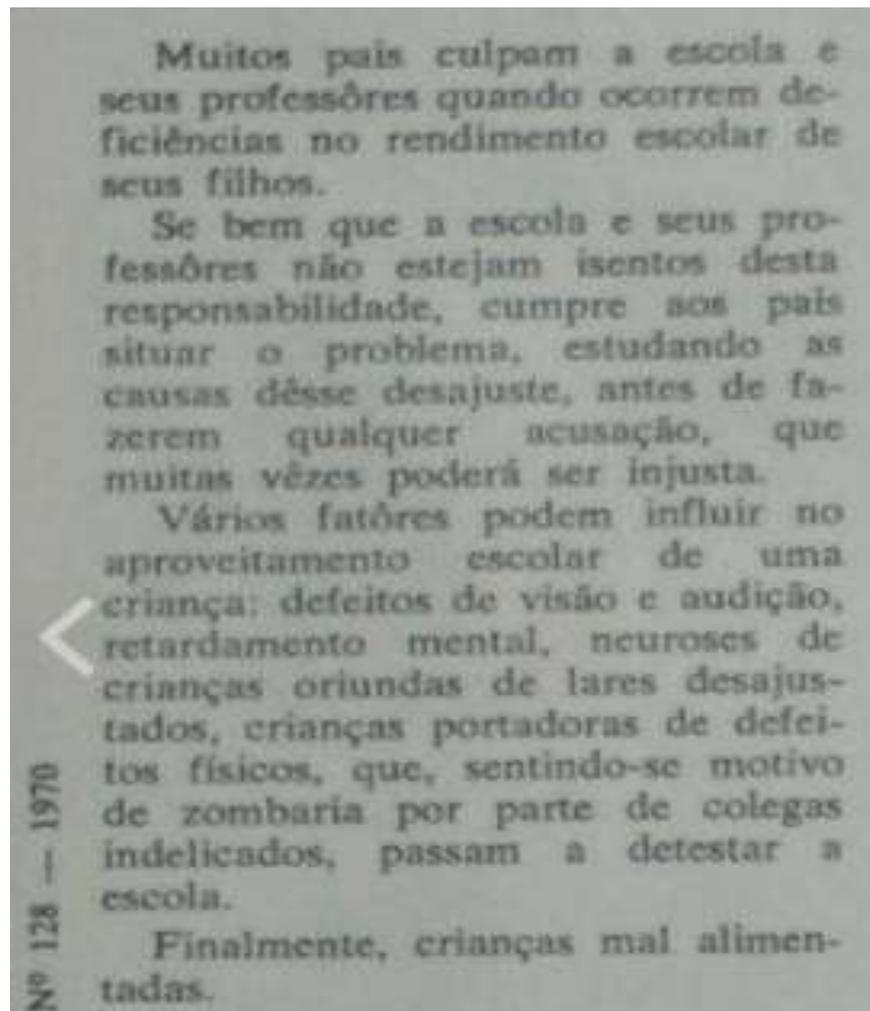
Na revista de número 128 de 1970, verifica-se a orientação à professora sobre o papel da família na alimentação e sobre os impactos no rendimento dos filhos quando de uma alimentação precária, tentando tirar das costas da escola a responsabilidade pelo mau rendimento escolar das crianças, vinculando-o à alimentação deficitária ou outras condições de saúde da criança.

[...] problemas relativos à indisciplina, à evasão e à repetência acabam sendo tratados como problemas ou deficiências de saúde física ou emocional, de caráter individual ou familiar, sem que se coloquem em questão as relações pedagógicas e os processos de ensino vigentes nas escolas. (MEYER, 2012, p. 10)

Assim, convém ressaltar que a figura materna é chamada a esta responsabilidade - a da boa nutrição - porque se tinha o entendimento de que as mães é que eram responsáveis pelas refeições no seio familiar ao passo que, em relação à

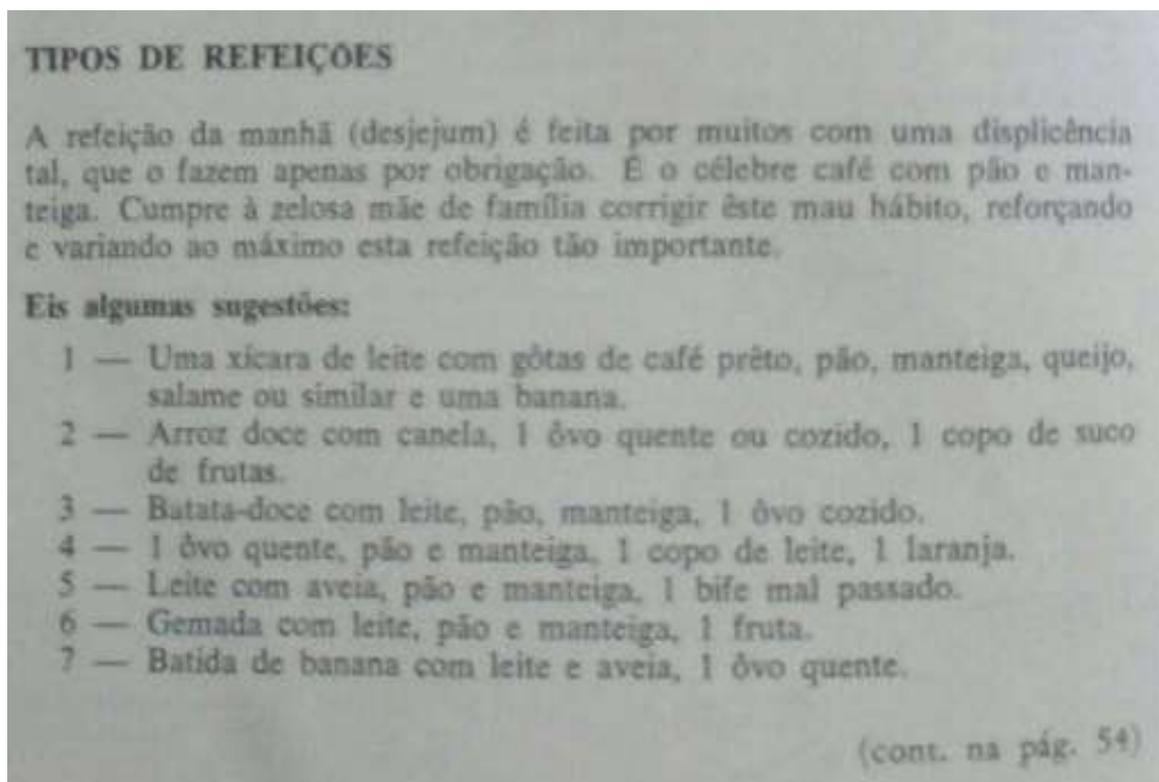
figura paterna, este não chega a ser mencionado como “culpado” pela má nutrição dos filhos. Subentende-se que, os alimentos chegam às famílias, mas que talvez as mães não ofereçam ou não preparem corretamente. E digo “subentende-se” porque em momento algum o pai é citado, a revista traz a figura materna como responsável, como quem tem de fato que providenciar boa alimentação ao filho.

Figura 18. Responsabilidade dos pais – revista nº 128/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 19. Tipos de refeições - revista nº 128/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Se através da seção Rumos à Boa Alimentação a RE/RS buscava informar a professora sobre os alimentos, ela também buscava publicar matérias relativas à “Doenças que atingem o escolar” a fim de propiciar que ela se aprofundasse mais na temática e pudesse orientar e fazer os encaminhamentos necessários.

Na edição 132 de 1971, a RE/RS faz uma abordagem sobre a famosa Escarlatina, conceituando-a, trazendo características da doença a fim de que se pudesse auxiliar na identificação. Da mesma forma, na de número 141, de 1972, é a vez de falar sobre o Tétano. Neste caso, convém enfatizar que a revista faz, de certa forma, um apelo à vacinação, pois traz dados sobre a doença e as vacinas, afirmando que o tétano era questão de saúde pública, pois matava 10.000 pessoas por ano no Brasil. Sobre a vacinação, traz a informação de que dos 600.000 soldados da 2ª Guerra Mundial que foram feridos, somente 1 morreu de tétano devido a falta de vacinação (REVISTA DO ENSINO Nº 141, 1972, p. 35).

Além disso, a revista 141 também dá enfoque na subnutrição, nos cuidados durante a gestação, características da criança subnutrida em fase pré-escolar, fase escolar... trazendo novamente a figura materna como responsável por uma boa alimentação.

Figura 20. Doenças que atingem o escolar – Escarlatina – revista nº132/1971

DOENÇAS QUE PODÉM
ATINGIR O ESCOLAR

ESCARLATINA

TALMIRA FREITAS
— de acordo com SE

O que é escarlatina?

A escarlatina é moléstia aguda, infecciosa e contagiosa que se manifesta aproximadamente a de forma súbita. É causada por uma bactéria e "surto-se" nos tecidos, que se estende através da circulação, seguida de desidratação, inflamação da garganta, febre e pulso rápido. Apresenta-se, de preferência, em regiões de clima frio durante os meses de Jul de maio. Pode a ser transmitida entre os linco e os dias anos.

A transmissão da doença se dá através das vias respiratórias dos doentes convalescentes e das que entram em contato com eles. A bactéria pode estar, também, na poeira e nos alimentos contaminados no local. Apesar das precauções tomadas nos locais de grandes concentrações de pessoas, mantendo a ventilação normal durante a convalescência. O fato de ser a doença transmitida uma vez pela doença não a imuniza por toda a vida, pois há 40 anos diferentes de grupos representativos. Assim, qualquer caso deve de ser seguido por vários anos, sem de cada vez. Pode ocorrer também que a mesma pessoa volte a ser atingida pela doença, em ocasiões, não por modo contínuo a moléstia, mas sim por sempre de períodos sucessivos graças à eliminação de anticorpos específicos.

Foi constatada a presença do mesmo tipo de germes na garganta de pessoas atingidas por simples infecção, como a inflamação dos amígdalas. Daí se conclui que a recuperação completa da moléstia precisa um tempo que varia a duração, mas poucas pessoas são resistentes a ela, pois se indivíduos suscetíveis a escarlatina se manifestam como sempre inflamação da garganta e também outras doenças como de febre, tosse, etc.

Se não houver tratamento a bactéria persiste no organismo através da circulação — de forma direta através da circulação de saliva, secreções nasais e da garganta ou seja através da desidratação da pele como se poderia esperar de pessoas a de forma indireta através das roupas e objetos, livros, brinquedos etc., contaminados pela saliva e secreções do nariz e também das pessoas que entram em contato com o paciente.

Sintomas e diagnóstico

O período de incubação pode variar de poucas horas a 15 dias. A doença, que começa logo, de uma hora para outra passa a ser de dois dias de duração, quando a, se de modo progressivo, poderá ser constatada. A febre vai elevando-se (39°) e os glândulas da garganta ficam inchadas e muito sensíveis. Não que ocorre porque uma simples inflamação nos os tecidos internos das mucosas das faras, laringe, traqueia e brônquios acaba tornando difícil a respiração das crianças.

Pode-se constatar se o moléstia escarlatina, examinando a língua, se estão ali, com as papilas inchadas, brancas no centro e vermelhas nas bordas (língua de framboesa) e a pele nos espaços da doença e devesse chamar a atenção. Nesta caso a doença poderá ser debilitada em 10 dias, caso contrário poderá ocorrer-se por semanas ou meses, pois apesar de tudo o período de duração que ocorre a fase aguda, é muito perigosa e pode ter longa convalescência.

A infecção bacteriana aguda representada, surgindo, em média, depois de 7 dias, se não se tomar, como se viu, isto é, de fato a febre, se que não chega a ponto que fica muito elevada. Tanto se a duração de que se faz o teste concluído, mas isto é devido ao contato com a 10ª escarlatina de pele e a fase aguda acaba em volta de três a do quatro.

Vão se tornando lentos progressos pouco a pouco, isto porque os doentes que ficam se tocam. Estes pontos aparecem de preferência, nos pontos quentes e frios do corpo, das mãos, pés e do rosto, espalhando-se pela garganta, traxo e amígdalas. Normalmente não ocorre grande inchaço, com exceção dos linfonodos nos doentes das infecções e nos lugares do corpo que entram em contato com a moléstia.

A desidratação permanece por, aproximadamente, 10 dias, a pele está muito quente, e quando se toca fica com uma sensação de queimação. Assim, pouco a pouco vai desaparecendo nos lugares em que é mais quente, boca e nariz e a pessoa começa a melhorar de saúde e começa a comer e beber.

É a fase em que ocorre a pele vermelha e é o final da escarlatina, mas neste período é que se complicações são mais frequentes.

O diagnóstico é praticamente impossível em que seja o moléstia infecciosa aguda. Quando não se encontra, portanto, com os sintomas típicos, de que se faz o teste concluído e que pode ser diagnosticado a mol.

Pode-se também, para não ser, fazer exame de sangue e cultura de material da garganta.

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 21. Doenças que atingem o escolar – Tétano – revista nº141/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 22. Nutrição e fases de vida – revista nº141/1972

No 1.º ano de vida, nota-se logo se a criança é subnutrida pela aferição de peso e estrutura, que serão abaixo do normal quando a alimentação da criança for deficiente.

A criança será portadora de desnutrição global calórica porque a criança irá gastar suas próprias reservas para se manter.

Quanto ao **pré-escolar**, o quadro é igualmente grave. Nessa fase, a alimentação da criança passa despercebida, ou porque chegou um novo nenê, ou porque a mãe trabalha fora, ou ainda, por outros motivos. O padrão protéico dessa criança fica alterado. É uma criança apática, com pele seca, desanimada. É necessário um controle médico. Já na **fase Escolar**, a criança subnutrida ficará sempre abaixo do nível normal. Haverá atraso de crescimento ósseo, falta de proteína e ela crescerá vagarosamente, pois o crescimento é uma mudança de tamanho de acordo com a multiplicação celular.

Nessa idade, entretanto, a criança deve lutar

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Em 1972, a RE/RS de número 138 (e continua na nº 139), aborda sobre as Verminoses, apresentando os diferentes tipos de vermes, sintomas, as formas de contaminação etc. Cabe ressaltar que a RE/RS faz referência às verminoses como não sendo apenas um problema médico, mas econômico e social, porque vinculam ao saneamento básico deficitário, e aqui, mais uma vez, podemos ver a professora como peça fundamental para a resolução do problema.

A verminose é menos um problema médico do que um problema sócio-econômico. Somente com a elevação do padrão de vida das nossas populações se conseguirá reduzir de modo acentuado a incidência das verminoses. No entanto, conhecendo-se um pouco da vida de tais parasitas, como cada um penetra no organismo, se conseguirá, talvez, reduzir sua incidência. E nesse campo a professora primária poderá desempenhar um papel de máxima importância (REVISTA DO ENSINO Nº 138, 1972, p. 49)

Figura 23. As verminoses – revista nº138/1972



A saúde dos olhos e dos dentes também fizeram parte das edições da RE/RS. Aqui a matéria fala sobre os defeitos da visão e tem por objetivo auxiliar a professora a identificar e levar esta questão às famílias para que buscassem ajuda especializada. Coloca a escola como um espaço onde essas dificuldades aparecem melhor e a professora é vista como tendo papel de orientar os pais. Abaixo vemos a figura da matéria que trata do teste de visão, em que a professora poderia realizar na escola e também um trecho que trata da cegueira e do estímulo à criança cega, tendo a figura da mãe papel fundamental, aparecendo como apoio, suporte tanto físico quanto emocional.

Afeto, aceitação e aprovação fazem parte da vida da criança cega para torná-la feliz. A mãe ajudará o filho a desenvolver autoconfiança e independência física, encorajando-o a fazer as coisas que as crianças comuns aprendem a fazer através de imitação. (REVISTA DO ENSINO Nº 163, 1976, p. 4)

Figura 24. Teste de visão – revista nº142/1972

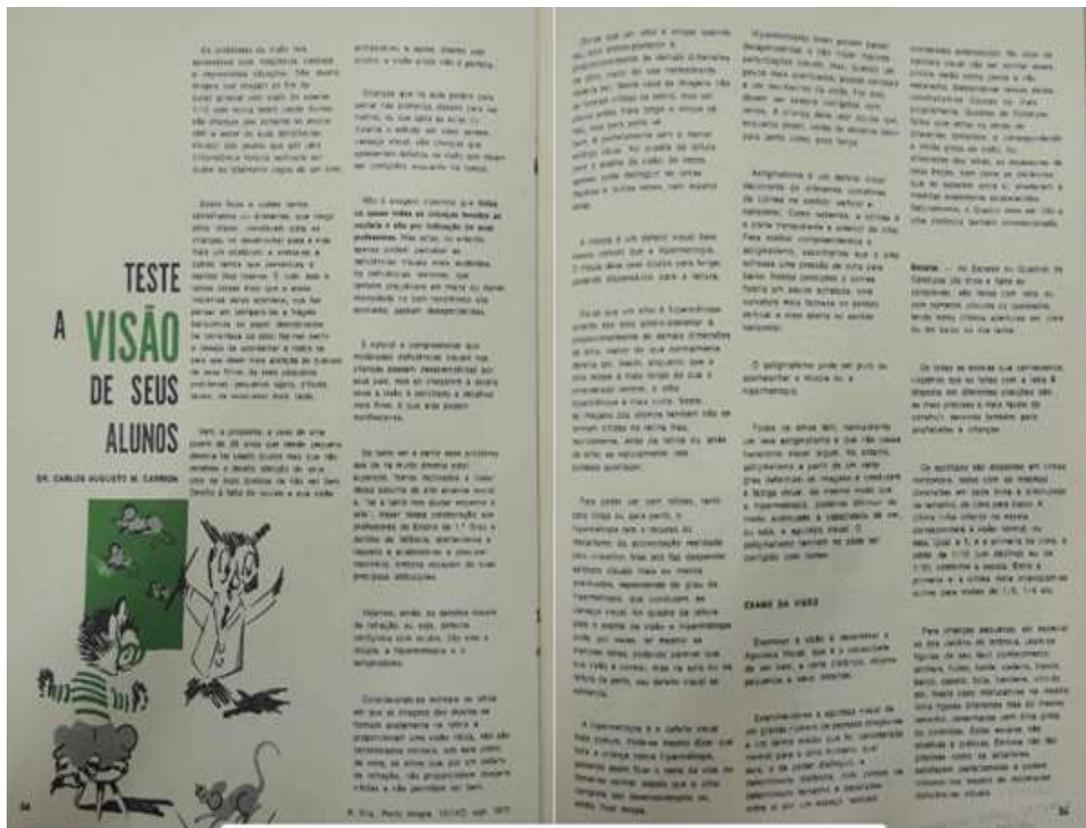


Figura 26. Publicação sobre saúde – revista nº163/1976



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Popkewitz (1994) apud Stephanou (2012, p.15), afirma que “é importante acrescentar que aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação, mas envolve a produção ativa de sensibilidades, modos de percepção de si e dos outros...” ou seja, a intenção do currículo vai mais além do que se pode imaginar num primeiro momento.

Nesse sentido, a análise dos principais elementos que historicamente vêm caracterizando o ensino de temas relacionados à saúde incita-nos a pensar como algumas noções (de asseio, alimentação adequada, saúde física e mental, cuidados com o corpo, etc.) e práticas da escola (como ginástica e esportes, exames médicos, inspeção da higiene de unhas e cabelos, prescrição de uma rotina de asseio pessoal, educação sexual) tem produzido nossas

subjetividades e nossa consciência no mundo social. (STEPHANOU, 2012, p. 15)

Sendo assim, se o currículo e as práticas escolares produzem subjetividades, sejam elas de professoras/es ou de alunos/as, podemos inferir que, ao fazer um grande destaque a essas temáticas nas suas edições, que foi da alimentação às doenças, cuidados com a higiene oral, com os olhos etc, a RE/RS ajudou a (re)produzir essas subjetividades e a representação da professora enquanto responsável por gerir as questões de saúde em sala de aula no cotidiano escolar, além de enfatizar, em muitos momentos, a importância da figura materna, responsabilizando-a pela alimentação e saúde dos filhos .

Se pensarmos que a revista chegou a publicar, por exemplo, o modelo utilizado nos consultórios médicos para exame de visão, a fim de que a professora pudesse identificar qual aluno teria problema e necessitaria uso de óculos, ou ainda, que apresentava cardápios com alimentação balanceada para que a professora instrísse o aluno, temos a professora revestida da mulher médica e nutricionista, exercendo um papel que teoricamente não deveria ser seu e sim de outras/os profissionais, logo é possível afirmar que a professora carrega também a representação e os simbolismos da medicina, enfermagem e nutrição.

4.3 Professora-orientadora da sexualidade dos estudantes: que sexualidade é essa?

Não preciso dizer que me causou espanto o fato de me deparar com um periódico voltado ao magistério que ousou falar de sexualidade e de uma Educação Sexual nas escolas. Espanto sim, porque se hoje ainda enfrentamos um terreno instável sobre essas discussões no espaço da escola, como não seria falar sobre essas temáticas nos anos 60 e 70? Ao mesmo tempo, recorro à lembrança de que esses anos são exatamente os de uma grande efervescência cultural de proporção mundial, então teria ela motivado esse interesse pela educação sexual?

Ribeiro (2013, p.11) vai nos trazer que:

A discussão sobre a inclusão da sexualidade no currículo escolar vem ocorrendo desde o início do século XX, pela influência das concepções médico-higienistas do século XIX. Naquela época, apareceram as primeiras ideias sobre educação sexual, as quais objetivavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, como também o preparo da mulher para ser esposa e mãe (BONATO, 1999; GUIMARÃES, 1995; SAYÃO, 1997 apud RIBEIRO, 2013, p.11)

As revistas que correspondem ao período de análise deste estudo e que contém questões envolvendo a sexualidade e a educação sexual se dão a partir de 1970. De acordo com Ribeiro (2013, p.12) isso se dá porque

Foi no início da década de 60 que algumas escolas públicas e particulares dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tentaram a implantação de um programa de educação sexual. Porém, devido às mudanças políticas geradas pelo golpe de 64, essas experiências foram interrompidas em consequência da repressão e do moralismo vigente.

E continua:

Na segunda metade da década de 70, com o processo de reabertura política e o conseqüente abrandamento da censura, ressurgiu o interesse pela educação sexual, motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional, pela mudança no comportamento sexual do jovem, principalmente devido à pílula como método anticoncepcional, e também pelo avanço da medicina no controle das doenças sexualmente transmissíveis. (GUIMARÃES, 1995; SAYÃO, 1997 apud RIBEIRO, 2013, p.12)

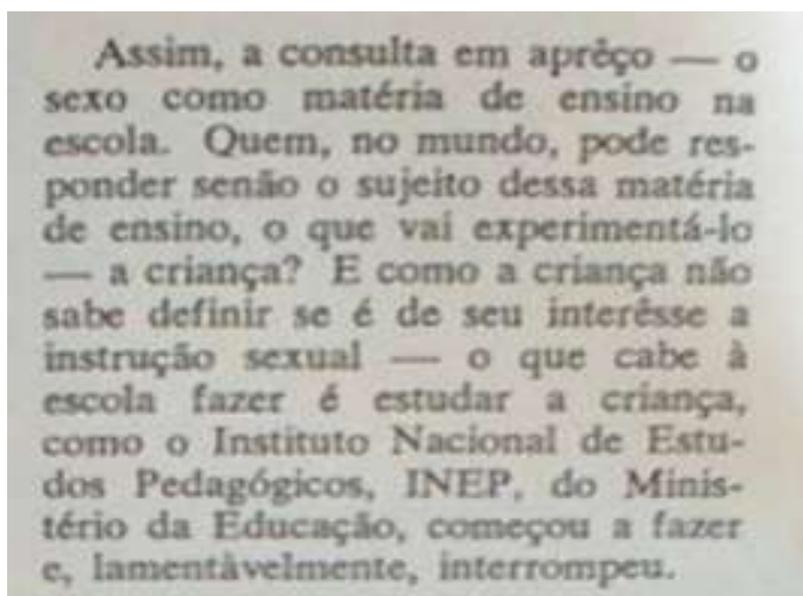
Na revista 128 de 1970, encontramos uma matéria relacionada a abordagem de questões sobre sexo em livros didáticos para crianças, orientando muita cautela e aprofundamento a respeito.

Atendendo à consulta sobre a conveniência da publicação de livros didáticos a respeito de sexo com o objetivo de instruir a criança, julgamos de bom aviso estudar o assunto e aguardar que cada um, de posse do conhecimento, faça o seu julgamento próprio (REVISTA DO ENSINO Nº 128, 1970, p. 4)

Ao mesmo tempo que tentam falar a respeito e estudar sobre como colocar em prática tal educação sexual, sabiam que era um caminho complicado de trilhar, porque mexe com questões de valores morais e religiosos das famílias. Para isso, a

revista sugere que se faça um estudo da criança para posterior a isso entender o que de fato ela deve receber de instrução sobre sexo. A RE/RS pretendia começar essa discussão indicando que a professora e a escola fizessem a discussão no currículo escolar.

Figura 27. O sexo como matéria de ensino – revista nº128/1970



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Por isso, na revista 132 de 1971, podemos ver uma matéria que aborda a Educação sexual e a criança, na sua página 6. Aqui, o educador é visto como partícipe do desenvolvimento das crianças em vários aspectos e também neste, no que se refere à educação sexual. O sexo é abordado, na Revista do Ensino, como algo positivo, saudável, e as crianças entendidas como sujeitos que tem relação com a educação sexual desde o primeiro ano. O texto sugere respeito às etapas, traz relatos de professoras sobre situações ocorridas em sala. A narrativa descreve a fala da professora que, segura, com conhecimento, é capaz de agir com naturalidade e responder às dúvidas das crianças de forma satisfatória, tal como podemos ver na figura que segue. O que não é possível afirmar é que, de fato, as professoras sentiam tal segurança. É provável que para a maioria delas fosse um assunto desconfortável, pois sexo/sexualidade sempre foi considerado assunto tabu, e assim, pouco mencionado.

Figura 28. A naturalidade da professora diante da indagação do aluno – revista nº132/1971

Entretanto, é justamente então que eles, com muito maior frequência, formulam perguntas a respeito do sexo.

“C.A., menino com 2 anos e meio de idade, que não tem uma irmãzinha em casa, freqüenta a Escola Maternal. Certo dia, em meio a uma apresentação de fantoches, perguntou à professora: ‘Dona S. . . , os palhacinhos têm gugu?’ ‘— Sim’, respondeu a professora, que, embora não conhecesse essa terminologia, entendeu a pergunta feita pela criança. ‘— E as bruxas?’ continuou C.A. ‘As bruxas não’ diz S. . . , prosseguindo normalmente com a representação dos fantoches.”

A naturalidade com que esta professora aceitou a curiosidade de C.A. com respeito ao sexo, respondendo às perguntas de maneira simples e na intensidade de suas exigências foi uma forma apropriada de encarar este aspecto da educação da criança.

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

O trecho destacado abaixo sugere que os próprios pais clamavam por esta educação sexual e esperavam algo da escola em relação a isso. Mas ainda assim, as professoras temem o processo.

Figura 29. Educação sexual no currículo escolar– revista nº132/1971

Em reuniões com pais, em diferentes escolas, tem sido constatada a frequência com que é sugerida uma orientação mais definida, ou seja, a inclusão da EDUCAÇÃO SEXUAL no CURRÍCULO ESCOLAR.

Está tão presente na realidade atual esta necessidade de esclarecimento, que revistas as mais diversas vêm abordando insistentemente o assunto.

Entretanto, sabemos que a introdução do tema Educação Sexual no currículo da escola envolve uma grande responsabilidade, exigindo um planejamento adequado, muito bem fundamentado, com um Programa de Orientação Pedagógica para os professores, que os capacite não só a atuar junto às crianças, mas que os leve também a atingir os pais.

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

A revista não traz necessariamente um planejamento de educação sexual, até porque parece não saber ao certo como fazê-lo, demonstra receio, mas tenta oferecer informações, dar subsídios aos educadores passando a impressão de que se faz necessário que se comece...

Talvez fosse necessário, antes de tudo, pensar que conceito atribuir à educação sexual, pois embora a revista fale sutilmente sobre algumas nuances da sexualidade, ela inicia o texto falando sobre sexo, ou seja, mesmo que com alguma percepção de que o conceito é mais amplo, ainda assim o que ecoava forte na época era a palavra sexo.

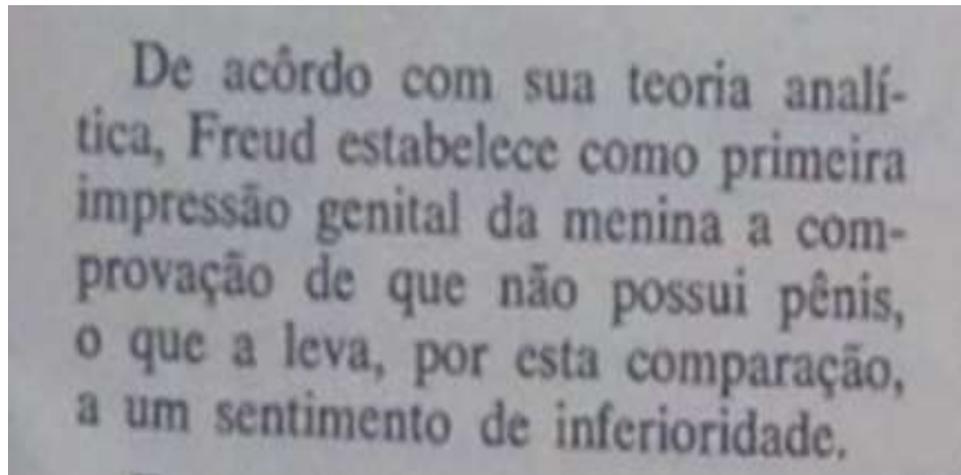
Oliveira (2012, p.105), ao falar sobre a educação sexual, vai se referir aos diferentes espaços onde o sujeito pode aprender sobre sua sexualidade, que “os espaços de educação sexual vão ficando cada vez mais diversificados”, podendo ser formais, como a escola, ou informais, quando ocorre em locais em que a “ação educativa não é planejada”.

o indivíduo é educado sexualmente pela simples experiência de participar de determinado grupo, de conviver com determinadas pessoas naquele espaço específico e de vivenciar regras e princípios que regulamentam as suas condutas. Sem perceber, uma professora pode, por exemplo, ensinar aos seus alunos que “recato” é uma característica típica do sexo feminino pelo simples fato de exigir das meninas “que sentem direitinho” (aquela posição que todas nós, um dia, já fomos obrigadas a imitar) e de permitir que os meninos sentem sem qualquer recomendação quanto à postura.(OLIVEIRA, 2012, p.106)

É o que se percebe na revista e na sua relação com a professora, ao estimular que ensinem pontos distintos entre meninos e meninas, como vimos anteriormente em relação ao cuidado com o corpo, ou seja, a RE/RS era um espaço de aprender sobre sexualidade, mesmo que uma sexualidade mais restritiva às mulheres/meninas.

A matéria Educação sexual e a criança se refugia nas teorias psicanalíticas, mais especificamente em Freud (que acabou por ser questionado em alguns aspectos pelos psicanalistas neofreudianos) que muito falou sobre o assunto e era referência, abordando as diferentes etapas do desenvolvimento, a relação do conceito cunhado como Complexo de Édipo etc. a fim de instruir o professor sobre a infância e essas fases distintas. Isto pode ser evidenciado na figura que segue:

Figura 30. Freud e a primeira impressão genital da menina– revista nº132/1971

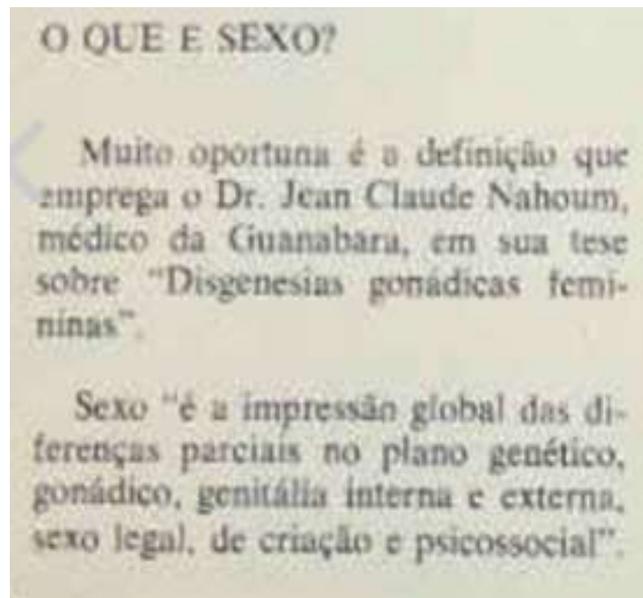


Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

A julgar por esta citação que a Revista faz de Freud, poderíamos pensar que ela reproduz essa ideia de inferioridade feminina e de que portanto, a própria revista acredita nisso, tanto que traz à tona essa questão. O interessante de pensar aqui é que, a RE/RS é escrita, na sua maioria, por mulheres, destinada a mulheres, considerando o magistério primário que se constituiu basicamente feminino.

A revista 138 de 1972 vai um pouco além e aborda a discussão em torno da definição do sexo. “Menino ou menina? pode a educação exercer sua influência na definição do sexo?” A matéria, embora mencione a questão social e cultural – talvez sem saber que mais tarde se definiriam como aspectos distintos do biológico - , até mesmo porque traz a definição de “papel” e “papel sexual”, dá ênfase no caráter biológico dos sexos, utilizando termos e conceitos da biologia e da medicina.

Figura 31. O que é sexo? - revista nº138/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

A respeito dessa ordem do "biológico" do sexo, Ceccarelli (2010, p. 272) nos traz a seguinte reflexão:

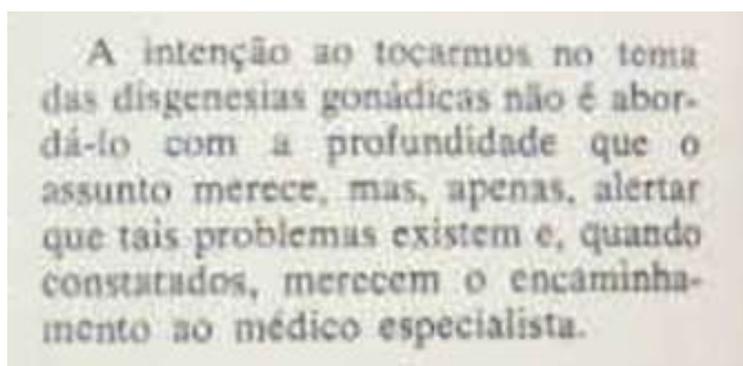
A crítica que se faz a esta divisão proposta por Stoller - "sexo" para falar do biológico, e gênero para falar da ordem social - é que ela restabelece o binarismo "natureza/cultura", dando ao "sexo" a conotação de biológico e "natural", o que escamotearia completamente o fato de que o sexo, assim como o gênero, é uma construção conceitual. Não se trata, evidentemente, de negar a diferença biológica, mas os Estudos de Gênero (Gender Studies) há muito nos ensinaram a não confundir esta diferença com o uso ideológico que delas fazem as sociedades.

Outro aspecto que podemos observar é o de que a revista não usa o termo "sexualidade", pois não era difundido naquele contexto histórico. A inserção do termo sexualidade é mais recente e talvez aí resida a confusão que ainda hoje se percebe e penso ser talvez um dos motivos pelo qual se faz vistas grossas à inserção da temática na escola: sexualidade é confundida com o sexo (ação/ atividade sexual), quando na verdade, as pessoas deveriam entendê-la como Louro (2012, p.94) nos descreve: "sexualidade tem a ver com o modo como as pessoas vivem seus desejos e prazeres, tem a ver, portanto, com a cultura e com a sociedade, mais do que com a biologia".

Sexualidade é mais ampla, tem a ver com o nosso corpo, o cuidado com esse corpo, afetos... A relação sexual é apenas uma parte da nossa sexualidade.

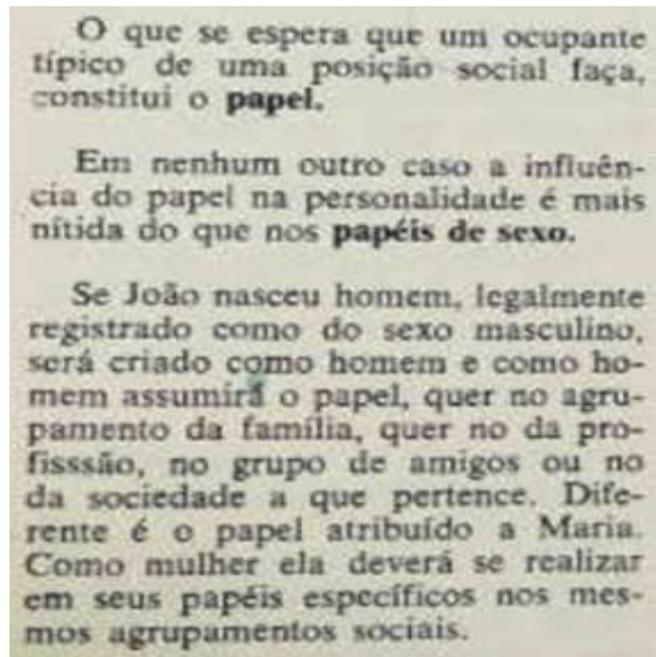
A revista ainda faz um “alerta” sobre a questão das “Disgenesias” – que na medicina pode ser entendida como “condição caracterizada como gônadas em fita, com ausência de células germinativas, e de desenvolvimento dos órgãos genitais internos e externos no sentido feminino” (BAGNOLLI, n.d.) - sugerindo que quando a escola constatasse tal situação, deveria fazer o encaminhamento da criança/jovem a um especialista; reconhece que os papéis sociais se dão a partir da definição do sexo, ou seja, se o médico define que a criança é um menino, ela passa a ser ensinada a se portar como um menino, espelhando-se em seu pai e vice-versa.

Figura 32. As disgenesias - revista nº138/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 33. Papéis de sexo - revista nº138/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Na figura acima, destaco as palavras “assumirá” e “deverá” ao referenciar que o menino assumirá o seu papel e a menina deverá se realizar como mulher, pois percebo que, implicitamente, é como se disséssemos “menina, já que nasceste mulher, deves te realizar com isso, goste ou não!” E ao usar o verbo assumir para o menino, sugere que esse menino “assume o poder”, quem assume, assume alguma coisa. Me parece que existe diferença de sentido no uso desses dois verbos pela revista.

Outra questão que podemos analisar aqui é que, qualquer coisa diferente de “nasceu menino e se comporta como menino” ou “nasceu menina e se comporta como menina”, é tomada como desviante, algo que mereça atenção médica. Então, se de início pensei ser esta uma matéria progressista - e até posso considerar em parte que sim, porque pelo menos a revista se desafiou a falar sobre o assunto- por outro ela só corrobora com o entendimento da época que patologizava as identidades que não correspondiam à heteronormatividade, que é quando a relação hétero se torna a norma, o padrão de relação.

Há um processo de naturalização de uma única forma de sexualidade, rejeitando a ideia de que todas as formas são socialmente produzidas.

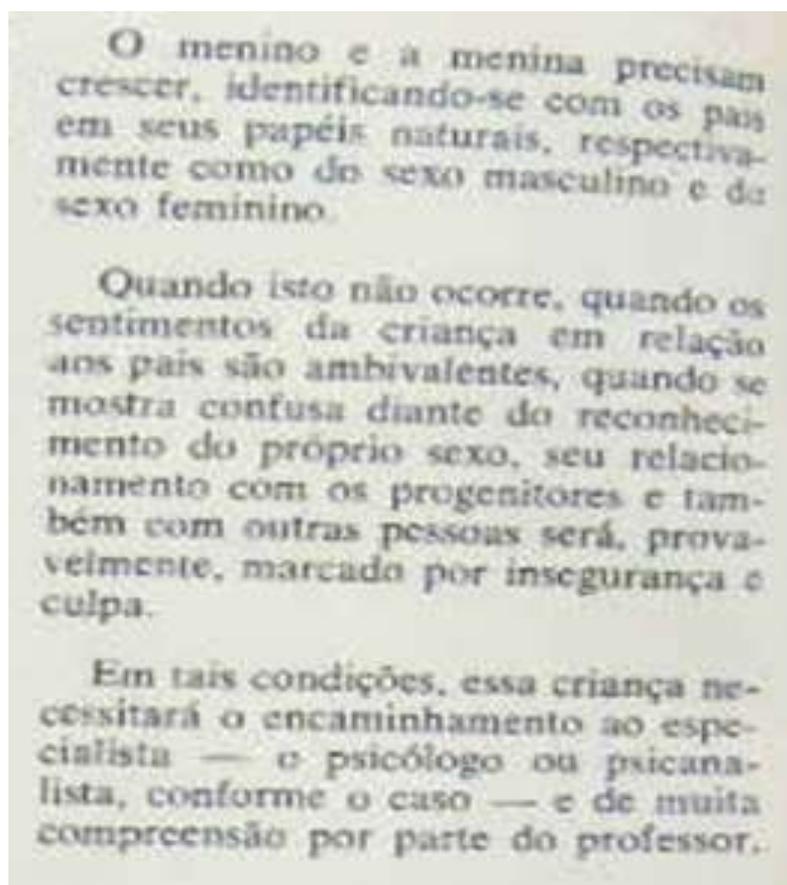
Assim procedendo, a escola empurra para o lugar do patológico, do anormal ou da perversão qualquer outra manifestação de desejo. (LOURO, 2012, p.97)

A RE/RS ainda torna explícitos os estereótipos de gênero, reafirmando a força e a expansividade como características masculinas, por exemplo, e mencionando diferenças nas brincadeiras de meninos e meninas a partir de uma certa idade.

O menino aprende a viver e a amar como homem, vendo o seu pai assim proceder, como homem forte, expansivo, amoroso. E a atitude para com o sexo oposto é pré-formada por suas relações emocionais com a mãe e as mulheres da família, particularmente as que desempenham papel significativo na sua criação. (REVISTA DO ENSINO, nº 138 de 1972, p.16)

Por fim, a matéria menciona sobre a importância da identificação com os pais para o desempenho dos papéis, além de abordar a expectativa em cima da figura do professor que deve, ao reconhecer o problema do aluno em se identificar com um ou outro sexo, ou ainda quando em relações desajustadas com seus pais, encaminhar ao psicólogo ou psicanalista.

Figura 34. Identificação do menino e da menina- revista nº138/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Além da questão textual da revista, podemos ainda analisar as imagens utilizadas por ela a começar pela capa, que traz figuras de meninos manipulando tubos de ensaio em um laboratório, o que poderia sugerir o espaço do conhecimento científico como um espaço masculino, à medida em que torna ausente a figura feminina.

A outra imagem trazida nas páginas da matéria em questão, é a de crianças brincando em uma casinha de madeira, quando as meninas brincam dentro ou em frente à casinha e os meninos aparecem em cima, no telhado. Por que esta foto chama atenção? Porque aos meus olhos ela nos diz muito! Ela diz quem está na esfera privada e quem pode estar na esfera pública, quem pode se aventurar fora de casa, quem está por cima e quem está por baixo. São, na minha concepção de estudiosa sobre gênero, reafirmações desses estereótipos e de espaços de um e de outro na sociedade.

Figura 35. Capa da revista 138/1972 – meninos no laboratório



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 36. Crianças brincando- revista nº138/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Sobre a escola e a sexualidade Louro (2012, p. 100) ainda contribui:

A escola “dá lições” de sexualidade cotidianamente, muito além das possíveis sessões de “educação” ou “orientação sexual” previstas no currículo. Em consequência, qualquer tentativa de um projeto educacional alternativo implica uma tomada de posição mais ampla. Caminhar nessa via implica a ampliação da discussão sobre a sexualidade, na escola e fora dela. Isso supõe acolher as culturas e os saberes dos jovens; supõe debater e problematizar as representações de feminino e masculino que estão sendo feitas pela mídia, pelas igrejas, pelos discursos jurídicos e médicos e, logicamente, pelos estudantes, seus pais e mães e professores.

Assim, é possível afirmar que a RE/RS buscou inserir uma educação sexual no debate, no entanto, sem ter a percepção de que a escola já educava sexualmente desde sempre. Das escolas masculinas e femininas à coeducação, das escolhas nos currículos, uma forma de educação sexual sempre esteve presente. O que Louro quis nos dizer na citação acima é que, essa noção de educação sexual necessita ser mais

ampla, considerar diferentes aspectos, debater e problematizar o que está posto na sociedade. Para isto é necessário que se tenha ideia da extensão dessa amplitude do tema na vida dos sujeitos, o que naquele contexto da revista, claramente não se tinha.

Nessa tentativa de inserir a educação sexual no currículo, a RE/RS torna clara o que esperava das professoras: que se instruísem a respeito do tema e buscassem se preparar para iniciar a orientação dos alunos no que diz respeito à sexualidade, ao corpo e aos papéis sociais, bem como identificassem aquilo que estaria fora dos padrões, para encaminhar aos especialistas. Por esta razão, denominei esta representação de professora-orientadora por enxergar que a intenção da revista com estas professoras era a de que se revestissem desse papel de orientar, indicar caminhos no que tange aos relacionamentos, aos papéis de gênero etc.

4.4 Professora modernizadora: as reformas e um currículo para incentivo à criatividade e alunos críticos-reflexivos?

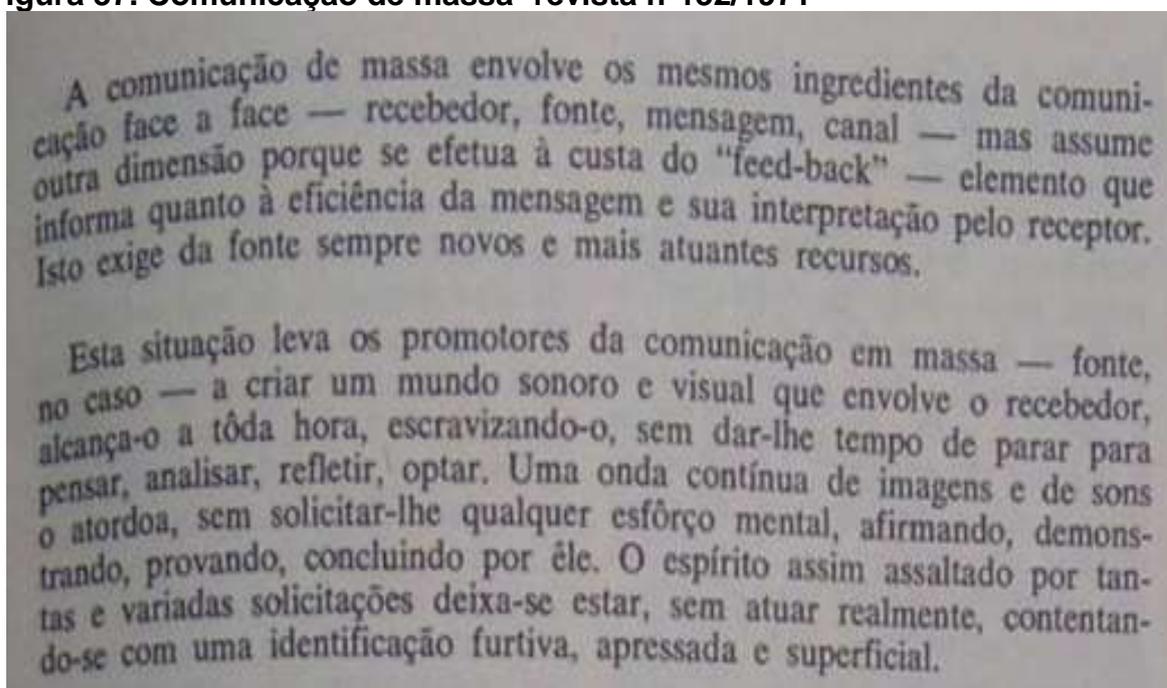
Escrevo este subtítulo em forma de pergunta porque de fato me questioneei sobre essa representação. Ao entrar em contato com os textos relativos às reformas e ao que se esperava da professora primária, vimos que eles trazem uma figura que deve estimular os alunos, não responder mas fazer questionamentos para que eles busquem as respostas, enfim, sugere uma professora que vai emancipando seus alunos para que estes atinjam o ponto em que estejam prontos para trabalhar em prol do desenvolvimento do país. No entanto, é difícil crer que isto seja possível quando, em plena Ditadura Militar, com o viés da moralidade e civilidade implantado por esta ditadura e “comprado” pela RE/RS, conforme fomos vendo ao longo da análise das edições, que autonomia tem a professora para trabalhar mais livremente se existe um governo e um periódico importante da área da educação “ditando” o que e como trabalhar tais questões? Não me resta outra alternativa a não ser duvidar e pensar que não passou de engodo!

Na revista 132 de 1971, temos um texto que aborda a comunicação na relação professor-aluno, que começa trazendo um entendimento sobre o que é comunicação, as formas de se comunicar e vai até às críticas à comunicação em massa. Sobre esta, Amaral (2007, p. 4) destaca que:

Os meios de comunicação de massa, também chamados mídia (em referência ao termo inglês *mass media*), ou meios de massa, têm

ganhado nos últimos tempos uma importância enorme, ao ponto de ser chamado de “quarto poder”. E são chamados assim pela sua grande influência na formação da opinião das pessoas, na aquisição de atitudes e comportamentos, sobretudo devido à penetração, particularmente, da televisão em todas as regiões do nosso país. [...] [...] Eles são veículos de informação e de valores que nos constituem como sujeitos em nossa sociedade. Assim, podemos dizer que a mídia tem grande importância na construção da subjetividade das pessoas (AMARAL, 2007, p. 4)

Figura 37. Comunicação de massa- revista nº132/1971



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Aqui, se observarmos, a revista fala na “escravização” do sujeito, devido a forma como essas informações chegam até ele. Ora! Então não foi exatamente isso que fizeram os militares depois do golpe, através de “uma onda contínua de imagens e sons”? E as mensagens transmitidas através dos manuais e livros didáticos de EMC já tratados aqui anteriormente? Não poderiam ser exemplos disso? E a própria RE, de grande circulação, que divulgou as reformas educacionais como positivas e manteve o seu discurso atrelado ao governo com esses ideais desenvolvimentistas?

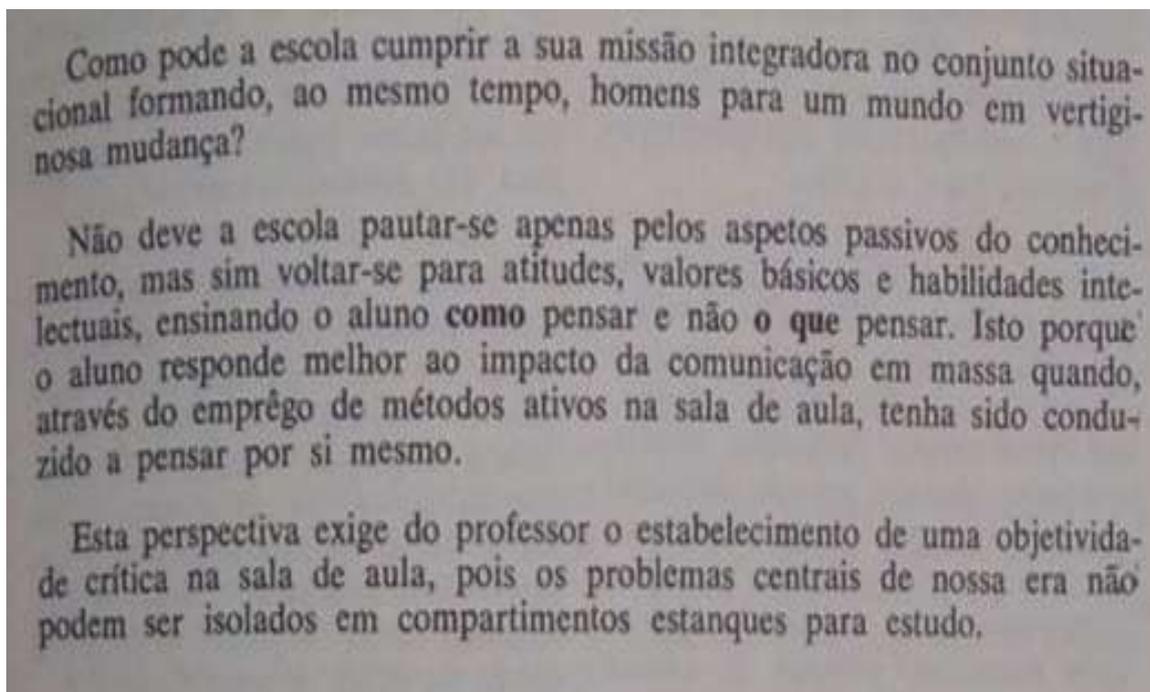
Em análise aos manuais e livros didáticos de EMC, Sousa (2015, p.66) afirma o seguinte:

As imagens e as palavras evidenciam a relação que se estabelecia

entre os projetos político-econômicos e a educação para o trabalho. Elas construíram uma trama narrativa que deixava inseparáveis, o sentimento de felicidade e as noções de trabalho e de progresso. Despertavam, no indivíduo, o sentimento de responsabilidade pelo crescimento econômico, embora este não usufrísse, totalmente, dos benefícios do processo. Era estimulado a criar comportamentos capazes de eliminar os vícios degenerativos da boa convivência social. Para combater os maus vícios, os manuais reforçavam as ações em que eram sobressalentes as virtudes morais. Constituíram uma espécie de higiene moral e uma pedagogia moral, onde valores referentes à família, à pátria e ao catolicismo eram formadores do caráter dos alunos. Almejava-se a criação de cidadãos obedientes e respeitadores da ordem. (SOUZA, 2015, p.66)

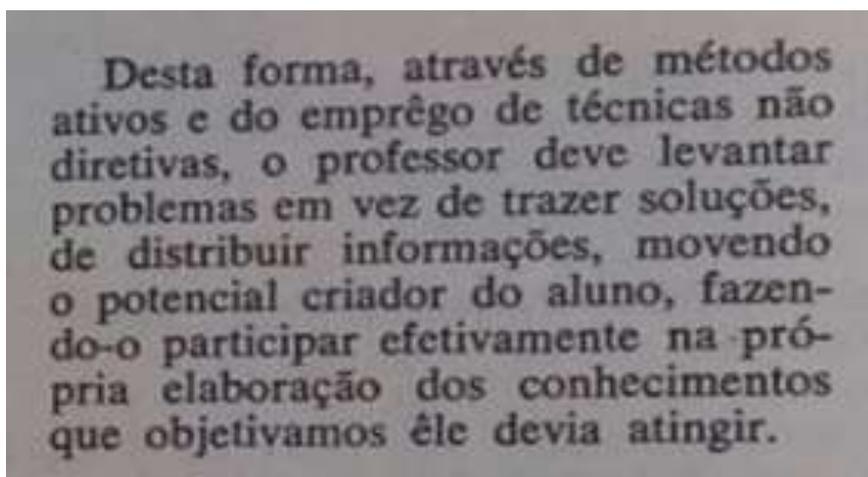
Ainda na revista 132 de 1971, podemos ver essa preocupação em preparar homens para acompanhar a mudança e uma expectativa em cima do professor que não pode se furtar de auxiliar essa construção do aluno, buscando essa “objetividade crítica na sala de aula”. Além disso, vemos também a expectativa do uso dos métodos ativos como forma de estimular a criatividade, pensamento crítico etc.

Figura 38. O professor e a objetividade crítica- revista nº132/1971



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 39. O professor e os métodos ativos - revista nº132/1971



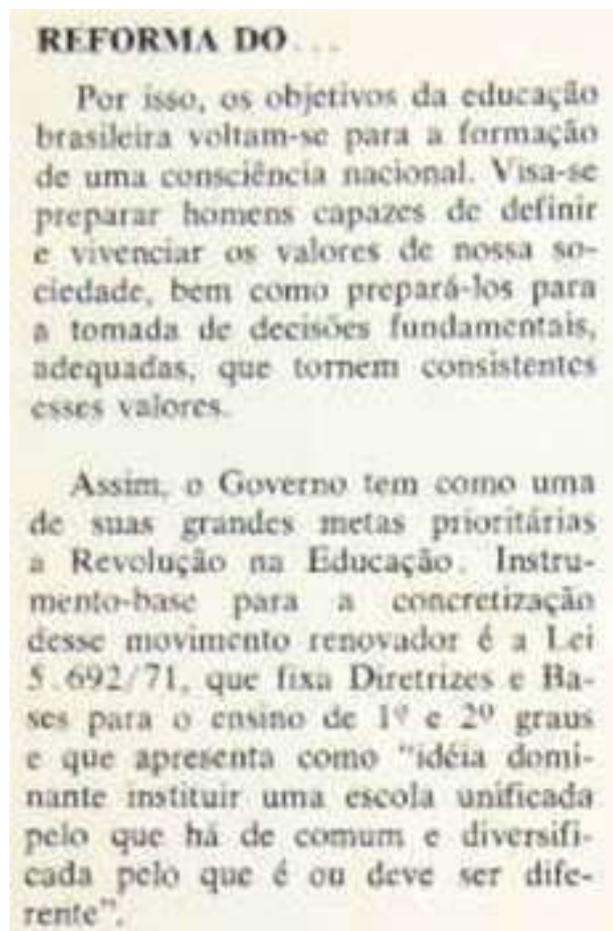
Desta forma, através de métodos ativos e do emprego de técnicas não diretivas, o professor deve levantar problemas em vez de trazer soluções, de distribuir informações, movendo o potencial criador do aluno, fazendo-o participar efetivamente na própria elaboração dos conhecimentos que objetivamos ele devia atingir.

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Essa questão do mundo com evolução acelerada, em que o homem precisa acompanhar aparece também na revista 138 de 1972. Aqui temos uma educação mais voltada para ciência, capaz de transformar esse homem. Uma educação que deve adaptar-se às transformações tecnológicas. Menciona a Lei nº 5692/71, apresentando-a de forma positiva, trazendo os seus princípios.

A partir de meados da década de 1960 articulou-se a tendência tecnicista na educação brasileira em decorrência do modelo socioeconômico desenvolvimentista que começava a se implantar no Brasil, anunciado desde a década de 50. O fator determinante foi o golpe civil militar que promoveu condições para a implementação do mercado de consumo e industrialização sob a hegemonia norte-americana. Importa asseverar que esse processo foi fundamental também na reorganização da educação brasileira. Conforme SUBTIL (2012, p.132), “As concepções dessa reforma afirmam os interesses da sociedade industrial, que considera como função prioritária da escola o preparo técnico das aptidões para o trabalho e para o mercado consumidor.” (SUBTIL, 2016, p. 50)

Figura 40. Reforma do Ensino – objetivos da educação brasileira – revista nº138/1972



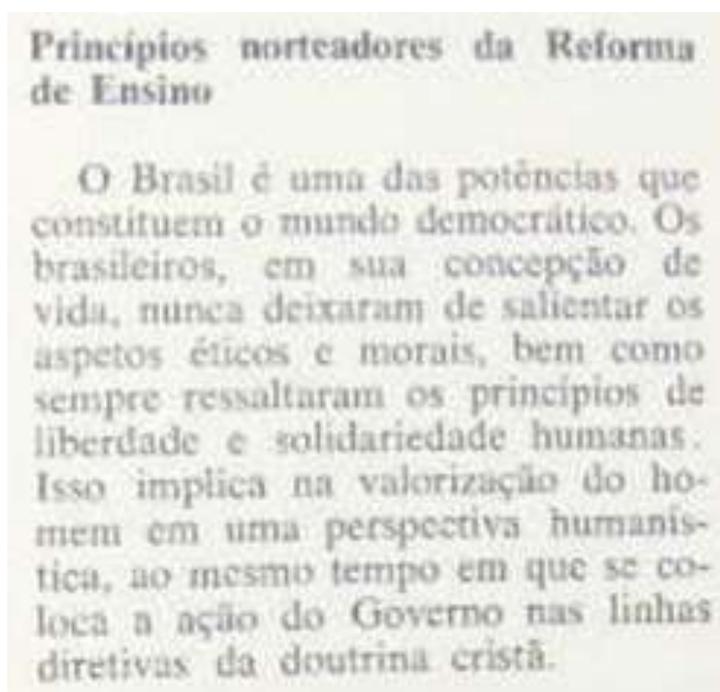
Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Neste trecho, novamente vemos o aparecimento da questão valorativa, de desenvolver valores da sociedade, viver de acordo com esses valores.

A propaganda exercida pelo regime, de acordo com Fico, caracterizava-se pela sua faceta de otimismo, que recuperava símbolos e mitos caros à cultura brasileira, e por difundir valores morais para o comportamento da população. Para os militares, o povo era "despreparado", cabendo a eles a sua "educação". Os bons hábitos, como os ligados à higiene, a valorização da família como baluarte da sociedade, os bons exemplos dos heróis cívicos, tudo contribuiria para a criação de uma nova sociedade, a qual se adequaria ao novo patamar de desenvolvimento econômico gerado pelo "milagre brasileiro". (LOURENÇO, 2010, p. 100)

Na sequência, ainda temos um trecho que aborda sobre os princípios que nortearam a reforma, falando na valorização do homem em uma perspectiva humanística e trazendo novamente a direção do governo em relação à doutrina cristã.

Figura 41. Princípios da Reforma- valorização do homem em uma perspectiva humanística – revista nº138/1972

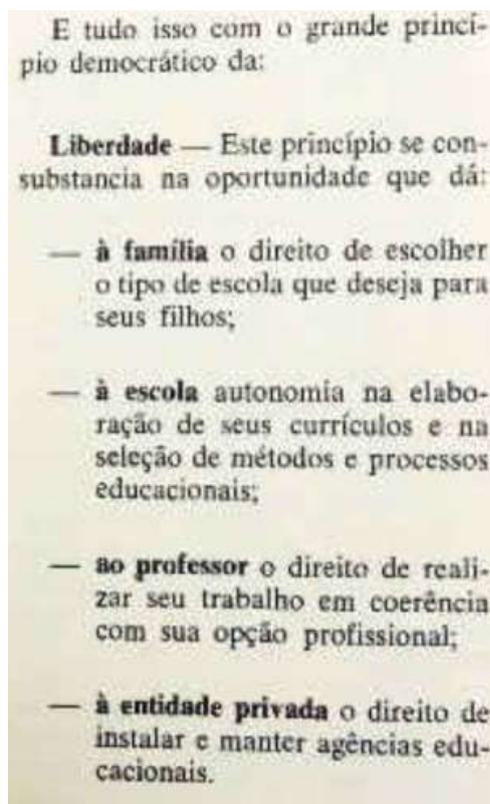


Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

A imagem apenas reforça o que tem sido dito desde o início da análise proposta por este estudo: era um governo com o compromisso de salientar a importância de se viver de acordo com valores morais e religiosos.

Já a figura que segue traz a democracia como um grande princípio que estaria atrelado à reforma, isso porque segundo ela, existiria liberdade para as famílias, escolas, professores e à entidade privada, liberdade esta que pode ser questionada.

Figura 42. Princípios da Reforma- liberdade - revista nº138/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

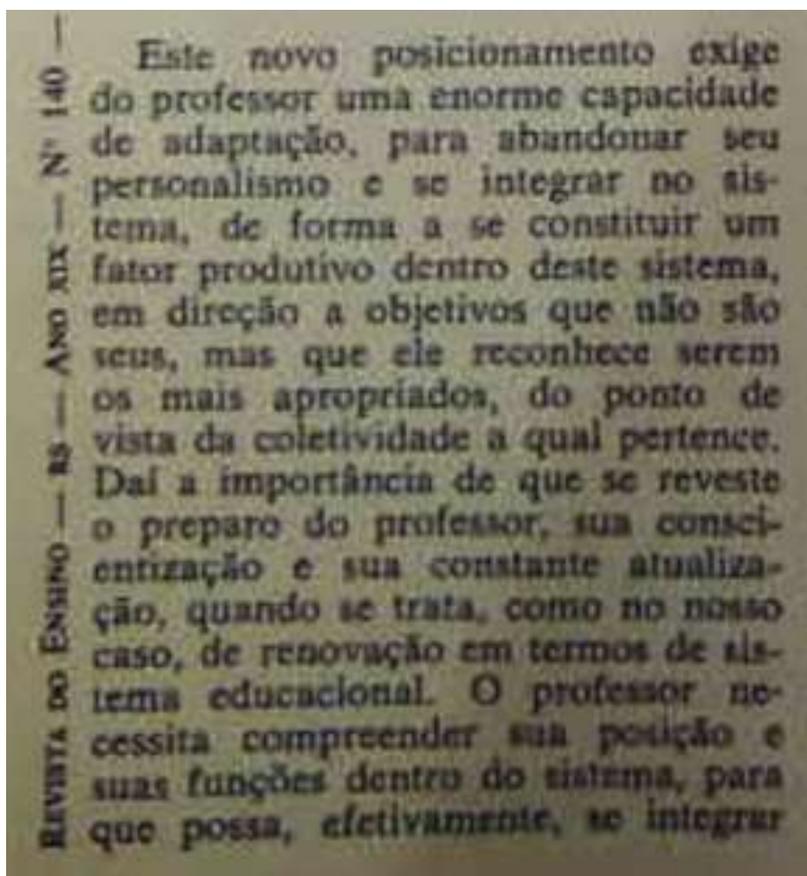
Se existia um direcionamento por parte do governo quanto aos sentimentos e valores que deveriam ser estimulados na sociedade brasileira, não estariam sendo estas famílias alvo deste direcionamento? Não estariam elas sendo conduzidas, por meio de uma comunicação de massa, a pensar que um determinado tipo de escola é o que é necessário?

E quanto à autonomia das escolas, se veículos tais como a RE/RS, incentivavam os ideais propostos pelo governo, sob a ótica de desenvolvimento do país, e lançavam a reforma como positiva, como algo a atingir a todos os cidadãos brasileiros, estimulando planejamentos e atividades a serem realizadas dentro desta lógica, não seria uma autonomia forjada?

E ainda, a respeito da “coerência com sua opção profissional”, fica também o questionamento: que coerência? Que opção? Se na revista 140 de 1972 a matéria que trata da caracterização do currículo do ensino de 1º grau faz referência a uma adaptação do professor, que deve “abandonar seu personalismo e se integrar no

sistema”, conforme vemos abaixo?

Figura 43. Trecho da matéria sobre caracterização do currículo – revista nº140/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Lourenço (2010), apresenta relatos de professores que atuaram em escolas durante o regime militar e demonstra diferentes percepções por parte desses professores acerca da experiência docente no período citado.

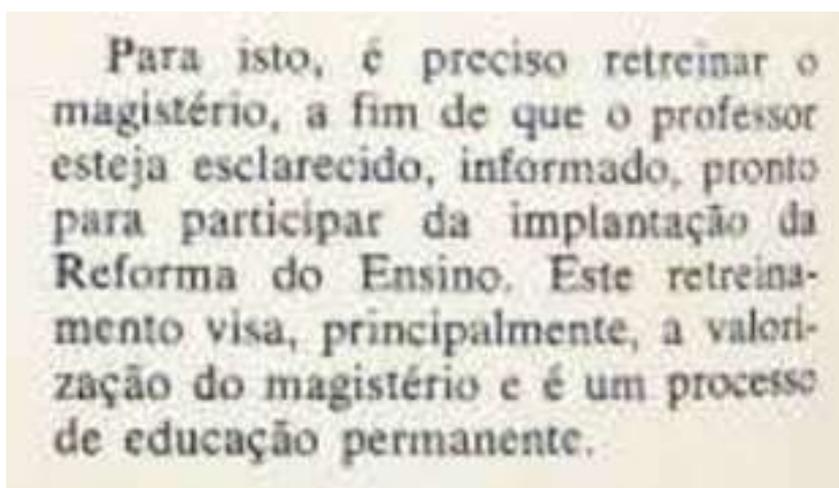
as entrevistas aqui apresentadas nos permitem perceber diferentes posturas e percepções em relação à ditadura militar no Brasil. Cada professor vivenciou o período a partir de suas experiências pessoais, do seu engajamento e das opções que fez. A professora Yara sentiu-se intimidada até determinado ponto, até porque ela se sentia participando de um ambiente “alienado”. O professor Severiano reconhece os limites de sua atuação profissional durante a ditadura e vai além, entendendo que toda a sua “geração” cumpriu um papel na resistência à ditadura. A professora Arlete, que tem a experiência mais amarga da prisão e das torturas do regime militar, não se deixa intimidar e volta para a escola para trabalhar assim que sai da cadeia. Na sua carreira, ela continua trabalhando com os textos marxistas que usava desde o começo. O medo de voltar à prisão incorpora-se a seu cotidiano, mas não a impede de seguir adiante. O professor Guilherme

é quem mais se distancia dos anteriores porque, a despeito da opinião da diretora que o caracterizou como “subversivo”, sua prática confirmava o que o regime militar esperava de um bom professor, sobretudo de quem estivesse envolvido com a Educação Moral e Cívica. (LOURENÇO, 2010, p. 118)

O que se pode pensar a respeito disso é que, embora se tenha tentado forjar uma atuação docente no período ditatorial e de implantação da reforma na educação, foi possível perceber resistências ao sistema, o que custava, a algumas pessoas, um preço alto a ser pago.

No entanto, o esforço para conduzir os professores aos objetivos do governo dos militares, para que a reforma fosse implantada e tivesse sucesso, abordou um “retreinamento do professor”.

Figura 44. Retreinamento do professor – revista nº138/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Em primeiro lugar precisamos falar sobre esse termo “retreinamento”. Ele nos dá a impressão do professor como máquina, como um robô que precisa ser configurado de acordo com o que se espera que ele faça. Em segundo lugar, me parece responsabilidade demais em cima do magistério, pois ele é o agente da mudança, deve estar esclarecido, informado e pronto para participar do processo. Informado inclusive de questões que não são da sua área de atuação, como as relacionadas à saúde e alimentação, voltadas à questão da educação sanitária já mencionada anteriormente.

Na revista 139 de 1972, vamos nos deparar com uma matéria intitulada “A educação sanitária e o professor primário”. Nela, a RE/RS aborda sobre a importância

da educação sanitária e a figura do professor como sendo fundamental no processo de combate às doenças, subnutrição, mortalidade infantil. Afirma que não existem médicos e enfermeiras que possam realizar tal educação em todas as escolas, de forma que as professoras tem acesso a 40 alunos todos os dias e no final da carreira, terão tido um número de alunos superior a 1000. Esses 1000, se tornando multiplicadores, contribuirão para o desenvolvimento da Nação.

Neste sentido, fica difícil compreender como se falava em valorização do magistério se, diante do exposto, as professoras tinham de assumir papel de profissionais da saúde também, pelo salário de professora, obviamente, sem levar em consideração que os problemas de saúde e desnutrição do país deveriam ser um problema de seus governantes, que através de políticas públicas específicas deveriam combater tal situação, e não jogar esta responsabilidade nas costas do magistério. Não se trata aqui de achar que a professora e a escola não tem uma função social, acredito que sim, no entanto, me refiro ao fato de que a educação sanitária passou a ser vista como um dever do professor primário, e não o professor primário como um aliado no processo.

Nas condições atuais, parece impossível contar com médicos escolares, enfermeiros ou outros especialistas de saúde para prestar serviços de saúde escolar, de maneira que a **professora** terá de assumir a maior parte do trabalho em educação sanitária do escolar. (REVISTA DO ENSINO 139, 1972, p. 31)

Desta forma, ao fazer o destaque na palavra professora, dizendo que ela “terá de assumir”, a RE/RS enfatiza sua posição sobre a questão da educação sanitária, justificando que é pela falta de médicos, ou seja, ela sabe que existe um profissional específico para tal ação, mas na falta de, alguém tem que assumir! E esse alguém é a professora.

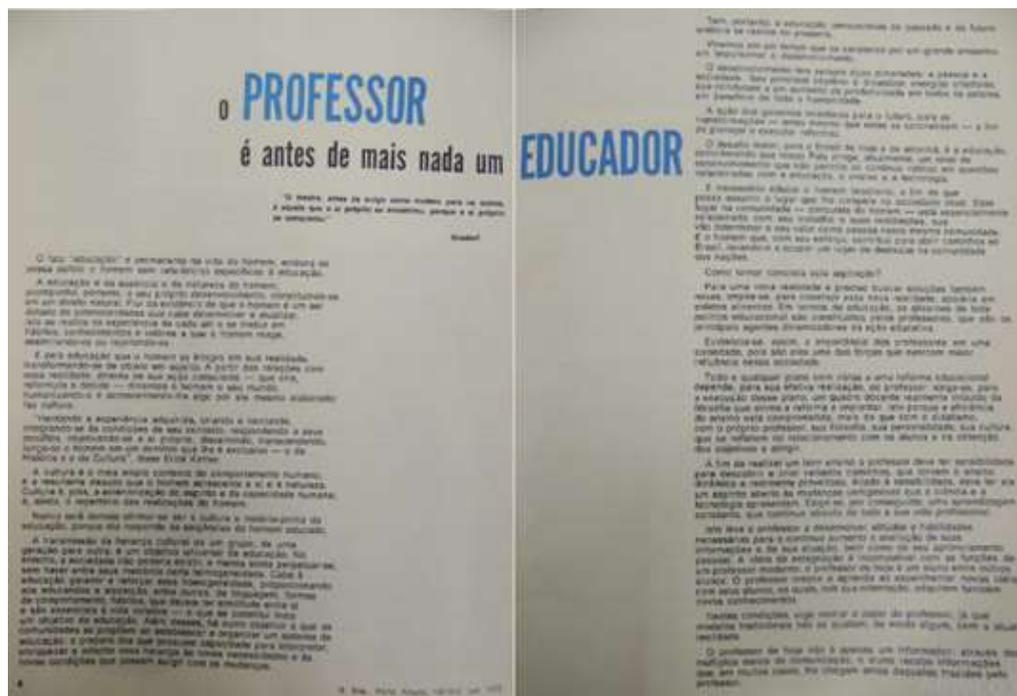
Figura 45. A educação sanitária e o professor primário – revista nº139/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

As revistas de número 140 e 141 de 1972 vão abordar a questão da caracterização do ensino e das novas facetas do professor que deve ser criativo, se adaptar às mudanças para poder ser o agente transformador, que irá implantar as reformas.

Figura 46. Professor educador – revista nº141/1972



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Na figura acima cabe analisar o destaque feito nas palavras “professor” e “educador”. A matéria inicia de forma romantizada, trazendo a beleza e a importância da educação na vida do homem, homem este que se transforma através dela e com isso pode transformar sua comunidade. A matéria tem um enfoque no papel bonito e importante do professor para convencer (novamente) de que ele é o agente da mudança, que irá colocar em prática a reforma do ensino com vistas ao desenvolvimento do país. E por fim traz o perfil do novo professor que deve ser um orientador (aqui no papel de guia dos alunos), criador (professor que sai da rotina e experimenta novas ideias), pesquisador (mantém o espírito de investigador no aluno) e líder (não se restringe apenas à escola, mas à comunidade, sendo este professor alguém que ajuda a integração do aluno no meio em que vive).

Figura 47. O professor da reforma educacional – revista nº141/1972

Todo e qualquer plano com vistas a uma reforma educacional depende, para sua efetiva realização, do professor: exige-se, para a execução desse plano, um quadro docente realmente imbuído da filosofia que anima a reforma a implantar. Isto porque a eficiência do ensino está comprometida, mais do que com o didatismo, com o próprio professor, sua filosofia, sua personalidade, sua cultura, que se refletem no relacionamento com os alunos e na obtenção dos objetivos a atingir.

A fim de realizar um bom ensino o professor deve ter sensibilidade para descobrir e criar variados caminhos, que tornem o ensino dinâmico e realmente proveitoso. Alado à sensibilidade, deve ter ele um espírito aberto às mudanças vertiginosas que a ciência e a tecnologia apresentam. Exige-se, por conseguinte, uma aprendizagem constante, que continue através de toda a sua vida profissional.

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Figura 48. Papéis do professor – revista nº141/1972

O novo papel do professor pede que ele seja:

UM ORIENTADOR:

Esta colocação atribui ao professor o papel de guia que, fundamentado em sua experiência, em seus próprios conhecimentos, no conhecimento daqueles que deve orientar e em seu profundo interesse pelo processo ensino-aprendizagem, assume a responsabilidade de conduzir os estudantes na consecução de objetivos visados.

UM CRIADOR:

Importa que o professor não seja apenas um orientador, mas que experimente novas ideias e novos meios, atuando-se na prática. É necessário que use a sua própria criatividade, objetivando o desenvolvimento da criatividade do aluno. É o professor, portanto, "na prática um criador. Está situado em meio à capacidade criadora armazenada e em processo de liberação, como criador e estimulador da capacidade criadora, ele está no centro do processo educativo".

UM PESQUISADOR:

No papel de um pesquisador, o professor não é aquele que pretende deter todo o conhecimento, mas aquele que pergunta, buscando, dessa modo, vivo e dinâmico o espírito de investigação. Ser aquele que está sempre à procura de novas verdades faz do professor um autêntico pesquisador, na acepção ampla do termo.

UM LÍDER:

Essa liderança não se restringe apenas aos limites da escola, mas alarga-se de modo a abarcar a comunidade. O papel que o professor assume ao auxiliar o estudante a integrar-se no meio ambiente em que deve viver faz dele, também, um líder comunitário, a quem cabe agir de acordo com as expectativas da comunidade, ao mesmo tempo em que abre a esta comunidade perspectivas novas e melhores aspirações.

As funções apontadas em absoluto exigem as exigências que a dinâmica da vida moderna impõe ao professor. Muitas outras poderiam, ainda, ser evocadas. É válido, no entanto, afirmar que a função essencial do professor continua sendo a de auxiliar a criança e o jovem a desenvolver harmoniosa e integralmente suas potencialidades e, conseqüentemente, proporcionar a integração dos mesmos na comunidade, de maneira positiva. Em síntese, exige-se que ele seja, antes de mais nada, um educador.

Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Sobre estes aspectos, cabe salientar que, ser orientador, criador, pesquisador e líder, deveria se dar de acordo com os preceitos do governo, pois inovar demais poderia se tornar perigoso para o professor, sob o risco de ser considerado um “subversivo” e sofrer as consequências de ser um preso político naquele contexto.

O medo sentido por alguns fazia com que simplesmente imaginassem que poderiam haver olheiros vigiando as aulas e que, se elas não acontecessem da forma como o governo esperava, poderiam sofrer represálias. É o que nos conta Lourenço (2010), que analisou entrevistas de professores dos anos 70 e 80:

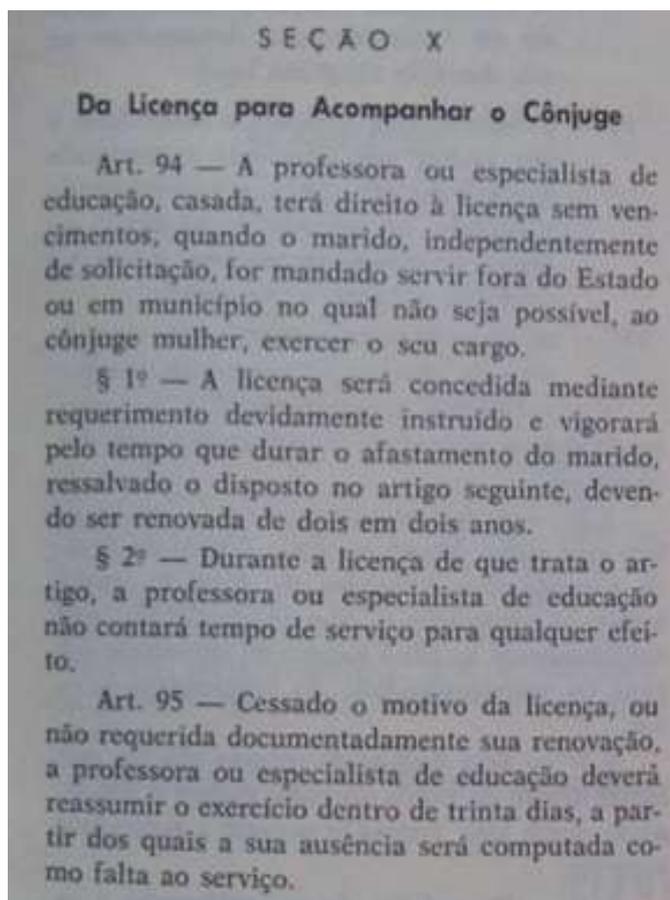
Há certo exagero do professor ao falar que havia olheiros nas salas de aula, fato não confirmado por nenhuma outra fonte. Ainda assim, ele se sente vigiado, possivelmente pela diretora, que o tinha por “antipolítico”. A resistência que ele anuncia em relação à disciplina, entretanto, não se expressa de forma tão contundente, uma vez que o citado estudo da Constituição era justamente o que se esperava. (LOURENÇO, 2010, p.115)

Assim, se por ora a instrução era para ser um professor criativo e modernizador, havia implícito um limite para essa criatividade, que não poderia contrapor os desejos dos militares, ao contrário, deveria ser como falar a mesma língua.

Por fim, a revista de número 156 de 1974 aborda a implantação do estatuto e da carreira do magistério público estadual, fala sobre a carreira, traz legislações, conta o histórico do estatuto e carreira, abordando também o plano de pagamento, a fim de informar o professor sobre estes aspectos.

Aqui podemos dizer que pouco se extraiu para a análise por tratar de questões mais gerais e não tanto da subjetividade/atuação do professor, do que se espera dele enquanto profissional como nas edições anteriores. No entanto, pensando no recorte de gênero que é importante para este estudo, foi possível observar que, o estatuto se refere todo o tempo ao professor - no masculino - e somente em um trecho ele parece dialogar com a professora: quando se trata da licença para acompanhar cônjuge.

Figura 49. Licença para acompanhar cônjuge – revista nº156/1974



Fonte: Repositório Digital Tatu- <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> (2022)

Poderia esta questão deixar implícito que magistério é profissão de mulher? Ou ainda, no caso de professor homem, que profissão teria a sua companheira? Não se cogita um professor casado com uma mulher que tivesse carreira em que necessitasse transferência? Tampouco que se tratasse de duas professoras casadas ou dois professores... Enfim, esses são alguns dos questionamentos que poderíamos nos fazer acerca deste fato da licença para acompanhar cônjuge.

Não vamos aqui entrar no mérito das discussões sobre o exercício da sexualidade dos e das professores/as, porque não é esta a temática que envolve esta dissertação, no entanto, podemos deixar estes fatos para uma análise futura, em outra proposta de trabalho, porque de fato, estes aspectos merecem atenção.

O que podemos frisar aqui é que, diante dos fatos analisados, fica evidente o trabalho da RE/RS em informar a categoria a respeito da nova reforma que entrava em vigor no início da década de 1970, e que podemos dizer que houve um incentivo da revista (que chegou a escrever em um editorial sobre o humanismo na reforma, tal

como se apresenta na Revista de número 142 de 1972), um estímulo ao magistério a fim de que aderissem a essa nova representação da professora: a da professora que iria modernizar a educação e conseqüentemente, o país. Assim, vamos as palavras do então Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Mauro Costa Rodrigues:

Precisamos implantar o humanismo como ação, capaz de possibilitar a reorganização da vida humana, ajustando e estabelecendo a ordem e o poder dos nossos valores: um humanismo de sentido realmente construtivo, realista e abrangente. Esse é o sentido que desejamos seja dado à Reforma do Ensino [...]

O professor, que vê aumentadas as suas responsabilidades, que deve ter uma mentalidade renovada, aberta às transformações que a nova legislação está a exigir, deve encontrar tranquilidade e a segurança necessárias para desenvolver sua atividade docente. (REVISTA DO ENSINO DO RS, 1972, p. 2 e 3)

No entanto, esse perfil modernizador esperado, convergia para um perfil “adestrado” nos moldes do governo dos militares. De fato, o que se esperava do professor criativo era que fosse criativo desde que não questionasse a ordem imposta e não se opusesse ao governo e seus ideais, ou seja, cai por terra a ideia de liberdade e de democracia trazida pela reforma e pela revista.

Retomando a ideia de representação enquanto formas de explicar e expressar uma realidade, através de símbolos, gerando condutas e práticas sociais, quero afirmar aqui que a RE/RS buscou expressar, em consonância com o governo vigente, um ideal de professora.

Quando nomeio essa representação de “modernizadora”, não quero dizer que enxergo essa professora desta forma, mas que houve uma intenção em construir essa imagem de professora vinculada ao progresso e desenvolvimento do país e que, a revista como meio de comunicação, difundiu este ideal, se utilizando do discurso de que a professora tinha que estimular a criatividade dos alunos, estimular os valores morais e o cuidado com o corpo, buscando cidadãos mais desenvolvidos e que iriam fazer o país progredir, seguindo as regras de convívio social da época.

A seguir, trago minhas considerações finais e algumas conclusões obtidas a partir deste estudo.

CONCLUSÕES

A partir de um primeiro olhar para as Revistas do Ensino do RS e para o movimento das mulheres em direção à educação feminina e à sua formação profissional enquanto docentes, foi possível observar o abismo existente entre homens e mulheres na vida social, abismo este que, embora passados mais de cem anos, ainda não foi possível transpor todos os obstáculos.

Se pensarmos que o magistério voltado à educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ainda se constitui basicamente por mulheres professoras, fica evidente que a profissão para estes níveis ainda é entendida como “coisa de mulher”, porque por muito tempo ela foi vista como uma extensão da maternidade, ou seja, como uma atividade “cercada por toda uma orientação que aproxima o mais possível a profissão de professora à função de mãe” (LOURO, 1986, p. 31).

A partir do diálogo e problematização da Revista do Ensino do RS, observa-se uma forte presença de elementos vinculados aos cuidados com o lar, alimentação e saúde, como uma preocupação da revista em instruir e inculcar nas professoras a sua responsabilidade em abordar tais temáticas no seu trabalho pedagógico, como uma espécie de continuidade dos cuidados recebidos em casa sob orientação materna, que na escola ficavam sob responsabilidade da professora.

Vimos que essa ligação com a saúde tem relação com o viés higienista, introduzido no final do século XIX e início do século XX e mantido ao longo das décadas que se seguiram, através de uma educação sanitária, a fim de controlar os corpos e instigar uma consciência moral com vistas ao desenvolvimento de bons hábitos de saúde para a evolução da sociedade brasileira.

Essa representação da professora como extensão da maternidade, elaborada a partir do ingresso das mulheres no exercício da docência, lá no surgimento das escolas femininas e posteriormente nas escolas mistas, por se tratar de um sujeito com uma suposta vocação para a educação de crianças, se manteve ao longo dos anos e foi reproduzido pela RE/RS.

A sociedade tinha o entendimento de que se as mulheres cuidavam dos filhos, então porque não poderiam as professoras cuidar das crianças na escola? Da construção de armários para a cozinha para o ensino de boas maneiras e cuidados

com a higiene pessoal, lá estavam elas, reforçando os cuidados e orientações que as mães davam - ou deveriam dar - aos filhos, embasadas por matérias com informações e sugestões de atividades que a RE/RS trazia.

Com a virada para a década de 1970 e a chegada da reforma educacional, as professoras passam a multiplicadoras de bons costumes, indo na mão do Governo que pretendia disseminar determinados valores como os morais e religiosos, o culto aos símbolos e ao civismo, sob a cortina de desenvolvimento do país, que era assolado pela fome, pela falta de saneamento básico, falta de acesso a boas condições de saúde e prevenção de doenças etc. o que culminou na manutenção de uma educação sanitária e na utilização da professora como seu principal instrumento.

Pesavento (2003, p.40) vai nos dizer que a representação pode se dar por meio da “substituição ou delegação de personagens, poderes e atributos”, que poderíamos identificar nesta questão da educação sanitária, pois, na ausência de médicos/as, enfermeiros/as, nutricionistas - ou também na falta de políticas públicas - , a professora assume o lugar de, para trabalhar na perspectiva de instruir sobre os cuidados com os corpos, com a saúde, com vistas a um país mais desenvolvido devido à diminuição das doenças, da mortalidade, da subnutrição etc.

Se, conforme afirma Pesavento (2003), a representação não configura uma cópia do real, mas uma construção feita a partir dele, podemos dizer que a representação da professora pode ser entendida como uma construção feita a partir dos referenciais de cuidados que os homens tinham, daquela que era capaz de dar amor, ser afetuosa, mas informar, instruir e cobrar como uma mãe e prevenir e combater doenças como um/a médico/a.

Como se não bastasse ter de ensinar a ler e escrever, fazer cálculos entre outras habilidades, a professora ainda tinha - e tem, por que não dizer? - que se preocupar em formar bons cidadãos que iriam desenvolver o país e trabalhar para alavancar a economia do Brasil. Além do mais, também passa a adotar o discurso médico, tendo de se instruir sobre questões de saúde e alimentação, bem como as que envolviam a educação sexual, pois a RE/RS passa a abordar essa temática, de forma tímida, buscando impulsionar magistério a se aprofundar no assunto a fim de que pudesse orientar seus alunos a respeito, além de trabalhar também as famílias.

A professora foi retratada como alguém que deveria orientar seus alunos e familiares para que não tivessem uma vida desregrada, ou seja, que não fugissem daquilo que se pretendia para o país.

As apostas nessa professora zelosa, que assim como as mães, ensina bons modos e o cuidado com o corpo e a saúde, além de orientar para uma sexualidade saudável e o amor e respeito à Pátria, se refletem na reforma educacional enfatizando o seu papel fundamental na manutenção do Brasil como país a caminho do desenvolvimento e do progresso.

Essa era uma perspectiva de professora e ensino que acompanhava uma transformação cultural. Se há algumas décadas antes a educação já vinha com ideia de mudança, a fim de ampliar o ensino e atingir uma camada maior da população brasileira, tendo em vista o alto índice de analfabetismo, durante o período da ditadura militar dos anos 60 a 80 essa ideia permaneceu, no entanto, podemos pensar que tinha objetivos de ampliar a mão-de-obra e fazer com que estes trabalhadores agissem de acordo com os ideais militares e não com um ideal de sujeito emancipado tal como sugeria Paulo Freire⁷, um dos pensadores da época e perseguido pela ditadura.

Para isso, era necessária uma educação controlada e que estimulasse nas crianças e jovens, o comportamento obediente, para que a população mais facilmente atendesse às expectativas do governo da época. Dessa forma, a docilidade, característica facilmente atribuída às feminilidades, se encontraria na figura da professora, que serviria fielmente às intenções dos militares.

Pesavento (2006), afirma que a memória evoca imagens do vivido, o que nos permite recriar mentalmente um objeto, pessoa ou acontecimento. É o que ela chama de “museu imaginário”. Com base nesta reflexão, entendo que diante desse nosso museu imaginário de imagens relacionadas à figura da mulher, construída pela cultura, forjamos a representação da professora, que se apresentou tal como vimos na Revista do Ensino, uma professora a serviço da sociedade, com o objetivo de formar cidadãos capazes de viver dentro dos padrões e normas aceitáveis socialmente, ou seja, com ligação aos valores morais e religiosos da época, capazes de responder com obediência a um governo que ditava regras sobre moralidade e bons costumes na expectativa de educar os corpos.

Com este estudo, foi possível analisar e destacar as formas de representação das professoras na RE/RS, tendo elencados quatro tipos de representação, assim como também foi possível identificar os elementos históricos, econômicos e culturais

⁷Site Memórias da Ditadura

que influenciaram estas representações, tais como a onda da educação sanitária, a abertura para uma maior liberdade sexual, a ditadura militar e sua reforma educacional.

Respondendo aos questionamentos iniciais aqui propostos, eu diria que sim, as representações de professoras foram sendo transmitidas ao longo do tempo na revista e sim, a figura materna continuou a aparecer no perfil de professora. Portanto, a RE/RS, contribuiu para a reprodução/manutenção dos estereótipos de gênero (re)afirmando o que é ser mulher/ professora na sociedade, na medida em que se utilizou da linguagem escrita e visual, de forma a corroborar com a expectativa social sobre como as mulheres e professoras deveriam agir e se comportar, apresentando figuras femininas de forma mais contida, com trajés discretos, cabelos presos, maquiagem sutil, fala doce, dedicação ao aluno tal como se espera que a mãe tenha com o filho, estímulo ao cuidado do corpo e da casa, da aparência...

Com base nestes aspectos, concluo com alguns dos versos da epígrafe deste trabalho a fim de dizer que, não é porque culturalmente as mulheres professoras foram definidas – e se definiram - de tal forma, que precisamos continuar a ser assim, ou seja, é possível fazer diferente sempre que julgarmos necessário inverter uma lógica que aprisiona sujeitos, neste caso, mulheres. Faz-se necessário “queimar o mapa, traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas, e a vida reinventar”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Vera Lúcia do. Os meios de comunicação de massa. In: AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da Educação**. Natal, RN: EDUFRRN, 2007.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação de corpos femininos. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; Goellner, Silvana Vilodre (organizadoras). **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 108 – 123.

ARAGÃO, Milena Cristina. KREUTZ, Lúcio. Representações acerca da mulher-professora: entre relatos históricos e discursos atuais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, mai/ago. 2011. p. 106-122. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/19410>. Acesso em: 02/09/2020.

ATAIDE, Patrícia Costa; NUNES, Iran de Maria Leitão. Feminização da Profissão Docente: as representações das professoras sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/4984>. Acesso: 30/09/2020.

BAGNOLLI, Vicente Renato. Disgenesia Gonádica. Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. [19--?] Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/download/57914/60969>. Acesso em: 25/03/2022

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. **Revista Brasileira de Educação**. vol.12 no.34 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100013. Acesso em 28/09/2020.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Um olhar estrangeiro para a escola brasileira Carl Ernest Zeuner desenhando quadros murais (Revista do Ensino/RS, 1963-1969). **Cadernos de História da Educação**, v.18, n.2, p.406-424, mai./ago. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50292>. Acesso em: 25/07/20.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. v.1- Fatos e Mitos; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BICA, Alessandro Carvalho. A pesquisa em História da educação: caminhos, etapas e escolhas no trabalho do historiador. *In*: IX ANPED-SUL SEMINÁRIO DE

PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul, **Anais...**
Caxias do Sul, UCS, 2012.

BICA, Alessandro Carvalho; RODRIGUES, Tobias de Medeiros; GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. Tatu Magazine: os modos de ser e fazer do Repositório Digital Tatu. **Revista História da Educação (Online)**. v. 23, 2019. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/88290/pdf>. Acesso em 02/10/2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998. 322 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

CASTANHA, André Paulo. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. **Revista História da Educação**. v.19, nº 47, set/dez 2015. 197-212. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/51341> Acesso em: 03/07/2020

CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. *In*: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. Disponível em <https://sexualidadeescola.furg.br/biblioteca/livros>. Acesso em: 02/02/2022.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: Uma Abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista** - Vol. 1, nº 1: 32-46 (janeiro 2006). Disponível em:
http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_anlise_documental_no_contexto_da_pesquis_qualitativa.pdf. Acesso em: 30/06/2020.

FERREIRA JR., Amarilio. BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, set./dez. 2006. p. 1159-1179. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 04/10/2020.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Revista do Ensino/RS e Maria de Lourdes Gastal: duas histórias em conexão. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas,

v. 14, n. 30 p. 61-79, Jan/Abr 2010. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28911>. Acesso em: 01/10/2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS - Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 20/09/2020.

GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. **A normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul nos impressos pedagógicos do CPOE/RS e na Revista do Ensino (1947-1971)**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ensino)- Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2019.

GUSMÃO, Daniele Cristina Frediani; HONORATO, Tony. Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na Ditadura Civil-Militar. **Revista História da Educação (Online)**. v. 23, 2019. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/82622>. Acesso em 02/02/2022

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200010>. Acesso em: 18/06/2020.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4., 2015. **Anais...** Sergipe: Universidade Tiradentes, 2015. p. 243-247. Disponível em:
<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 01/08/2020.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 (coleção Primeiros Passos; 39).

LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, 2010, p. 97 – 120. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbh/a/9x5mdRBWQbHHLkmkCscKDNp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 04/02/2022.

LOURO, Guacira Lopes Louro. **Prendas e Antiprendas**: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul. 1986. 273 f. Tese (Doutorado em Educação)-

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas? In: POCAHY, Fernando (org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances, 2010, p. 143-150.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann *et al.* **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 93-102.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEMÓRIAS DA DITADURA. https://memoriasdeditadura.org.br/antes-do-golpe/?gclid=Cj0KCQiA95aRBhCsARIsAC2xvfxgpTh1ITIVOhIqWfKCIOKIxxkUlc2YU5dRXOMf_kv6UDeBPQnjU5UEaAqJcEALw_wcB

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens, por quê? In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann *et al.* **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 5-12.

OLIVEIRA, Fátima; WERBA, Graziela. Representações Sociais. In: STREY, Marlene Neves *et al.* **Psicologia Social Contemporânea: livro-texto**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 104 – 116.

OLIVEIRA, Dora Lúcia de. Sexo e saúde na escola: isso não é coisa de médico? In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann *et al.* **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p.103-112.

PEREIRA, Luiz Henrique Ferraz. *Os discursos sobre a matemática publicados na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1978)*. 2010. 315 f. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PERES, Eliane Teresinha. VAHL, Mônica Maciel. “Saneamento” da Literatura infanto-juvenil: o esforço do CPOE e da Revista do Ensino (RS). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015, p. 137-153.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19692>. Acesso em: 02/10/2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*,

vol.19, n.37, São Paulo, Set. 1999. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lang=pt. Acesso em: 04/10/2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 132p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v.13, n.23/24, jan/dez. 2006, p.45-58.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/ 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 20/09/2020.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em:
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/660/682> Acesso em 02/08/2020.

REVAH, Daniel. TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O Regime Militar na (des)memória da Editora Abril: a Revista Escola e a difusão da Lei 5692/71. **Revista História da Educação**, v.15, n.33, jan/abr 2011, p. 137-161. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/20108>. Acesso em: 16/02/2022

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. São Paulo: Sociedade Contábil Ficha-Tríplice Ltda. Departamento de Publicações Educacionais, 1969.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Edições Tabajara, 1970.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Edições Tabajara, 1972.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Meridional EMMA, 1976.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Companhia RioGrandense de Artes Gráficas (Corag), 1992.

RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. C. (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. 3. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11-16.

RODRIGUES, Eliane. BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer

historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929-1930). **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, Apr.-June, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22666>. Acesso em: 06/10/2020.

ROSA, Renata Vidica Marques da. Feminização do magistério: representações e espaço docente. **Revista Pandora Brasil**, edição especial nº 4 – Cultura e materialidade escolar, 2011. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf. Acesso em: 30/09/2020.

SANTOS, Darlene Monteiro dos. FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A imprensa pedagógica no Pará em dias de república: a revista A Escola e a Revista do Ensino como instituições de formação (1900-1912). **Revista História da Educação (Online)**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/92639>. Acesso em: 06/10/2020.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Uma higiene moral e do corpo: educação moral e cívica, as atividades físicas, esportivas e de lazer durante a ditadura militar. **Outros Tempos**, v.12, n.19, 2015, p.57-74. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/440. Acesso em 02/02/2022.

STEPHANOU, Maria. Currículo escolar e educação da saúde: revisitando a história. In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann *et al.* **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012. 192p. 13-27.

STOLL, Vitor Garcia. **As diretrizes pedagógicas do ensino de ciências na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1961)**. 2019. 99 f. Projeto de Qualificação de Mestrado (Mestrado em Ensino)- Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2019.

SUBTIL, Maria José Dozza. Conhecimentos e metodologias para o ensino de Artes: recortes históricos sobre a Lei nº 5692/71 e sobre as diretrizes curriculares do estado do Paraná/2009. **Educação em Análise**, v.1, n.1, 2016, p.45-66. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/17435>. Acesso em 09/02/2022.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, (3): 35-57, abril, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>. Acesso em 02/08/2020.

TEIXEIRA, Nincia Cecília Ribas Borges. Entre o público e o privado: imprensa e representação feminina. **Revista Encuentros**, Universidad Autónoma del Caribe, 12 (2), 2014. p. 79-92.

XAVIER, Bruna de Farias. **Feminização do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense (1940-1960)**. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.